IMPACTO DA COVID-19 NAS MICROS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS EM ANGOLA, PROVÍNCIA DO CUANDO CUBANGO:

UM TEMA DE REFLEXÃO E ESTUDO DO IMPACTO ECONÓMICO DA PANDEMIA DA COVID – 19 TEM CAUSADO NAS MICRO PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS ANGOLANAS.

Autor: Pedro Bráz Paca, 2004/2008: Licenciado em Gestão Económicas, pela Universidade Federal de Santa Catarina-Brasil-UFSC-Florianópolis.

Em 2014- fez a Pós-Graduação em Psicologia Escolar Intervenção Socioeducativa pela Cognos-Porto, Vila Nova de Gaia.

2009-2011: Mestre em Gestão Empresarial pela Universidade Lusófona do Porto-Portugal.

2011/2016: Doutoramento em Administração e Negócios pela Universidade Lusófona do Porto-Portugal. Professor Auxiliar da Universidade Cuito Cuanavale-Angola.

Co-Autor: Pedro Sousa de Andrade, PhD, Professor Auxiliar da Universidade Agostinho Neto.

CUANDO CUBANGO-ANGOLA 2020.

DEDICATÓRIA

“Que Deus Esteja Convosco no Vosso Dia a Dia”

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela força moral e inteligência de escrever mais uma obra de carácter científica, sobretudo por manifesta uma visão holística e sublime para com a família. À minha família pelo apoio prestado Professor Doutor meu mentor Arnaldo Puati Tomás, pela afecção que sempre teve e sempre é em mim, o que motivou a frequentar este livro, com vista a uma maior percepção no contexto da economia, comissário Chefe Professor Mestre Henrique Buela Paca, minha mãe Ana de Lourdes Paca (minha Médica), meus irmãos: Filipe Victor Simba Paca, Aurélio Simões Salumbongo, Luís Casimiro Paca Nangolo, que sempre estiveram ao meu lado. Agradeço ao meu avo Prof. Doutor Arnaldo Puati Tomás, por todo suporte de orientação e organização sistemática dos conteúdos para construção de índice apresentado sugestões valiosas com elevado sentido de perspicuidade Científica, sobretudo para aquelas questões que se pareciam inalteráveis, manifesto a minha total gratidão por ter aceite o convite de prefaciar o livro e por acreditar piamente na materialização da mesma. Um agradecimento especial para a direcção da nossa Universidade Cuito Cuanavale, agradeço igualmente ao meu grande irmão e amigo e conselheiro Dr. Franklim Lukibo Bivingo; Professor Doutor Guilherme Caneta , minha querida Mulher Rosa Adalia Chinama e aos meus amigos : Professores Doutores, Higino Lombe e André Artur Dalama Tchipaco e sem esquecer meu amigão Manuel Kamuenho Alberto, ao governo Provincial de Cabinda.

A todos vocês, minha gratidão, carinho e amizade.

RESUMO

O presente trabalho tem por objectivo abordar o impacto económico que a Pandemia da COVID – 19 tem causado nas Micro e Pequenas Empresas e bem como os seus efeitos na economia angolana de forma geral. Para melhor compreensão do tema proposto, serão apresentados assuntos como: a importância dos Micros e Pequenos Negócios para a economia da Angola, as consequências negativas do Novo Coronavírus na operacionalidade das Micro e Pequenas Organizações e as medidas governamentais para diminuir esses impactos. Com a finalidade de elucidar a aplicabilidade do assunto proposto, terá foco nos Micros e Pequenos Negócios como: bares, restaurantes, agências de turismo e comércio em geral. A pesquisa é estruturada em referências bibliográficas, utiliza métodos estatísticos e se baseia em informações de instituições renomadas como: Ministério da Saúde, Organização Mundial da Saúde, INE (Instituto Nacional de Estatística), Ministério do Emprego e Segurança Social, Ministério da Economia e Planeamento, (PRODESI e INAPEM) entre outros. Por meio desses e outros órgãos, pode-se realizar uma análise argumentativa e exploratória, legitimando assim, todos os dados e informações registados nesse trabalho de pesquisa. Os dados e informações mencionados no trabalho são de carácter actual e oficial entre o período do surto do Novo Coronavírus em Angola. Além dos temas mencionados, serão exploradas medidas e soluções que as empresas, órgãos governamentais e outras instituições adoptaram ou propuseram, para driblarem os efeitos da COVID – 19 em suas economias, entre outras formas eficazes para esse momento de crise.

Palavras-chave: COVID – 19, Micros e Pequenas Empresas, Economia, Medidas do Governo.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to address the economic impact that the COVID - 19 Pandemic has caused on Micro and Small Companies and its effects on the Angolan economy in general. For a better understanding of the proposed theme, subjects will be presented such as: the importance of Micro and Small Businesses for the Angolan economy, the negative consequences of the New Coronavirus on the operation of Micro and Small Organizations and government measures to reduce these impacts. In order to clarify the applicability of the proposed subject, it will focus on Micro and Small Businesses such as: bars, restaurants, tourist agencies and commerce in general. The research is structured on bibliographic references, uses statistical methods and is based on information from renowned institutions such as: Ministry of Health, World Health Organization, INE (National Statistics Institute), Ministry of Employment and Social Security, Ministry of Economy and Planning , (PRODESI and INAPEM) among others. Through these and other bodies, an argumentative and exploratory analysis can be performed, thus legitimizing all the data and information recorded in this research work. The data and information mentioned in the paper are current and official between the period of the outbreak of the New Coronavirus in Angola. In addition to the themes mentioned, measures and solutions that companies, government agencies and other institutions have adopted or proposed will be explored to circumvent the effects of COVID - 19 on their economies, among other effective ways for this moment of crisis.

Keywords: COVID - 19, Micro and Small Enterprises, Economy, Government Measures.

SUMARIO

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....1
Apresentação.....1
Medidas para empresa / sector produtivo.....3
1. Medidas de alívio no pagamento de impostos e contribuições.....3
1.1 Medidas de alívio fiscal.....3
1.2 Medidas de alívio no pagamento de salários.....3
2. Medidas de apoio financeiro às empresas.....3
2.1 FADA disponibiliza uma linha de crédito para a agricultura familiar.....4
2.2 Linha de crédito BDA para compra de produtos para pequenas e médias empresas.....4
O BDA disponibiliza linhas de crédito para apoiar a compra de produtos, insumos e serviços para pequenas e médias empresas.....5
2.3 Linha de crédito BDA para compras de produtos pelas cooperativas familiares.....5
Para apoiar projectos de expansão de 15 Cooperativas familiares por cada província (270).....5
2.4 Linha de crédito BDA para modernização e expansão de cooperativas familiares.....5
2.5 Fundo FACRA para capital próprio de cooperativas.....6
2.6 Linha de Crédito FACRA para financiar instituições de microfinanças.....6
O FACRA disponibiliza linhas de financiamento para startups e para sociedades de microfinanças..7
2.7 Estímulo a linhas de crédito da Banca Comercial a cooperativas PME.....7
2.8 Expediente simplificado para operações de crédito com financiamento externo.....7
3. Medidas para desbloquear excesso de burocracia administrativa.....8
3.1 Simplificação do registo estatístico.....8
3.2 Simplificação da emissão do alvará comercial.....8
3.3 Simplificação do licenciamento de contractos.....8
4. Medidas para acelerar a transição de actividade informal para formal.....9
4.1 Plano de acção de formalização e organização da venda ambulante, mercados, transporte de mercadorias e passageiros.....9
4.2 Plano de acção de fomento dos meios de pagamentos digitais, educação e inclusão financeira e promoção e apoio ao surgimento de *fintechs*.....*9*
Medidas para particulares (famílias).....9
5. Proteger o bem-estar das famílias e salvaguardar postos de trabalho.....9
5.1. Transferência para o trabalhador da contribuição dos 3% da Segurança Social.....10
5.2. Ausência de cortes do fornecimento de energia e de água.....10
5.3. Reforço da distribuição de bens da cesta básica.....10
5.4. Apoio ao rendimento das famílias mais pobres.....10
CAPÍTULO II. ABORDAGEM DA INVESTIGAÇÃO.....11
2.1.2. Problema da investigação.....12
2.1.3. Objectivos gerais e específicos.....13
2.1.3.1. Geral.....13
2.1.3.2. Específicos.....13
CAPÍTULO III. REVISÃO DA LITERATURA.....14
3.1. Caracterização.....14
3.2. Contextualização.....14
3.2. 2. Pesquisa sobre vacinas e tratamentos.....25
3.2. 4. Acções adoptadas pelos governos para acelerar a pesquisa e a inovação.....31

3.2.5. Angola: Empresas e trabalhadores sofrem impacto da COVID-19.....35
3.2.6. Trabalhadores dispensados.....35
3.2.7. Penalizar empresas não é solução.....36
3.2.8. Situação pré-coronavírus.....37
3.2.9. Covid-19: Como fica a situação das empresas angolanas.....37
3.2.10. Crise mundial e mercado interno.....38
3.2.11. Diversificação da economia.....39
3.2.12. Medidas adoptadas pelo Ministério das Finanças.....39
CAPÍTULO IV. INVESTIGAÇÕES ANTERIORES.....42
4.1. Sobre o SARS COV ou COV1.....42
4.1.1. Síndrome respiratória aguda grave.....42
4.2. Sobre o SARS COV2 43
4.2.1. Hipóteses sobre a origem.....44
4.2.2. Virologia.....45
4.2.2.1. Infecção.....45
4.2.2.2. Reservatório.....45
4.2.2.2. Filogenética e taxonomia.....46
4.2.2.3. Biologia estrutural.....47
4.2.2.4. Epidemiologia.....48
4.4. Sobre os impactos do SARS COV2 às Micro, Pequenas e Médias Empresas.....48
CAPÍTULO V. METODOLOGIA.....50
4.4.1. Introdução.....50
4.4.2. Desenho da Pesquisa.....51
4.4.3. População e Amostra.....52
4.4.4. Instrumentos da Investigação.....53
4.4.5. Análise de Dados.....54
CAPÍTULO VI. RESULTADOS.....58
Tabela: 4.1.1- 1ªQ.....68
Figura 4.1.1-.....68
Tabela: 4.1.2-.....69
Figura 4.1.2.....70
Tabela: 4.1.3.....70
Figura 4.1.3.....71
Tabela: 4.1.4-Q1 71
Figura 4.1.4- Qual o grau de escolaridade mais elevado que completou….....71
Tabela: 4.1.5-Q1 d)- Quantas pessoas estão ocupadas com o negócio.....72
Figura 4.1.5- Quantas pessoas estão ocupadas com o negócio.....73
Tabela: 4.1.6-Q1 e)-a Quantas pessoas estão ocupadas com o negócio….....73
Figura 4.1.6- Quantas pessoas estão ocupadas com o negócio….....73
Tabela: 4.1.7-2ªQ a) - Quais as principais razões que levaram a iniciar o seu negócio….....74
Figura 4.1.7- Quais as principais razões que levaram a iniciar o seu negócio….....74
Tabela: 4.1.8-2ªQ b).....75
Figura 4.1.8.....76
Tabela: 4.1.9-3ªQ.....76
Figura 4.1.9.....77
Tabela: 4.1.10-3ª 78
Figura 4.1.10.....78
Tabela: 4.1.11-4ª.....79
Figura 4.1.11.....80

Tabela: 4.1.12-4ª.....80
Figura 4.1.12.....81
Tabela: 4.1.13-4ª.....81
Figura 4.1.13.....82
Tabela: 4.1.14-4ª Q d).....82
Figura 4.1.14.....83
Tabela: 4.1.15-4ª Q.....84
Figura 4.1.15Tabela: 4.1.15-4ª.....84
Tabela: 4.1.16-4ªQ f).....84
Figura 4.1.16.....85
Tabela: 4.1.17-4ªQ.....85
Figura 4.1.17.....86
Tabela: 4.1.18-4ªQ h).....86
Figura 4.1.18.....87
Tabela: 4.1.21-6ª Q.....87
Figura 4.1.21.....88
Tabela: 4.1.23-6ªQ.....88
Figura.....89
4.1.23.....89
Tabela: 4.1.32-14ª.....89
Figura 4.1.32.....89
Anexos.....90
Fonte: Matos e Arroio;2011:10 90
Quadro nº I. 3- definição de PME na China….....91
Anexo II.....91
Quadro II. 1- Programa Angola Investe.....91
Quadro II. 2- Metas cumpridas em 2015.....92
Quadro II. 3 -Impacto previsto.....92
Quadro II. 5 - Estratégia Angola 2025.....93
Quadro II. 6 - Programa de apoio às MPME 93
CAPÍTULO VII. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES.....94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....99

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

As Micro, Pequenas e Médias Empresas em Angola representam uma importante fonte de trabalho para milhares de cidadãos.

O surto do novo coronavírus, iniciado em Dezembro de 2019, na República Popular da China, nos apela a reflectir sobre importantes temas, directa ou indirectamente. O COVID-19, Pandemia ainda activamente em curso, vem desestabilizando diferentes contextos mundiais. Seus impactos imensuráveis, reflectem na economia, na sociedade, na saúde, no comércio, nos serviços e, como não poderia ser diferente, nas Micro, Pequenas e Médias Empresas e em seus empreendimentos.

A presente pesquisa pretende dar resposta às dificuldades que as Micro, Pequenas e Médias Empresas enfrentam em face aos impactos da Pandemia de Coronavírus COVID-19 e suas consequências na sociedade Angolana.

A investigação sobre o tema, tem demonstrado ser uma ferramenta essencial para analisar e desvendar os fenómenos a si relacionados, prestando assim, uma modesta contribuição no seu papel sócio sanitário.

O aparecimento da Pandemia do Novo Coronavírus tem causado uma desestruturação na economia mundial, pois muitas empresas, lojas e comércios tiveram que encerrar momentaneamente suas operações e outros tiveram que actuar de forma limitada. A economia é uma ciência e uma engrenagem de suma importância para o funcionamento e uma boa dinâmica da sociedade. As Micro e Pequenas Empresas têm uma parcela significativa no movimento da economia angolana, pois gera empregabilidade, tem óptima participação no mercado e aumenta as exportações nacionais.

A pesquisa tem como objectivo fundamental conhecer as possibilidades do financiamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas em Angola, face ao

momento da crise da Pandemia do Coronavírus COVID-19, no âmbito do Alívio Económico ao abrigo do Decreto Presidencial 98/20, de 09 de Abril.

Como forma de desacelerar o contágio e seguindo as orientações do Ministério da Saúde foi determinado o isolamento social. A Pandemia da COVID –19 e consequentemente o isolamento social, por sua vez, impuseram à sociedade medidas drásticas e com isso afectaram, negativamente, principalmente as Micro e Pequenas Empresas em todo o País.

Como objectivos específicos analisar o ambiente de negócio das Pequenas e Médias Empresas em Angola, face as oportunidades; conhecer as iniciativas do Executivo Angolano, do PRODESI (Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações) e as intervenções dos Bancos Comerciais no PAC - Programa do Apoio ao Crédito destinadas ao financiamento das Pequenas e Médias Empresas; identificar os principais obstáculos que limitam o desenvolvimento das Pequena e Médias Empresas e perceber que tipo de apoio o governo tem dado às Pequenas e Médias Empresas em Angola face a COVID 19.

Na problemática, pretende-se dar resposta às dificuldades que enfrentam as Micro, Pequenas e Médias Empresas em face aos impactos da Pandemia de Coronavírus COVID-19 e suas consequências na sociedade Angolana.

Em face dessa crise, o Executivo angolano e as instituições privadas tiveram que adoptar algumas medidas para minimizar o impacto económico que essa Pandemia vem causando nos Micros e Pequenos Negócios angolanos. Algumas das medidas implementadas pelo Executivo angolano ao abrigo do Decreto Presidencial nº98/20 de 09 de Abril foram:

A- Medidas de alívio do impacto provocado pela pandemia COVID-19 sobre as empresas e particulares (Recomendamos consulta à fonte oficial: Decreto Presidencial nº98/20 de 9 de Abril incluso no portal www.alivioeconomico.org)

B- Medidas para empresa / sector produtivo

1. Medidas de alívio no pagamento de impostos e contribuições

Com o objectivo de desanuviar a pressão sobre a tesouraria com obrigações tributárias (alívio fiscal), são adoptadas as seguintes medidas:

1.1 Medidas de alívio fiscal

- Alargar, para dia 29 de Maio de 2020, o prazo limite da liquidação final das obrigações declarativas do Imposto Industrial para as empresas do Grupo B.
- Alargar, para dia 30 de Junho de 2020, o prazo limite da liquidação final das obrigações declarativas do Imposto Industrial para as empresas do Grupo A.
- Atribuir crédito fiscal de 12 meses para as empresas, sobre o valor do IVA a pagar na importação de bens de capital e de matéria-prima que sejam utilizados para a produção de bens da cesta básica.

1.2 Medidas de alívio no pagamento de salários

Com o objectivo de desanuviar a pressão sobre a tesouraria, com o pagamento de contribuições para a Segurança Social (alívio no pagamento de salários), são adoptadas as seguintes medidas:

- 1.2.1 Autorizar o diferimento do pagamento da contribuição para a Segurança Social (contribuição de 8% do total da folha salarial), referente ao 2º Trimestre de 2020, para pagamento em seis parcelas mensais, durante os meses de Julho a Dezembro de 2020, sem formação de juros.

2. Medidas de apoio financeiro às empresas

Com o objectivo de assegurar o apoio financeiro para a manutenção mínima dos níveis de actividade das micro, pequenas e médias empresas do sector produtivo, são alocados recursos totais de cerca de 488 mil milhões de Kwanzas, distribuídos pelas seguintes iniciativas de apoio financeiro.

2.1 FADA disponibiliza uma linha de crédito para a agricultura familiar

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário, FADA, disponibiliza uma linha de crédito de 15 mil milhões de Kwanzas, para o financiamento às explorações agropecuárias familiares, com taxa de juros não superior a 3%, sendo o principal instrumento de financiamento deste tipo de produtores, com tramitação célere e para pacotes de financiamento na dimensão dos mesmos.

Para apoiar as Explorações Agropecuárias Familiares:

- Montante da linha: 15 mil milhões de Kwanzas.
- Prazo: Negociável caso-a-caso.
- Carência: Negociável caso-a-caso.
- Taxa de Juro: até 3%.

2.2 Linha de crédito BDA para compra de produtos para pequenas e médias empresas

O Banco de Desenvolvimento de Angola, BDA, disponibiliza uma linha de crédito de 17,6 mil milhões de Kwanzas, com uma taxa de 9% e maturidade de 2 anos, carência de capital de 180 dias, para financiar a compra dos operadores do comércio e distribuição aos produtores nacionais dos seguintes produtos: milho, trigo, arroz, açúcar, cana-de-açúcar, massambala, massango, batata rena, batata doce, mandioca, feijão, ginguba, girassol, soja, banana de mesa, banana pão, manga, abacate, citrinos, mamão, abacaxi, tomate. cebola alho, cenoura, beringela, repolho, pepino, couve, carne bovina, carne caprina, carne ovina e carne suína, aves, ovos (de galinha), mel, carapau, Sardinela, sardinha do reino, atum, cachucho, corvinas, garoupas, pescadas, roncador, linguado, peixe-espada, lagosta, gamba costeira, camarão, alistado, caranguejo, choco, lulas e polvos, cacusso (espécies dos géneros oreochromis e tilápia) e bagre (darias gariepinus).

O BDA disponibiliza linhas de crédito para apoiar a compra de produtos, insumos e serviços para pequenas e médias empresas

- Montante da linha: 17,6 mil milhões de Kwanzas.
- Prazo: 2 anos.
- Carência: 180 dias.
- Taxa de Juro: 9%.

2.3 Linha de crédito BDA para compras de produtos pelas cooperativas familiares

O Banco de Desenvolvimento de Angola, BDA, disponibiliza uma linha de crédito de 8,8 mil milhões de Kwanzas, com uma taxa de 9%, maturidade de 2 anos, carência de capital de 180 dias, para financiar as compras das cooperativas de produtores familiares e dos empresários agropecuários de pequena e média dimensão a fornecedores de sementes melhoradas de cereais, hortícolas e tubérculos, de fertilizantes, de pesticidas, de vacinas e de prestação de serviços de preparação e correcção de solos agrícolas.

Para apoiar projectos de expansão de 15 Cooperativas familiares por cada província (270)

- Montante da linha: 8,8 mil milhões de Kwanzas.
- Limite: 50 milhões de Kwanzas por cada cooperativa.
- Prazo: Negociável caso-a-caso.
- Carência: Negociável caso-a-caso.
- Taxa de Juro: 7,5%.

2.4 Linha de crédito BDA para modernização e expansão de cooperativas familiares

O Banco de Desenvolvimento de Angola, BDA, disponibiliza uma linha de crédito de 13,5 mil milhões de Kwanzas para financiar projectos de modernização e de expansão das actividades de um número máximo de 15 cooperativas por cada província, nos sectores da agricultura e das pescas, com um valor máximo de 50

milhões de Kwanzas, com uma taxa de juro de 7,5% e maturidade equivalente ao ciclo operacional.

2.5 Fundo FACRA para capital próprio de cooperativas

O Fundo Activo de Capital de Risco, FACRA, disponibiliza 3 mil milhões de Kwanzas para realizar investimentos no capital próprio de cooperativas da agricultura, pecuária e pescas, participando no pagamento da parcela de capital próprio exigida na concessão dos empréstimos, que serão disponibilizados pelo BDA.

2.6 Linha de Crédito FACRA para financiar instituições de microfinanças

O Fundo Activo de Capital de Risco, FACRA, disponibiliza uma linha de crédito no valor de 4 mil milhões de Kwanzas para financiar sociedades de micro finanças, escolas de campo, caixas de crédito comunitárias, seleccionadas por meio de concurso público, que pretendam operacionalizar ao menor custo possível um processo de atribuição de micro crédito para mulheres e jovens empreendedores nas seguintes actividades:

1. Agricultura, com destaque para produção de cereais, leguminosas e oleaginosas, raízes e tubérculos e hortícolas.
2. Avicultura de corte.
3. Avicultura de postura.
4. Aquisição de bovinos para engorda e abate.
5. Processamento de alimentos e produção de bebidas.
6. Logística e distribuição de produtos agroalimentares e das pescas, aquicultura.
7. Reciclagem de resíduos sólidos urbanos.
8. Prestação de serviços de transportes.
9. Prestação de serviços de formação profissional.
10. Desenvolvimento de software.
11. Turismo, produção cultural e artística.

O FACRA disponibiliza linhas de financiamento para startups e para sociedades de microfinanças

Para apoiar o pagamento de *downpayments* de *Startups* (modalidade de capital de risco)

- Montante da linha: 4 mil milhões de Kwanzas.

  Para financiar Instituições de Microfinanças (para repassar micro-crédito)

- Montante da linha: 3 mil milhões de Kwanzas.

2.7 Estímulo a linhas de crédito da Banca Comercial a cooperativas PME

Os Bancos Comerciais com activo líquido registado no seu balanço, a 31 de Dezembro do ano 2019, igual ou superior a um bilião e quinhentos mil milhões de Kwanzas, devem financiar durante o ano 2020 um número mínimo de 50 novos créditos para cooperativas e pequenas e médias empresas na cadeia de produção de um dos 54 produtos definidos no Programa de Apoio ao Crédito (PAC) e no PRODESI. Os demais bancos comerciais devem financiar um número mínimo de 25 novos créditos para as mesmas entidades e finalidades. O financiamento de novos créditos é descontado das reservas obrigatórias e deve ser equivalente a um mínimo de 2,5% do valor total do activo líquido do Banco. O custo do crédito que não pode ser superior a 7,5%, com excepção do custo das garantias contratadas ao Fundo de Garantia de Crédito. O valor mínimo disponível para esta modalidade de financiamento é de 327 mil milhões de Kwanzas.

2.8 Expediente simplificado para operações de crédito com financiamento externo

As Operações de Crédito realizadas com as linhas de crédito obtidas com financiamento externo garantido pelo Estado, nomeadamente, 1 mil milhão de dólares do Deutsche Bank cedido ao BDA e 120 milhões de dólares do BAD cedidas ao BPC, passam a ser acompanhadas por um Comité de Supervisão, coordenado pelo Ministério da Economia e Planeamento, integrando os Departamentos Ministeriais responsáveis do sector da produção não petrolífera, para assegurar a

implementação de um expediente simplificado e célere de acesso destes recursos para os empresários dos sectores da agricultura, das pescas e da indústria que pretendam realizar investimentos que tenham mais de 50% de incorporação de factores de produção nacionais e que promovam exportações.

3. Medidas para desbloquear excesso de burocracia administrativa

Com o objectivo de remover o excesso de burocracia administrativa que incide sobre as empresas, são definidas as seguintes medidas.

3.1 Simplificação do registo estatístico

As empresas deixam de estar obrigadas de realizarem o registo estatístico, devendo a AGT disponibilizar ao Instituto Nacional de Estatística, acesso directo à base de dados do Número de Identificação Fiscal, a partir da qual o INE passa a registar as empresas no Ficheiro Único de Empresas, para efeitos estatísticos.

3.2 Simplificação da emissão do alvará comercial

A emissão do alvará comercial passa a ser exigida apenas para as actividades de comercialização de bens alimentares, espécies vivas vegetais, animais, aves e pescarias, medicamentos, venda de automóveis, combustíveis, lubrificantes e produtos químicos, estando todas as restantes actividades comerciais, e de prestação de serviços, apenas obrigadas a requerer autorização da abertura do estabelecimento na respectiva Administração Municipal. Cabe à Administração Municipal autorizar a abertura de estabelecimentos comerciais, e de prestação de serviços, na sua circunscrição, após verificar a conformidade com o plano de ordenamento do território e com as normas específicas para o exercício da actividade, actuando neste caso os serviços especializados do sector do comércio do Governo Provincial desconcentrados nos Municípios.

3.3 Simplificação do licenciamento de contractos

É revogado o Decreto Presidencial nº 273/11 de 27 de Outubro, e deste modo é extinta a obrigação das empresas licenciarem contratos de gestão, prestação de

serviços e assistência técnica estrangeira ou de Gestão no Banco Nacional de Angola e no Ministério da Economia e Planeamento.

4. Medidas para acelerar a transição de actividade informal para formal

Com o objectivo de acelerar a transição da actividade informal para o sector formal, são definidas as seguintes medidas.

4.1 Plano de acção de formalização e organização da venda ambulante, mercados, transporte de mercadorias e passageiros

No âmbito da implementação do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) é Planeamento, Finanças, Transportes, Indústria e Comércio, Administração do Território e do Ordenamento do Território e Obras Públicas para elaborarem e executarem um plano de acção de formalização e organização de venda ambulante, mercados, transporte de mercadorias e passageiros.

4.2 Plano de acção de fomento dos meios de pagamentos digitais, educação e inclusão financeira e promoção e apoio ao surgimento de *fintechs*

No âmbito da implementação do Programa de Melhoria da Competitividade e da Produtividade é criado um grupo de trabalho multissectorial (composto pelos Ministérios da Economia e Planeamento, Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação e o Banco Nacional de Angola) para elaborarem e executarem um plano de acção de fomento dos meios de pagamentos digitais, educação e inclusão financeira dos agentes económicos, bem como de promoção e apoio ao surgimento de *fintechs*.

C- Medidas para particulares (famílias)

5. Proteger o bem-estar das famílias e salvaguardar postos de trabalho

Para mitigar os efeitos das ameaças acima referidas, as medidas imediatas que devem incidir sobre os particulares visam alcançar dois grandes objectivos, proteger o bem-estar das famílias e salvaguardar o processo de manutenção e criação de postos de trabalho, sendo nomeadamente as seguintes.

5.1. Transferência para o trabalhador da contribuição dos 3% da Segurança Social

Para melhorar o rendimento familiar proveniente dos salários, o Instituto Nacional de Segurança Social, mediante solicitação prévia, autoriza as entidades empregadoras do sector privado a transferirem para os salários dos trabalhadores, o valor de desconto para a Segurança Social (desconto de 3% do salário do trabalhador) nos meses de Abril, Maio e Junho de 2020.

5.2. Ausência de cortes do fornecimento de energia e de água

Para assegurar o fornecimento de energia e de água aos domicílios, as empresas do sector não devem efectuar cortes ao fornecimento de água e energia aos clientes com dificuldades de pagamento das contas durante o mês de Abril.

5.3. Reforço da distribuição de bens da cesta básica

Para garantir o consumo de bens alimentares da cesta básica para famílias mais vulneráveis, são disponibilizados recursos no total de 315 milhões de Kwanzas para o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que com os Governos Provinciais desenvolve campanhas de distribuição de bens da cesta básica para este segmento da população.

5.4. Apoio ao rendimento das famílias mais pobres

Para melhorar o rendimento das famílias mais pobres, afectadas pela profundidade da crise económica que o País vive, vai dar início em Maio de 2020 à primeira fase do Programa de Transferências Sociais Monetárias que vai beneficiar um milhão e seiscentas mil famílias.

A pesquisa dividiu-se em sete capítulos: o *primeiro* faz a introdução; o *segundo* faz a abordagem da investigaçãodesdobrando naJustificação da investigação e no problema da investigação; o *terceiro* refere-searevisão da literatura; o *quarto* contém as investigações precedentes; o *quinto* aplica a metodologia incluindo análise de dados, alcance da pesquisa, variáveis, desenho, população e amostra, e instrumento de pesquisa; o *sexto* apresenta os resultados

obtidos; o *sétimo* às conclusões, limitações e implicações; e por último as referências bibliográficas.

CAPÍTULO II. ABORDAGEM DA INVESTIGAÇÃO

2.1. Justificação da investigação

A justificativa da escolha do tema está especialmente na relevância que têm as Micro, Pequenas e Médias Empresarial para o desenvolvimento de Angola.

A motivação para trabalhar neste tema está ligada à satisfação das Micro, Pequenas e Médias Empresas, às necessidades das comunidades Angolanas.

A pandemia de Coronavírus (COVID-19) terá impactos significativos e ainda não completamente dimensionados sobre a sociedade. Trata-se de uma pandemia inédita na história, dado que, no passado, epidemias parecidas se desenvolveram em um cenário de muito menor integração entre países e pessoas, divisão do trabalho e densidade populacional.

Entretanto, os impactos derivados desta pandemia ampliam este conceito e vêm exigindo diferentes tipos de adaptabilidade em todas as áreas, como nos negócios, na educação, no desenvolvimento das pesquisas científicas, no modo como os consumidores se comportam, decidem e são forçados a se adaptar frente ao contexto actual. Ao sofrerem modificações nos padrões de consumo, faz-se necessário que as empresas e empreendedores pensem na modificação e adaptação de estratégias, de modo a buscar meios de atender às novas exigências

Por se tratar de uma doença e de uma situação novas, os vazios de informação e conhecimento ainda são enormes: taxas de letalidade, potencial de transmissão, tratamento, existência de outros efeitos ou sequelas no organismo dos que foram infectados, todas essas informações ainda são preliminares.

Nesse momento, a produção científica é crucial para melhor compreender a doença e seus efeitos e buscar soluções. Pesquisadores e cientistas, no mundo todo, em muitos casos a partir de uma boa coordenação governamental, estão se mobilizando para estimar tanto os efeitos da doença sobre a saúde das populações,

quanto os impactos económicos e sociais dessa pandemia.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), tem coordenado e mapeado os esforços de pesquisa no mundo, reunindo cientistas no tema e identificando as prioridades de pesquisa, da qual se procura descrever alguns desses esforços de pesquisa, bem como detalhar informações críticas para que esses esforços sejam bem-sucedidos.

2.1.2. Problema da investigação

O principal problema procura dar resposta às dificuldades que enfrentam as Micro, Pequenas e Médias Empresas enfrentam em face aos impactos da Pandemia de Coronavírus COVID 19 e suas consequências na sociedade Angolana.

A formulação do problema está na estruturação de toda pesquisa, de forma que um de seus componentes faz parte de um todo e que tudo seja um corpo que tenha a lógica da pesquisa.

Dessa forma se busca motivar factos que darão respostas à formulação das seguintes perguntas:

1ª Quais as principais dificuldades que as Micro, Pequenas e Médias Empresas enfrentam em face aos impactos da Pandemia de Coronavírus COVID 19 e suas consequências negativas na economia e na sociedade Angolana?

2ª Qual a relevância das soluções sobre o SARS COV 1, o SARS COV 2, ou COVID 19?

3ª O problema foi bem levantado relativamente ao SARS COV 2 ou COVID-19?

4ª Que diferença entre o SARS COV1 e SARS COV2 ou COVID 19?

5ª Quais hipóteses devem ser confirmadas sobre o COVID 19?

6ª Os termos SARS COV 1, SARS COV 2 ou COVID 19 são suficientemente definidos?

7ª Vale a pena usar tempo e esforço em sua solução, mesmo que seja provisório?

Estas são as perguntas cujas respostas exigem trabalho completo que levam algum tempo e requerem esforço físico e mental, em um estudo científico sobre o tema de investigação.

2.1.3. Objectivos gerais e específicos

Com a presente investigação se pretende alcançar resultados doimpacto na actividade das Micro, Pequenas e Médias Empresas face a Pandemia do Coronavírus que está a obrigar governos de muitos países, não só a enfrentar um problema de saúde pública, mas também o crescente abrandamento da actividade produtiva das empresas, o que se vai reflectindo negativamente nas economias.

2.1.3.1. Geral

O propósito é de conhecer as possibilidades do financiamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas em Angola, face ao momento da crise da Pandemia do Coronavírus COVID-19, no âmbito do Alívio Económico ao abrigo do Decreto Presidencial 98/20, de 09 de Abril.

2.1.3.2. Específicos

Os objectivos específicos são de:

a) analisar o ambiente de negócios das Pequenas e Médias Empresas em Angola, face as oportunidades;
b) conhecer as iniciativas do Executivo Angolano, do PRODESI (Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações) e as intervenções dos Bancos Comerciais no PAC - Programa do Apoio ao Crédito destinadas ao financiamento das Pequenas e Médias Empresas;
c) identificar os principais obstáculos que limitam o desenvolvimento das Pequena e Médias Empresas e
d) perceber que tipo de apoio o governo tem dado às Pequenas e Médias Empresas em Angola face a COVID-19.

CAPÍTULO III. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. Caracterização

Para a concretização do estudo pretendemos focar-nos na amostra com destaque na província de Cuando Cubango, cidade Menongue da República de Angola, pela seguinte razão: Cuando Cubango é a província menos rica de Angola, "concentrando quase 71% de todo o rendimento gerado no país, contém 90% de toda as actividade financeira, 75% da actividade de imobiliária, 81,3% da prestação de serviço prestados de educação, 63,3% dos serviços privados de saúde, 68% da actividade de transportes, 55,1% do comércio a grosso e a retalho, 47,3% da actividade de industrial e 70,4% da indústria extrativa" (Rocha, 2011:138).

Do ponto de vista geográfico 67% das pequenas e médias empresas estão sedeadas em Menongue e acolhe cerca de 33% dos postos de trabalho. As pequenas e médias empresas angolanas não dispõem de serviços que possam apoiar o seu desenvolvimento e crescimento. A maior parte dos serviços disponíveis encontram-se concentrados em Luanda e estão orientados para clientes mais importantes.

Outra razão que nos levou a escolher a cidade de cuando cubango, é porque podemos verificar que o grande centro facilitador do surgimento de empresários se encontra em Menongue , com uma grande concentração e diversificação de actividades económicas em relação ao restante municipios , e um grande número de negócios, empresas e empresários.

Outrossim, prende-se muito com a necessidade de procurar obter um conjunto de informações que nos levem a uma visão mais explícita sobre a problemática.

3.2. Contextualização

Muitos Estados estão a rever os orçamentos e a prever verbas para mitigar os prejuízos que as empresas estão a sofrer em virtude da pandemia do Coronavírus. Os despedimentos em massa são um dos grandes problemas que os governos dos países fortemente afectados pela Pandemia podem enfrentar, havendo a

preocupação de se conceberem planos que permitam a injecção de dinheiro em empresas, para ajudá-las a compensar os problemas de tesouraria, com vista a que possam pagar ao menos os salários.

Há muitas ideias sobre o que se deve fazer para que as empresas e as famílias não sofram demasiado com a Pandemia do Coronavírus, que obriga à limitação da mobilidade das pessoas e à paralisação de actividades económicas.

O mundo está em crise e, não se sabendo quando a Pandemia vai terminar, os Estados têm de ter planos de contingência, para que os problemas sejam menos dolorosos para as empresas e para as famílias.

Vivem-se tempos excepcionais, pelo que faz sentido que os Estados, perante a crise provocada pelo Coronavírus, tomem medidas excepcionais. Estão neste momento os países a aprender uns com os outros a gerir a situação decorrente da disseminação do Coronavírus por todos os continentes. E um dos grandes problemas a resolver é o abrandamento do crescimento económico, que tem repercussões na vida das famílias, que têm de ter poder de compra para poderem satisfazer as suas necessidades.

Vai assistir-se inevitavelmente nos próximos tempos a uma grande intervenção dos Estados na economia, por via de bancos de fomentos públicos, que poderão, com recurso ao crédito, evitar o colapso de empresas, em particular das pequenas e médias unidades produtivas.

Que no nosso país se estude o impacto do Coronavírus na economia e se comece a pensar já em medidas a tomar para ajudar as empresas a enfrentar os actuais problemas resultantes da Pandemia. Que iniciemos já a fazer o nosso trabalho de casa e que estejamos preparados para enfrentar um período de grandes dificuldades.

Em momentos de muitas incertezas, importa que haja muita ponderação na avaliação dos problemas, para que as medidas a tomar diminuam os problemas. É no tempo de crise que a nossa inteligência é posta à prova.

O importante é que haja esforços conjugados e bem coordenados para superarmos as dificuldades e que haja sempre concertação na busca das soluções para os problemas.

A necessidade de buscarmos novas maneiras de fazer as coisas é premente e a palavra de ordem no momento pode ser a importante e necessária adaptabilidade, há muito praticada. Entretanto, os impactos derivados desta Pandemia ampliam este conceito e vêm exigindo diferentes tipos de adaptabilidade em todas as áreas, como nos negócios, na educação, no desenvolvimento das pesquisas científicas, no modo como os consumidores se comportam, decidem e são forçados a se adaptar frente ao contexto actual.

Ao sofrerem modificações nos padrões de consumo, faz-se necessário que as empresas e empreendedores pensem na modificação e adaptação de estratégias, de modo a buscar meios de atender às novas exigências do mercado. De certo modo, inovar é preciso, principalmente em ambientes de restrições de recursos, o que vêm se tornando uma realidade cada vez mais presente e necessária, muitas vezes, para manter o nível mínimo de operação com vistas à manutenção do negócio. Contudo, a necessidade de adaptação ao presente contexto vem revelando argumentos que tornam visíveis os dilemas que se sustentam em duas vias principais: o achatamento da curva da doença ou o prolongamento da recessão global (Contractor, 2020).

De um lado, há a defesa da contenção da COVID-19 a todo custo, incluindo o estabelecimento de rígidas medidas de distanciamento social, parte delas implementadas pelos governos em nível global. Na essência de iniciativas desta natureza, apresenta-se um princípio fundamental, que não poderia ser diferente, o da protecção da vida das populações. Pesquisas recentes divulgadas pela Nature (Viglione, 2020), conceituada revista científica, projectaram cálculos realizados pelo grupo de pesquisa do Imperial College de Londres e apontaram que tal impacto, em decorrência do alastramento epidêmico do COVID-19, poderia infectar até 90% da população mundial, resultando na morte potencial de, aproximadamente, 40,6

milhões de pessoas.

Com a adopção das medidas recomendadas de distanciamento social para combater a expansão, os resultados são mais optimistas. Mesmo assim, o número de casos confirmados de COVID-19 em todo o mundo já ultrapassou 800.000 (31 de Março, 2020), segundo estatísticas compiladas pelo Centro de Ciência e Engenharia de Sistemas da Johns Hopkins Universty, em Baltimore, Maryland (Inglesby, 2020). A Pandemia do COVID-19 já abrange 178 países e todos os continentes e os índices de infectados e de mortalidade vêm apresentando dados crescentes, em projecções representadas por curva ascendente, que ultrapassa a marca dos 40 mil mortos.

Assim, toda e qualquer iniciativa no sentido de proteger os cidadãos, incluindo aquelas eventualmente mais restritivas, como a promoção do distanciamento social hoje em curso, vem sendo implementadas.

Do outro lado, surgem crescentes preocupações, sobretudo em países emergentes e com economia fragilizada, cujo intuito é o de salva-lado colapso iminente.

Medidas como o distanciamento social horizontal de toda a população preocupam e intensificam o debate acerca das alternativas existentes para avaliar o impacto, seja económico ou na saúde pública. Nesta direcção, surgem temas de grande relevância, para os quais acreditamos ser necessária uma apropriada discussão, sobretudo para abrir investigação que traga maior compreensão acerca da extensão e gravidade do actual cenário económico, sua real relevância, seus impactos nos mercados, nas actividades empreendedoras, dentre outros temas que nos inquietam e que destacamos aqui.

Acompanhando as manifestações dos diferentes sectores da indústria, comércio e de empresas de serviços, cada uma com suas especificidades, salientamos a importância de considerar os impactos do COVID-19, em toda sua extensão, nos empreendimentos e seus empreendedores, sobretudo nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

Tal esforço se mostra fundamental. De facto, 98,5% dos aproximadamente cinco milhões de estabelecimentos no Brasil são compostos por Micro e Pequenas Empresas (MPEs), mais susceptíveis às oscilações do mercado e à conjuntura económica fragilizada, expondo-as a situações de risco. Actualmente, essas empresas respondem por, aproximadamente, 54% dos empregos formais gerados e por 27% de todo o PIB nacional (SEBRAE, 2018), elevando-se ainda mais o potencial impacto negativo na actividade económica do país como um todo.

Além disso, diferentes estudos vêm enfatizando, nos últimos anos, a importância dos pequenos empreendimentos no desenvolvimento social, na redução da pobreza e no crescimento económico (Kim & Kang, 2014; Ribeiro-Soriano, 2017; Si, Ahlstrom, Wei, & Cullen, 2020; Urbano & Aparicio, 2016).

"Desde a década de 1980, empreendedores e donos de pequenos negócios têm recebido maior reconhecimento como impulsionadores do crescimento económico" (Ribeiro-Soriano, 2017, p. 1).

Em um recente editorial do jornal Entrepreneurship & Regional Development, por exemplo, os autores salientam como o empreendedorismo vem sendo cada vez mais reconhecido e significativo para o desenvolvimento económico e para a solução da pobreza em todo mundo. Aponta-se também como o papel do empreendedorismo "se tornou tópico cada vez mais importante na gestão" (Si et al., 2020, p. 1-3)e como a teoria e a prática devem direccionar os pesquisadores para observar e explicar as adversidades em tempo real (Thompson, Verduijn, & Gartner, 2020).

Embora pandemias sejam, obviamente, diferentes umas das outras, olhar para o passado recente e buscar na tessitura da história evidências de situações semelhantes talvez possa nos ajudar a reflectir sobre o momento actual. Não é a primeira vez que o mundo passa por epidemias e/ou pandemias que impactaram, no passado, a economia e os empreendimentos, em extensão semelhante à demonstrada pelo novo coronavírus no cenário actual.

Registos históricos indicam que, desde o século XVI, o mundo enfrentou, ao menos, três pandemias provocadas pelo vírus influenza, com intervalos de cem anos

(Barifouse, 2020).

A gripe asiática de 1957 (H2N2), por exemplo, causou mais de 1,1 milhão de mortes, e sob o ponto de vista económico, impactou na queda de três pontos percentuais no PIB do Reino Unido, Canadá, Japão e EUA.

A SARS, Síndrome Respiratória Aguda Grave, iniciada na China em 2002, por sua vez, infectou 8 mil pessoas, matando, aproximadamente, 780 delas em 17 países (CDCP, 2020). Economistas estimam que a doença, que foi controlada quatro meses após sua eclosão, gerou impacto económico de cerca de US$ 40 bilhões entre 2002 e 2020, o que correspondeu a 0,5% do PIB mundial.

Já a Gripe Suína, eclodida no México e declarada pela OMS como pandemia em Abril de 2009, espalhou-se para mais de 75 países em apenas três meses. Estudos realizados pelo Centro de Prevenção e Controlo de doenças dos Estados Unidos estimam que 700 milhões a 1,4 bilhão de pessoas foram infectadas, causando entre 150 e 545 mil mortes no primeiro ano do vírus em todo o mundo (CDCP, 2020).

Na economia, estima-se que a pandemia tenha custado, aproximadamente, 85 bilhões de reais (Tempo, 2020). Em todas as pandemias, destacou-se o papel comum dos governos e sua importância nas iniciativas para minimizar o impacto das ocorrências não apenas na saúde pública, implementando acções que visaram diminuir sua incidência e disseminação, como no contexto dos negócios, buscando proteger o segmento produtivo de modo geral.

Em 2009, para citar apenas a mais recente delas, sob o ponto de vista sanitário, o Brasil implantou uma série de medidas, como a criação de um sistema de barreira de Influenza em todos os aeroportos e nas capitais brasileiras, intensificou a campanha de vacinação contra gripe, ampliou os grupos prioritários para vacina etc.

No campo económico, as ações visaram proteger, sobretudo, a agroindústria nacional. Foram liberados créditos junto ao BNDES e outros órgãos de fomentos para recomposição do capital de giro, além da criação de convênios para

fortalecimento das actividades económicas das regiões mais afectadas pela epidemia (Temporão, 2010).

No actual contexto pandêmico de COVID-19, acções são entendidas como necessárias para redução do impacto económico e social no país. Neste sentido, entendemos que reflectir sobre os factores e a importância de medidas que contribuam para a sobrevivência de pequenas e médias empresas, sobretudo em momentos de crise e maior suscetibilidade à mortalidade, apresenta relevância que ultrapassa a natureza idiossincrática dos próprios negócios.

Alcançar impactos económicos e sociais derivados de sua actuação directa e indirecta suscita a relevância de questionamentos, ainda hoje sem respostas:

- O que os empreendedores podem fazer para se manterem activos no mercado?

- Como os empreendedores deveriam se comportar em momentos de crise?

- O que fazer para proteger as empresas, os empreendedores e colaboradores?

- Como atenuar, no mercado, os impactos derivados de pandemias, a exemplo da gerada pelo COVID-19?

Respostas a estas perguntas não são simples nem únicas. Entretanto, apresentamos aqui algumas inquietações que pretendem despertar o interesse para o desenvolvimento de novas pesquisas e estudos que auxiliem essas investigações.

Assim, sugerimos a busca de respostas que, sob a perspectiva dos empreendedores e pequenas empresas, contribuam para a compreensão e a geração de soluções, estratégias, aplicações gerenciais, sociais, ambientais, ou ainda, que contribuam para a geração de políticas públicas que amparem este público em momentos extremos como o que estamos vivenciando hoje.

Ressaltamos ainda que esperamos que pesquisadores, apresentem estudos densos e com o rigor científico e metodológico esperado, sobre a importância das actividades empreendedoras no país, robustecendo a literatura ainda hoje em

desenvolvimento. Mais ainda, chamamos a atenção para a importância do desenvolvimento de estudos que enfatizem os factores que permitam a sustentação de empreendedores e dos pequenos e médios negócios em condições de incerteza e em ambientes de restrições de recursos.

Proposições nestas direcções poderiam contribuir, sob o ponto de vista teórico e empírico, para a sustentação não apenas de tais empreendimentos como do próprio desenvolvimento socioeconómico do país.

Em essência, as reflexões aqui apresentadas nos sugerem que o dilema entre conter a todo custo o COVID-19 ou salvar a economia e os empreendimentos nela imersa, talvez seja uma dificuldade a ser de questionada com a apresentação de novas alternativas às disponíveis actualmente.

Da disputa de argumentos entre as duas lógicas institucionais, fica, para nós, a sensação de ambas serem fundamentais, complementares e relacionadas entre si. Não por acaso, neste número, essas reflexões chamam a atenção dos leitores sobre a importância económica e social das PMEs. Embora sem as especificidades da actual Pandemia proveniente do COVID-19, esta traz importantes ponderações sobre o contexto global, além de situações adversas ao empreendedorismo. Essas ponderações podem, sobretudo, auxiliar empresas e empreendedores no desenvolvimento de suas actividades actuais e futuras.

3.2. 1. Testes para o vírus

O primeiro passo para entender a doença e seus efeitos na população é conhecer o número de pessoas infectadas, como esse número cresce ao longo do tempo e que percentual dos infectados irá evoluir para situações mais graves, demandando leitos hospitalares, ou morrer.

A taxa de letalidade da doença ainda não é precisamente conhecida. Até dia 25/03, o mundo contabilizava aproximadamente 413 mil casos e 18,4 mil mortes: uma letalidade de aproximadamente 4%. Entretanto, esse número não é inteiramente preciso pois varia significativamente com o número de pessoas testadas, já que pessoas com sintomas leves não têm sido testadas na maioria dos

países. Isso também provavelmente explica por que essa taxa tem variado sobremaneira entre os países: na China está próxima de 4% enquanto na Itália, com 7,5 mil mortes e 74 mil casos, ela supera 10%.

Existem dois grupos de testes para o Sars-Cov-2, o primeiro e mais confiável é formado por testes moleculares e baseiam-se na identificação do código genético do vírus em amostras colhidas do paciente.

Para que esse tipo de teste seja possível, é necessário primeiramente conhecer o código genético do vírus, o que foi feito no Brasil, por um grupo de pesquisadoras e pesquisadores vinculados ao Instituto Adolfo Lutz e ao Instituto de Medicina Tropical, da USP. Ou seja, foi graças à ação rápida desses pesquisadores em sequenciar o DNA do novo vírus que foi possível começar a realizar os testes de diagnóstico do coronavírus no Brasil.

O Instituto Adolfo Lutz é um laboratório público de pesquisa e vigilância epidemiológica vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e que dispõe de laboratórios, equipamentos e pesquisadores capazes de realizar essas pesquisas (o sequenciamento do DNA do vírus) no tempo demandado por uma epidemia. Vale lembrar, essa capacidade é o resultado do investimento público em C&T realizado ao longo dos anos e, portanto, fruto de estratégias de longo prazo.

Esses testes demoram, quando a amostra é inserida no equipamento, cerca de quatro horas para ficarem prontos e demandam tecnologia específica, reagentes (os chamados kits diagnósticos) e mão-de-obra especializada. Eles custam aproximadamente R$ 150,00 por amostra, muito embora os preços possam variar significativamente (testes realizados pela Fiocruz podem ser mais baratos, enquanto laboratórios privados têm cobrado R$ 350,00 para realizar o teste).

Contudo, como tanto o número de equipamentos e, principalmente, os reagentes necessários são limitados, o crescimento da demanda por esses testes pode significar uma limitação na capacidade de oferta e uma demora maior para a liberação dos resultados. Por essa razão, até o momento, no Brasil, apenas os casos mais graves estão sendo testados, o que, em alguma medida, limita o

conhecimento sobre a propagação da doença.

Um segundo grupo de testes, conhecidos como testes rápidos, é baseado não no reconhecimento do vírus, mas na resposta imunológica do corpo depois da infecção. Nesses testes, chamados testes sorológicos, procura-se por anticorpos desenvolvidos pelo corpo humano para fazer frente à infecção. Enquanto os testes moleculares são mais precisos no início da infecção, os testes sorológicos são mais eficazes em detectar a doença em suas fases mais avançadas.

Para que os kits de reagentes para o diagnóstico do coronavírus sejam comercializados no território brasileiro, eles precisam ser previamente aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

No dia 17/03, pouco mais de 20 dias depois do primeiro caso de coronavírus ter sido diagnosticado no país, a Anvisa aprovou um protocolo rápido para registo e aprovação desses testes.

No dia 18, foram aprovados os primeiros oito testes (todos sorológicos) para o coronavírus e no dia 20 foram aprovados mais três (dois moleculares e um sorológico). A partir dessas resoluções, ao todo nove empresas foram autorizadas a comercializar os testes no Brasil, o que pode reduzir o gargalo existente até o momento na testagem e, consequentemente, na produção de informações sobre o número de infectados.

No dia 24/03, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), maior instituição de C&T brasileira na área da saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, finalizou o treinamento de 27 Laboratórios Centrais para que estes também possam realizar os testes de coronavírus em seus estados. Essa, juntamente com a produção de kits pela Instituição, é outra ação que deve ampliar sobremaneira a capacidade de oferta brasileira em testes para o vírus.

O facto é que quanto maior a testagem da população, mais conhecimento sobre a disseminação e sobre os efeitos do vírus será gerado. A tabela abaixo mostra o número de testes realizados em diversos países até dia 20/03.

Categoria de ensaio	Total	fase 0	fase 1	fase 2	fase 3	fase 4	Fase não informada	múltiplas fases
Drogas	883	31	60	403	327	105	71	117
Outros tratamentos	476	64	63	135	69	26	178	61
Prevenção	160	13	21	29	31	16	66	19
Não classificados	411	61	20	76	63	35	178	26

Fonte: https://ourworldindata.org/covid-testing#note-1. Para o Brasil, nota à imprensa do Ministério da Saúde, de 24/03: https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46596-saude-amplia-testes-para-profissionais-de-saude-e-seguranca. Para os EUA: https://covidtracking.com/

Até o dia 26/03, por exemplo, os EUA já haviam realizado mais de 480 mil testes, ou 1,48 testes para cada mil habitantes.

A Coreia, exemplo de país que teve uma estratégia ampla de testagem realizou, até dia 20/03, 316 mil testes: cerca de seis para cada mil habitantes.

O governo brasileiro não tem divulgado, quotidianamente, o número de testes realizados no país. As informações disponíveis foram divulgadas, pelo ministério, no dia 24/03. Segundo essa informação, o país realizou, até aquele dia, pouco mais de 32 mil testes, ou 0,16 para cada mil habitantes. Para alcançar um nível de testagem compatível com países como a Coreia, o volume de testes que seria demandado ao longo da epidemia seria em torno de 1,2 milhão de testes. Obviamente, esse número deve variar de acordo com o nível de transmissão no país e com o número de pessoas que venha a apresentar os sintomas.

O Ministério da Saúde afirmou, em sua página na internet, que estaria ampliando o número de testes distribuídos no país para mais de 22 milhões. Esse número de testes significaria algo como 100 testes para cada mil habitantes, 16

vezes mais do que a Coreia realizou. Uma consulta aos especialistas e epidemiologistas brasileiros poderia ajudar o governo a identificar a necessidade de testagem no país e, assim, calibrar as medidas e recursos necessários para isso.

3.2. 2. Pesquisa sobre vacinas e tratamentos

Outro campo importante de pesquisa para enfrentar essa nova pandemia é como frear o avanço do vírus e combater a doença por ele causada. Infelizmente, até o momento não há vacina contra o Sars-CoV-2 ou medicamento com eficácia comprovada para conter a evolução da Covid-19. Governos e organizações internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), a *Global Research Collaboration for Infectious Disease Preparedness* (GLOPID-R) e a *Coalition for Epidemic Preparedness Innovations* (CEPI), vêm intensificando esforços no desenvolvimento e testagem de soluções farmacológicas e outros tipos, como terapias com células-tronco. A expectativa é acelerar a obtenção de resultados, dado que o desenvolvimento de novos medicamentos pode levar mais de dez anos. Duas estratégias estão sendo seguidas, o desenvolvimento de novos componentes e pesquisas clínicas com medicamentos já testados e aprovados para outras doenças.

Desde que cientistas chineses divulgaram, pioneiramente, o sequenciamento genético do novo vírus, no início de Janeiro/2020, iniciou-se uma corrida entre empresas e institutos de pesquisa de vários países para o desenvolvimento de uma vacina.

Segundo a OMS, há actualmente 50 projectos sendo desenvolvidos por mais de 30 empresas e institutos de pesquisa ao redor do mundo. Dois desses, um nos EUA e outro na China, entraram em Março/2020 na primeira fase de pesquisa clínica e mais três projectos, desenvolvidos na China, na Alemanha e na Austrália, devem encerrar a fase de pesquisa experimental (pré-clínica) nos próximos meses.

A ciência brasileira não está de fora desta corrida. Pesquisadores do Instituto do Coração (INCOR) da Faculdade de Medicina da USP, em projeto originalmente financiado pela FAPESP, estão também desenvolvendo uma vacina contra o Sars-Cov-2 e devem, em breve, iniciar a fase de testes em animais. Caso os resultados

de sua eficácia sejam positivos, a equipa espera estabelecer parcerias com outras instituições para acelerar o desenvolvimento da vacina.

Avanços tão acelerados, no Brasil e nos demais países do mundo, só foram possíveis graças ao conhecimento acumulado nos últimos anos com projetos de pesquisas dedicados ao SARS (SARS-CoV-1) e ao MERS-Cov, vírus da mesma família do causador da Covid-19.

As novas tecnologias utilizadas também colaboram. No caso do projeto em estágio mais avançado desenvolvido nos EUA, está sendo utilizada uma tecnologia conhecida como RNA mensageiro (mRNA), baseada em material sintetizado artificialmente a partir do código genético do vírus.

O projecto brasileiro também utiliza uma tecnologia avançada, a chamada VLP (*virus-like particle*), com base em partículas que imitam o vírus.

Segundo os pesquisadores, este método não envolve a inserção de material genético do vírus no corpo humano, o que torna a vacina mais segura que as demais, uma vantagem significativa no caso de vírus pouco conhecido como o SARS-Cov-2.

Os projectos mais avançados ainda vão precisar passar por testes de eficácia (fases 2 e 3 de testes clínicos) e, caso obtenham sucesso, será necessário montar uma estrutura capaz de produzir em larga escala para atender a imensa demanda mundial. Não obstante tais desafios, a expectativa é que uma vacina esteja disponível até o final de 2021.

A empresa responsável pelo projecto mais avançado nos EUA, mesmo considerando a incerteza em relação aos resultados dos testes clínicos recém começados, já deu início à compra de equipamentos para produção da vacina.

Simultaneamente aos investimentos em vacinas para combate ao novo coronavírus, começarão a ser realizadas também pesquisas com medicamentos já existentes. Em diferentes países, equipes médicas vêm utilizando medicamentos desenvolvidos para outras doenças em pacientes em distintos estágios da Covid-19. Embora haja indícios de resultados positivos, nenhum estudo científico a respeito da

eficácia de tais tratamentos para COVID-19 foi concluído.

Diante disso, na segunda quinzena de Março/2020, a OMS anunciou a SOLIDARITY, uma iniciativa que envolverá instituições de inúmeros países para pesquisa clínica de quatro possibilidades diferentes de tratamento. A primeira delas é a combinação de antirretrovirais utilizados em pacientes portadores de HIV, o Ritonavir e Lopinavir. Uma segunda possibilidade será a combinação destes com o Interferon-beta. Serão testados ainda a cloroquina e a hidroxicloroquina, utilizados na prevenção e tratamento da malária, e o Remdesivir, um antiviral desenvolvido para o combate ao Ebola.

Para conseguir realizar pesquisa com um grande número de pacientes em intervalo de tempo curto, o teste seguirá procedimentos simples e não terá o rigor característico de pesquisas clínicas. Os registros serão feitos diretamente no site da OMS.

O médico irá inserir os dados básicos do paciente, incluindo condições pré-existentes, como diabetes ou hipertensão. O sistema indicará, de forma aleatória, se o médico deve ministrar um dos quatro tratamentos a serem testados ou se deve seguir o protocolo padrão do hospital. Ao final, o médico deverá indicar quanto tempo durou a internação, se ao longo do tratamento foi necessária a utilização de ventilação ou oxigênio, e qual foi o resultado, se o paciente veio a óbito ou deixou o hospital. Um termo de consentimento assinado pelo paciente deverá ser digitalizado e enviado para a OMS.

Os resultados serão analisados de forma periódica por um comitê, o qual decidirá se algum dos medicamentos deve deixar de ser testado e ser substituído por um outro que não consta da lista inicial. A expectativa é que a pesquisa conte com milhares de registos em espaço de tempo muito curto. O Brasil também fará parte desta iniciativa. O estudo será coordenado pela Fio cruz, contará com apoio do Ministério da Saúde e do MCTIC e deve envolver a participação de 18 hospitais em 12 estados diferentes.

Um estudo complementar a este, denominado DISCOVERY e coordenado pelo *Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale* (INSERM) da França, foi lançado também em março/2020 e será conduzido de forma simultânea ao SOLIDARITY da OMS. O DISCOVERY envolverá o registro de mais de três mil pacientes da França, Espanha, Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

No Brasil, foi lançada, em 23 de março de 2020, a Coalizão COVID Brasil. A iniciativa será coordenada com um conjunto de instituições – Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), Hospital do Coração (HCor), Hospital Sírio Libanês (HSL) e Brazilian Research in Intensive Care network (BRICnet) – em parceria com o Ministério da Saúde e apoiada pela empresa EMS. Serão realizados três estudos para avaliar a eficácia da azitromicina e da hidroxicloroquina em pacientes hospitalizados e do uso de corticoesteróides em pacientes em ventilação mecânica. A expectativa é que participem entre 40 e 60 hospitais do país.

Pesquisa com medicamentos que já estão no mercado vem sendo conduzida no Brasil também pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). Diferente das iniciativas anteriores, não se trata ainda da realização de testes clínicos, mas da procura de moléculas em medicamentos já testados que sejam capazes de inibir proteínas contidas no vírus.

Na primeira etapa da pesquisa, são realizados testes de interação das moléculas com as proteínas, utilizando dados da proteína e ferramentas de biologia computacional e inteligência artificial.

Na etapa seguinte, as moléculas aprovadas passarão por testes *in vitro* com células infectadas para verificar sua eficácia em bloquear a replicação do vírus. Mais de dois mil fármacos já passaram pelas análises computacionais e cinco foram aprovados para a segunda etapa.

3.2. 3. Equipamentos médicos para o tratamento

A COVID-19 coloca em questão a disponibilidade de equipamentos médicos e hospitalares em todo o mundo. Um dos aparelhos mencionados na documentação

técnica sobre a pandemia são os respiradores (ou ventiladores mecânicos), máquinas que ajudam os pulmões a inspirar e expirar quando o paciente não consegue operar seu sistema respiratório com normalidade, ou quando se quer reduzir o stress sobre o mesmo.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, 81% dos casos são leves e sem complicações, 14% evoluem para uma hospitalização que necessita oxigeno terapia e 5% para casos severos que exigem tratamento em unidade de terapia intensiva com ventilação mecânica.

No cenário actual, considerando dados italianos, 8% dos pacientes acometidos pelo vírus demandam ajuda do respirador. Se faltarem aparelhos, pacientes que precisem de ajuda artificial para respirar podem morrer por ausência de suprimento de oxigênio. Ainda, a demanda por máscaras cirúrgicas tem crescido significativamente durante a crise, sendo utilizadas nas ruas mesmo por indivíduos sem sintomas, culminando em muitos casos na falta do produto para profissionais da saúde.

Na Europa e EUA, a preocupação com a escassez de produtos médicos começa a direcionar empresas de outros sectores a actuarem na fabricação de respiradores e máscaras cirúrgicas. Diversos produtores de automóveis, como Ford, Tesla, GM, Fiat, Ferrari, Jaguar, Land Rover e Rolls-Royce, negociam parcerias com as actuais produtoras de respiradores para impulsionar a produção de ventiladores mecânicos e outros equipamentos hospitalares essenciais ao tratamento de portadores do novo coronavírus.

No Brasil, as negociações seguem caminho similar. O país possui 65.411 mil respiradores, sendo 46.663 mil na rede pública de saúde. No entanto, os especialistas têm alertado para o facto de que esse número pode não ser suficiente para atender a necessidade derivada do crescimento do número de casos graves da doença.

Estimativas da demanda e oferta de ventiladores por microrregião no Brasil indicam que se a taxa de infecção de 1% da população for alcançada em seis meses, 26% das microrregiões operarão a uma taxa superior à sua capacidade,

comprometendo com isso o atendimento dos pacientes mais graves. Se esta taxa for alcançada em um mês, este percentual sobe para 38%. Em ambos os cenários, as microrregiões com déficit de oferta estariam concentradas no Norte e Nordeste do país.

Desde o dia 20 de Março, a indústria automobilística brasileira começa a se articular para aproveitar a capacidade ociosa de suas fábricas e passar a produzir ventiladores pulmonares. Além da indústria automobilística, mais de 100 empresas do sector de máquinas e equipamentos afirmam que irão colocar suas linhas de produção à disposição para a produção de respiradores mecânicos. De acordo com a Abimaq, tais equipamentos serão doados, portanto não haverá custos para o governo brasileiro. Ainda, visando limitar a escassez de equipamentos, o governo zerou a alíquota de imposto de importação de mais de 50 produtos de saúde ligados à pandemia.

A possibilidade de utilizar impressoras 3D de universidades e empresas para a produção de peças de produtos médicos hospitalares, como válvulas para respiradores e protectores faciais, aparece como a possibilidade promissora no cenário em diversos países, inclusive no Brasil.

Diversas instituições estão criando projectos de códigos abertos para a tarefa. De forma colaborativa, engenheiros, médicos, empreendedores e pesquisadores auxiliam colectivamente na construção, reparação e modificação de máscaras, produtos e equipamentos. Entretanto, ainda existe uma preocupação na comunidade médica sobre o uso desses dispositivos sem a garantia de que esses funcionem conforme o planejado e não causem danos.

No Brasil, startups e universidades, como UFRJ, UNIFESP e USP, promovem iniciativas similares: desenvolvimento de projetos com código aberto para a produção de respiradores, com o intuito de usar impressoras 3D do parque produtivo industrial actualmente ocioso no país. Em diversos casos, os projectos desses respiradores apresentam custo baixo, não exigirão energia eléctrica para funcionar e serão portáteis. Alguns, todavia, não são apropriados para serem utilizados em UTI, somente permitindo atendimento de casos menos graves. A

produção de máscaras também faz parte das iniciativas, capitaneadas em diversos estados brasileiros.

3.2. 4. Acções adoptadas pelos governos para acelerar a pesquisa e a inovação

Em um cenário de emergência de saúde pública internacional, as ações adotadas pelos governos para acelerar pesquisas na área têm fundamental importância. Diversos países do mundo têm procurado coordenar suas iniciativas de pesquisa internamente e articular os esforços àqueles identificados pela OMS. Inúmeros editais de pesquisa foram lançados nos últimos meses para fazer frente a este desafio, como sintetizado na tabela 2.

Tabela 2. Editais de pesquisa

País/Bloco	Instituição com editais para P&D	Valor	Coordenação com organismos internacionais*
BRASIL	EMBRAPII	R$ 6 milhões	não
	FAPESP	R$ 10 milhões	não
	FAPESP - FINEP	R$ 20 milhões (50% FINEP e 50% FAPESP)	não
	SENAI	R$ 10 milhões	não
UNIÃO EUROPEIA	Comissão Europeia [1]	€47,5 milhões	OMS e ECDC
	Comissão Europeia [2]	€164 milhões	não
ALEMANHA	Fundação Alemã de Pesquisa (DFG)	Não disponível	não
	Rede Nacional de Pesquisa em Doenças Infecciosas Zoonóticas	€10 milhões	OMS
FRANÇA	Agência Nacional de Pesquisa da França (ANR)	€ 3 milhões	OMS
	REACTing (Pesquisa e ação voltada para doenças infecciosas emergentes)	€1 milhão	não
ESTADOS UNIDOS	DOE – Departamento de Energia	Não disponível	não
	NIH - Institutos Nacionais de Saúde	Não disponível	OMS
CANADÁ	Institutos Canadenses de Pesquisa em Saúde	CAD$52,6 milhões	OMS e GloPID-R
REINO UNIDO	MRC - Conselho de Pesquisa Médica	£20 milhões	OMS, GloPID-R, CEPI, Wellcome e Comissão Europeia
	WELLCOME	£10 milhões	UK Departamento para Desenvolvimento Internacional (DFID)

Observação: Dados colectados em 25/03/2020.

*Refere-se a menção explícita nos editais e/ou nas páginas (sites) das instituições que se referem a estes editais.

Os editais de pesquisa mencionados na tabela 2 podem ser acedidos nos links: EMBRAPII, FAPESP, FAPESP - FINEP, SENAI, Comissão Europeia [1], Comissão Europeia [2], Fundação Alemã de Pesquisa (DFG), Rede Nacional de Pesquisa em Doenças Infecciosas Zoonóticas, Agência Nacional de Pesquisa da França (ANR), REACTing (Pesquisa e ação voltada para doenças infecciosas emergentes), DOE – Departamento de Energia, NIH - Institutos Nacionais de Saúde, Institutos Canadenses de Pesquisa em Saúde, MRC - Conselho de Pesquisa Médica, WELLCOME.

No Brasil as iniciativas de coordenação pelo governo federal, em especial pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), ainda estão se iniciando. Foi instituído no começo de Março de 2020 o Comitê de Especialistas Rede Vírus – MCTIC que pretende exatamente promover a integração dos esforços de pesquisa científica e desenvolvimento; definir as prioridades de pesquisa; articular e integrar as iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI); e promover o desenvolvimento de tecnologias sobre viroses emergentes.

Uma questão que se coloca, no entanto, é se essa coordenação será mesmo efetiva, uma vez que o Comitê é composto por apenas três participantes do MCTIC e de suas unidades: o Secretário de Políticas para Formação e Acções Estratégicas do Ministério, enquanto coordenador, um representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e um representante da Financiadora de Estudos e Projectos - Finep.

Como forma de promoção de esforços em PDI sobre o tema, foram lançados três editais que totalizam 40 milhões de reais, sendo dois deles voltados para empresas e para pequenas empresas do estado de São Paulo, respectivamente, SENAI e FAPESP/FINEP, e o outro voltado para instituições científicas e tecnológicas, da FAPESP. O edital do SENAI é bastante abrangente, podendo participar projetos de consultoria, metrologia/ensaios/análises e/ou PDI –, e foca no

impacto de curto prazo, enquanto os demais definem como principais objetivos o desenvolvimento de kits de diagnóstico e respiradores mecânicos.

Na análise dos editais em andamento no país, e das informações disponíveis nos sites das instituições, destaca-se o facto de não haver menção às prioridades estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde, ou às iniciativas internacionais.

Um levantamento preliminar em países seleccionados – Alemanha, França, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido – aponta para outra realidade, estando a maior parte deles coordenados com as prioridades da OMS. Ademais, a maior parte dos países tem um órgão que centraliza, senão as demandas por pesquisas na área de saúde, as informações relativas às pesquisas em desenvolvimento e sobre os editais disponíveis. Como exemplo do volume de recursos adicionais alocados à PDI pode-se destacar o Reino Unido, com 30 milhões de libras esterlinas, e o Canadá, com 52 milhões de dólares canadenses.

Além da actuação dos Estados Nacionais e da OMS, destacam-se ainda as iniciativas da União Europeia, coordenadas com as prioridades da OMS e do *European Centre for Disease Prevention and Control*[1], que lançou um edital específico voltado às pesquisas sobre o coronavírus, com recursos da ordem de 50 milhões de euros e do edital lançado para startups e pequenas e médias empresas que conta com cerca de 160 milhões de euros. Somam-se a essas as iniciativas de coordenação internacional das pesquisas da *GLOPID-R*, que reúne em nível internacional as organizações de financiamento à pesquisa relacionadas às doenças infecciosas, disponibilizando informações relativas aos recursos e editais existentes em diversos países/ organizações (e na qual não estão disponíveis informações sobre o Brasil).

Outro debate cuja relevância deve crescer está relacionado ao patenteamento das tecnologias (novas e já existentes) de medicamentos, produtos e equipamentos médicos a serem utilizados para lidar com a pandemia. Licenças compulsórias podem ser um caminho adoptado por diversos países. A maioria das jurisdições possui leis de licenciamento compulsório ou de uso governamental em vigor, que podem ser usadas em caso de necessidade pública. Entretanto, até o

momento, a emissão de tais licenças para medicamentos patenteados estava principalmente associada a países como Índia, Indonésia, Brasil, Chile, África do Sul e Malásia. Mas, dada a natureza sem precedentes da crise médica e econômica relacionada à Covid-19, essas medidas podem se tornar mais atraentes em jurisdições onde esta prática tem sido menos comum.

Todos os estados membros da Convenção Europeia de Patentes possuem leis nacionais que permitem que seus governos licenciem ou usem patentes obrigatoriamente no interesse da saúde pública, desde que seja paga uma compensação razoável. Até os EUA, que criticam o licenciamento compulsório, têm leis sobre o estatuto que permitem medidas similares.

No Canadá, em resposta à pandemia actual, os legisladores aprovaram um projecto de lei para acelerar o processo de emissão de licenças compulsórias para produtos médicos. A lei canadense já permite que o governo emita uma licença compulsória, mas o projecto aceleraria o processo, permitindo que o país se movesse mais rápido para garantir uma licença no caso de uma crise de saúde pública. No momento, a medida parece projectada para garantir o acesso a equipamentos de proteção individual em situações em que ocorram erros de preços ou em que uma empresa seja incapaz de lidar com pedidos. Nesses casos, o governo poderia emitir uma licença para outra empresa fabricar os produtos.

O governo alemão também pretende aprovar emendas à Lei Alemã de Prevenção e Controle de Doenças Infecciosas em Humanos, o que também pode impactar em patentes. Em uma "situação epidêmica", o Ministério Federal da Saúde seria autorizado a ordenar que uma invenção relacionada aos produtos necessários seja usada no interesse do bem-estar público ou no interesse da segurança nacional. Ainda, a Assembleia Nacional do Equador foi convidada por um de seus comitês a conceder licenças compulsórias sobre direitos relacionados ao novo coronavírus, enquanto a Câmara dos Deputados do Chile aprovou uma resolução com o mesmo efeito.

Em síntese, ainda existe a possibilidade de que ocorram disputas judiciais derivadas da propriedade intelectual dos produtos relacionados ao combate à

epidemia. O resultado dessas disputas ainda é incerto.

3.2.5. Angola: Empresas e trabalhadores sofrem impacto da COVID-19

Nos últimos meses, extinguiram-se cerca de 4 mil postos de trabalho em Angola e os sectores da hotelaria e da restauração estão à beira da falência, devido à pandemia. Sindicatos pedem fundo de desemprego.

Desde que o Estado angolano decretou o estado de emergência, hotéis fecharam as portas e os restaurantes reduziram a produção porque não devem, por enquanto, ter clientes nos seus espaços.

O sector está autorizado a fazer somente vendas por intermédio de serviço de entregas. A exigência está a prejudicar as finanças das empresas que têm compromissos com trabalhadores e outros parceiros.

Avelino Lucas gere um restaurante no Talatona, um dos bairros nobres de Luanda contou à DW África, que nestes meses de Estado de Emergência as dificuldades são imensas para a empresa, porque a restauração não está autorizada a voltar ao funcionamento normal, como está a ocorrer com os outros sectores. O restaurante de Lucas depende agora das entregas ao domicílio. Com isso, a facturação mensal que anteriormente era equivalente a cerca de 22 mil euros passou a ser de menos de cinco mil, ressaltando ter estado a trabalhar com o regime de entrega ao domicílio, que não nos tem ajudado muito e noutrora, pela dimensão da restauração que têm, tinham uma facturação de cerca de 14 milhões de kwanzas por mês. E desde o Estado de Emergência estão com uma facturação de três milhões.

3.2.6. Trabalhadores dispensados

As dificuldades obrigaram também a dispensar trabalhadores, explicava Avelino: Ter um número inferior a treze pessoas estarem a trabalhar e o resto do pessoal em casa.

O que têm feito é procurar pagar pelo menos o salário básico para que consigam sobreviver durante este período. A ideia era fazer mais, mas, sem receita, não dar

para atender. Têm um número inferior ou superior a 45 trabalhadores. Mas apenas treze estão no activo.

Recentemente, as associações empresariais reuniram com o Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social, onde foi revelado que, para além da hotelaria e restauração, as empresas do ramo petrolífero e da construção civil também estão a viver os mesmos problemas. Os empresários afirmaram que, face à situação do momento, estão a ser obrigados a dispensar quase 50% dos seus funcionários.

A empresa de Ana Pizardo, do sector petrolífero, todas as actividades estão suspensas, estando a falar de 380 pessoas que poderão perder o emprego, a solicitar infelizmente o despedimento colectivo, pelo facto de perderem duas sondas e não terem fundo de maneio para manter os trabalhadores, salientando contudo, que nada poder ser feito antes do levantamento do Estado de Emergência, indo continuando a pagar os salários e tudo que o trabalhador tem direito até ao fim.

3.2.7. Penalizar empresas não é solução

A ministra da Administração Pública Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias, confirma as dificuldades das empresas e trabalhadores e que de acordo com os dados estatísticos dos últimos meses da Inspecção Geral do Trabalho, um número considerável de cidadãos viram extintos os seus postos de trabalhos, por um lado, e outros suspensos os seus contratos de trabalho, cifrando-se as duas realidades em mais de 3.728 postos de trabalho, salientando não estar previstas penalizações às empresas, sendo uma situação delicada, não só em Angola como a nível global, pois ninguém tem demonstrado uma faceta no sentido de querer aplicar medidas de consequências jurídico-legais ou de consequências que possam vir a afectar ainda mais as empresas. As empresas estão em situação periclitante do ponto de vista económico e financeiro. Não têm saída para a realização do seu objecto social.

3.2.8. Situação pré-coronavírus

Em declarações à DW África, o Secretário Nacional da Central Geral Sindical de Angola (CGSILA) defende que a COVID-19 não é a principal causa do desemprego em Angola. Jacinto Francisco disse que antes da Pandemia o país já tinha mais de nove mil desempregados. As empresas e os trabalhadores são "reféns da economia que não funciona em Angola" segundo o sindicalista. "Não é a COVID-19 que veio provocar isso. É preciso dizer que muitos querem se aproveitar da COVID-19. A situação real é da economia que não funciona no país. O problema é da economia do país que anda de patas para o ar e não encontramos ninguém com capacidade de colocar a economia a funcionar e proporcionar a vida melhor aos angolanos e, sobretudo, aos jovens que vão ter cada vez mais problemas em conseguir o primeiro emprego", critica Jacinto Francisco.

A CGSILA prevê que o nível do desemprego em Angola poderá chegar aos 40% nos próximos dias. Por isso, o sindicalista reitera ser urgente a implementação do subsídio para os desempregados, recalcando estar-se a falar da metade da população que estará no desemprego. É preciso que o Estado reveja isso. Se o Estado não tem capacidade de fazer funcionar a economia, tem que aprovar um subsídio para proteger o cidadão.

3.2.9. Covid-19: Como fica a situação das empresas angolanas?

O Estado de Emergência e a crise da Covid-19 estão a causar prejuízos na economia em Angola. As consequências já são visíveis em diversos sectores. Especialistas apontam a falta de soluções práticas por parte do Governo.

Angola cumpria desde segunda-feira (11.05) mais 15 dias de Estado de Emergência, o Presidente João Loureço reconhece que as consequências do confinamento social já se sentem nas empresas e que a indústria angolana debate-se com sérios problemas financeiros, falta de matérias-primas e pagamento de salários.

Segundo o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, as consequências da Covid-19 para as empresas angolanas são várias e

visíveis, os cerca de quatro mil associados enfrentam problemas de vária ordem e que matérias-primas, problemas financeiros, relações laborais, actividades suspensas e assunção de salários,

Segundo José Severino, o sector da construção civil também trabalha a meio gás e com muitas despesas a cobrir e muitos dos contratos ou a maioria foram suspensos, mas há os custos dos estaleiros, do pessoal administrativo. Por isso, as ferramentas que o Governo dá do ponto de vista financeiro não correspondem a premissa do problema que as empresas têm, que é financiamento, pagamento diferido e juros de 7,5%. A segurança social, naturalmente, está hoje a suportar o salário da função pública, completou o Severino.

O Presidente angolano, João Lourenço, reconhece que o novo coronavírus está a causar danos ao sector empresarial angolano, destacando que as empresas, as indústrias e o comércio foram igualmente atingidos porque algumas tiveram que encerrar as suas portas ou trabalhar muito abaixo das capacidades instaladas.

Para mitigar os efeitos da Covid-19 nas empresas angolanas, o Governo em Luanda adoptou algumas medidas como alívio fiscal e alívio no pagamento de salários, entre outras.

3.2.10. Crise mundial e mercado interno

Segundo ainda o presidente da AIA reconhece o esforço do Estado na mitigação dos problemas das empresas, apesar da crise financeira, da baixa do preço do petróleo no mercado internacional e da escassez de divisas.

José Severino disse que a circulação de produtos agrícolas está mais aberta e alguns cereais são matéria-prima para o funcionamento das indústrias. Mas deixa uma sugestão para melhorar o funcionamento das fábricas, e mesmo os grandes estaleiros, funcionem em circuito fechado, aquele modelo que os do petróleo usam 28/28. Neste caso, as plataformas seriam de cinco em cinco dias, grupos de trabalho fechados, com todas as normas de biossegurança e, obviamente, com alimentação e, no fim dos cinco dias, regressar a casa, exemplificou José Severino.

3.2.11. Diversificação da economia

E como fica o sonho da diversificação da economia face a esta crise e com a queda do preço do petróleo? Para o economista Francisco Paulo, da Universidade Católica de Angola, é preciso entender como fica a diversificação da economia diante desta crise. "Diversificar a estrutura produtiva do país, isto é, o conjunto do Produto Interno Bruto (PIB) é fazer com que mais sectores tenham mais peso no Produto Interno Bruto. Se olharmos a diversificação da economia em termos do PIB, vamos ver que o sector petrolífero nos últimos cinco, seis anos, tem perdido peso", analisou o economista que é também especialista, entende que se devia diversificar a estrutura de exportação de bens e serviços de Angola. Ou seja, olhar para além do petróleo e diamantes. Mas há planos do Governo nesse sentido? Questionou e afirmou que há muito trabalho a ser feito e não vê em nenhum programa do Governo metas que estabelecem os *timings* para poder-se alcançar algum desiderato, quer no que diz respeito à estrutura do PIB quer na estrutura das exportações, e entre as várias medidas adoptadas pelo Governo para diversificar a economia está o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, que parece não ter surtido efeito, retorquindo que, o Governo precisa ir para além dos discursos podendo haver alguma intenção do Governo, mas não está a ser bem formulado em termos de política porque o *lobby* de importação no país anda muito forte. Algumas pessoas estão a ganhar com o monopólio nas importações. Preferem que haja mais importação do que a produção interna", concluiu o economista angolano Francisco Paulo.

3.2.12. Medidas adoptadas pelo Ministério das Finanças

a) Subtrair 1,5 mil milhões de dólares do FSDA •O FSDA é o único rendimento futuro que restava ao País e que também servia para melhorar o prospecto do Governo angolano junto de investidores externos. Por se tratar dum fundo, estamos diante de um investimento, ainda que teoricamente. Assim sendo, a ciência económica recomenda que um investimento pode ser desarticulado, porém, o importante é articularmos outro investimento. Infelizmente, não é esse o caso FSDA, vai ser utilizado para realizar despesas correntes. Não bastou o PIIM que é

um programa claramente eleitoralista e que com a COVID-19, assume-se como mais um desperdício de recursos. Depois do PIIM e agora o Covid-19, o FSDA conta com 3 mil milhões de dólares a menos. Porém, se assumirmos que o mesmo não tem gerado rentabilidade para o Estado, mas, tem na mesma tido encargos financeiros, é bem provável que já ande bem abaixo dos 2 mil milhões de dólares. Pelo que não será de admirar que com a situação o fundo seja completamente liquidado.

b) Acelerar as privatizações

- Existe uma forte relação entre a política de combate à corrupção e as privatizações. Do ponto de vista dos compradores nacionais, supõe-se que os apelidados Marimbondos são os que mais possuem liquidez, o que os torna em potenciais clientes do Estado nas privatizações. Porém, o comportamento destes endinheirados e não só é hoje mais comedido de forma a não atraírem a curiosidade da PGR.
- Para um investidor estrangeiro, isto é um quadro de incerteza que o afasta até que se altere. O risco de vir a ter um sócio local que pode ser convocado pela PGR é grande. Para reservar a sua reputação e evitar multas consideráveis no seu País, acaba recuando. Entrar no mercado sem um parceiro local é uma possibilidade, porém mais difícil, sobretudo para países como Angola.
- O IGAPE vai se tornando num instituto com atribuições para além do seu core e há o risco de se tornar num Azar Moral para o Estado, isto é, atrasar o máximo possível as privatizações como forma de sobrevivência institucional. Ademais os casos de arresto de bens com contornos judiciais bastante complexos reforçam essa ideia.
- c) Autorizar o INSS a comprar títulos no mercado primário
- Está mais do que claro que a palavra ‘‘autorizar’’ aqui é um mero eufemismo, o Governo anda à caça de liquidez tanto para fazer a rolagem da dívida como para, eventualmente financiar o OGE. Por sua vez, o INSS, não tem melhor alternativa de investimento no actual contexto.
- Esta medida para com o INSS conjugada com uma outra proposta pelo Ministério da Economia, o BNA comprar os títulos detidos por certas empresas num montante global de 100 mil milhões de kwanzas, sinalizam os limites do mercado de capitais angolano. Os riscos de incumprimentos do Governo tornam-se mais fortes ainda.
- O Governo está a ajudar a depreciar o valor dos seus próprios títulos quando decide arranjar compradores para alguns dos detentores. Quer dizer, uns vão aos bancos e recebem 70% pelos títulos por terem antecipado a liquidez, outros usam a influência do emitente (Governo) sobre um comprador (BNA) que paga 100%?d)Identificação e

operacionalização de todas as fontes de financiamento possível para contrapor os efeitos directos (certamente humanos) e indirectos (certamente economia) do Covid-19.

- Foi certamente desta medida que decorreu o famoso pedido de ajuda à população para ‘‘ajudar’’, segundo o Governo, outra população. A medida não tem pernas para andar e trará mais prejuízos ao governo do que proveitos.
- Do ponto de vista moral o Governo perde força pela memória, ainda bastante recente, que a sociedade tem de como uma pequena elite devorou o boom económico que era suposto beneficiar o País como um todo... A situação financeira actual é crítica, a pobreza se aprofunda, mas os governantes continuam a usar o dinheiro dos contribuintes para se atribuírem frotas de carros de luxo, casas, subsídios indecorosos, entre outras más práticas. A corrupção continua.
- É um grande equívoco o Governo propor-se a ajudar quando deve governar! Não se pode ser Governo e doador ao mesmo tempo, ainda que pela via do partido que suporta o Governo.
- Os prejuízos são também financeiros tendo em conta a forte relação entre este pedido de ajuda e o custo de financiamento para Angola (aumenta significativamente e mais do que torna negativo os resultados da campanha de ajuda financeira).

CAPÍTULO IV. INVESTIGAÇÕES ANTERIORES

4.1. Sobre o SARS COV ou COV1

4.1.1. Síndrome respiratória aguda grave

Síndrome respiratória aguda grave (SARS, do inglês*Severe Acute Respiratory Syndrome*, ou SRAG, em português) é uma doença respiratóriaviral de origem zoonótica causada pelo coronavírus SARS-CoV. A doença causa sintomas semelhantes aos da gripe, como febre, dores de cabeça, calafrios e dores musculares. No entanto, a SARS é uma doença muito mais grave do que a maioria das outras infecções por coronavírus, que geralmente causam apenas sintomas ligeiros.

A SARS é causada pela infecção com o coronavírusSARS-CoV. A transmissão entre pessoas dá-se por contacto próximo com a pessoa infectada ou através de gotículas expelidas pela tosse ou espirros de uma pessoa infetada. Suspeita-se de diagnóstico de SARS nos casos em que a pessoa tenha sido exposta a uma pessoa infectada e tiver febre acompanhada de tosse ou dificuldades respiratórias. O diagnóstico pode ser confirmado com exames para identificar o vírus.

O tratamento consiste em isolamento, administração de oxigénio e, em caso de dificuldades respiratórias, ventilação mecânica. A maioria das pessoas recupera ao fim de uma a duas semanas. No entanto, a doença é fatal em cerca de 10 por cento dos casos.

A SARS foi detectada pela primeira vez no fim de 2002 na China. Entre 2002 e 2003, um surto da doença resultou em mais de 8000 casos e cerca de 800 mortes em todo o mundo. Desde 2004 que não há registos de novos casos da doença. Pensa-se que a doença tenha tido origem em gatos-de-algália infectados por morcegos e posteriormente vendidos em mercados. Em 2012 foi detectada na Arábia Saudita uma nova variante de coronavírus (Mers-CoV), responsável pela síndrome respiratória do Médio Oriente (MERS).

Em 12 de Março de 2003, a OMS emitiu um alerta global para uma pneumonia atípica, de origem desconhecida, até então sem nome. No mesmo alerta, se referiram ao quadro clínico de diferentes formas, como doença respiratória aguda, Síndrome Respiratória Aguda Grave e desconforto respiratório agudo:

"No Vietnam, o surto se iniciou com um único caso que foi hospitalizado para tratamento de uma Síndrome Respiratória Aguda e Severa, de origem desconhecida. [...] em alguns casos progredindo para desconforto respiratório agudo, necessitando ventilação assistida [...]. Até então, nenhuma conexão foi estabelecida entre esses surtos de doença respiratória aguda em Hanoi e Hong Kong e o surto de 'gripe aviária', A(H5N1) [...]."

Depois disso, a OMS emitiu relatórios sequenciais, começando a partir do dia 16 de Março de 2003, já considerando o novo nome designado para essa síndrome: SARS. No mesmo dia 16 de Março, o Centro de Informação em Saúde para Viajantes (CIVES) emitiu um informe técnico alertando para a nova doença infecciosa, traduzida como Síndrome Respiratória Aguda Grave. O registo de "Síndrome Respiratória Aguda Grave" foi então adicionado ao CID-10 sob o código UO4.9, após implementação pela OMS em Outubro de 2003. Em 18 de Março de 2004, a OMS declarou que a transmissão interpessoal de SARS havia sido interrompida e, desde 2004, não houve nenhum novo registo de SARS no mundo. A OMS então recomendou que, para pesquisas laboratoriais envolvendo o vírus SARS-CoV, era necessário um nível 3 de biossegurança.

4.2. Sobre o SARS COV2

O Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2) (em Inglês: Severe acute respiratory syndrome coronavirus 2), inicialmente denominado provisoriamente de "2019-nCoV" (em Inglês: 2019 novel coronavirus), por vezes denominado "coronavírus de Wuhan", ou "vírus da COVID-19", é um vírus ARN de cadeia simples positiva (genoma linear). É contagioso entre seres humanos e é a causa da doença COVID-19, da qual existe uma pandemia em curso.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que morcegos são o reservatório natural mais provável do vírus, embora algumas diferenças entre os vírus encontrados em morcegos e os encontrados em seres humanos sugiram que os humanos foram infectados através de um hospedeiro intermédio. As primeiras infecções conhecidas foram descobertas na cidade de Wuhan (província de Hubei, China) em Dezembro de 2019.

4.2.1. Hipóteses sobre a origem

Apesar da estirpe ter sido descoberta em Wuhan, ainda não é claro qual foi a fonte original de transmissão viral para os seres humanos, nem quando é que a estirpe se tornou patogénica (produzir doenças infecciosas nos hospedeiros). O vírus da COVID-19 apresenta proximidade genética com os coronavírus encontrados em morcegos, dos quais provavelmente originou-se. Uma sequência de ácido nucleico em morcegos da espécie *Rhinolophusaffinis* recolhida na província de Yunnan, também na China, revelou uma semelhança de 96% em relação ao SARS-CoV-2. Mas, pensa-se que antes de ser introduzido aos seres humanos tenha também estado envolvido um reservatório animal intermédio, como o pangolim. Do ponto de vista taxonómico, este vírus está classificado como estirpe da espécie de coronavírus relacionado com a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV).

Em 7 de Fevereiro de 2020, investigadores na cidade de Guangzhou (província de Guangdong, China) descobriram uma amostra de pangolim com uma sequência de ácido nucleico 99% idêntica ao SARS-CoV-2, com a diferença apenas de um aminoácido. Embora a lei chinesa proteja esses mamíferos, ainda é comum seu comércio ilegal para uso na medicina tradicional chinesa. Também no estado do Texas (Estados Unidos), microbiólogos e geneticistas encontraram evidências de rearranjo em coronavírus, o que sugere o envolvimento de pangolins na origem do SARS-CoV-2. No entanto, os coronavírus em pangolins encontrados até hoje partilham apenas 92% do genoma com o SARS-CoV-2, o que é insuficiente para provar que os pangolins sejam o hospedeiro intermédio. Em comparação, o vírus SARS responsável pelo surto de 2002-2004 partilhava 99,8% do seu genoma com os coronavírus da civeta.

Devido a descoberto ter sido em Wuhan, é por vezes denominada "vírus de Wuhan" ou "Coronavírus de Wuhan", embora a Organização Mundial de Saúde (OMS) desaconselhe a utilização de nomes baseados na localização. Para evitar confusão com a doença Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), em comunicados públicos a OMS por vezes refere-se ao vírus como "vírus responsável pela COVID-19" ou "vírus da COVID-19". Tanto o vírus como a doença são muitas

vezes denominados "Coronavírus" ou "novo coronavírus" pelo público em geral, embora cientistas usem termos mais precisos.

4.2.2. Virologia

4.2.2.1. Infecção

A transmissão do SARS-CoV-2 entre seres humanos foi confirmada pela primeira vez durante a pandemia de coronavírus de 2019-20. A principal forma de transmissão são gotículas produzidas no sistema respiratório e expulsas ao tossir ou espirrar até um raio de 1,8 m. Outra possível causa de infecção é o contacto indirecto através de superfícies contaminadas. A investigação preliminar sugere que o vírus possa permanecer activo em plástico e aço até três dias, embora não consiga sobreviver em cartão mais do que um dia ou em cobre mais do que quatro horas. Foi também observado ARN viral em fezes de pacientes infectados.

Ainda não é claro se o vírus é infeccioso durante o período de incubação. Em 1 de Fevereiro de 2020 a OMS indicava que "a transmissão a partir de casos assintomáticos provavelmente não é uma das principais formas de transmissão". Acredita-se que a maior parte das infecções em seres humanos seja o resultado de transmissão entre pessoas que manifestam sintomas de COVID-19. No entanto, um modelo epidemiológico do início do surto na China sugere que a transmissão pré-sintomática pode ser típica entre as infecções documentadas.

4.2.2.2. Reservatório

A OMS considera serem os morcegos o mais provável reservatório natural de SARS-CoV-2, embora algumas diferenças entre os coronavírus dos morcegos e o SARS-CoV-2 sugiram que os seres humanos foram infectados através de um hospedeiro intermédio. Embora já se tenha determinado que a estirpe é de origem natural. A investigação do reservatório natural da estirpe de vírus que causou a pandemia de SARS em 2002-2004 permitiu a descoberta de diversos coronavírus semelhantes à SARS em morcegos, a maior parte com origem no género *Rhinolophus* dos morcegos-de-ferradura, e duas sequências de ácido nucleico encontradas em amostras de *Rhinolophus sinicus* revelaram uma semelhança de 80% em relação ao SARS-CoV-2. Outra sequência de *Rhinolophus affinis* recolhida

em Yunnan revelou uma semelhança de 96%.

Um estudo metagenómico publicado em 2019 concluiu que o SARS-CoV, a estirpe que causa a SARS, era o coronavírus com maior distribuição entre uma amostra de pangolins-malaio. Em 7 de Fevereiro de 2020, foi anunciado que investigadores de Guangzhou tinham descoberto uma amostra de pangolim com uma sequência de ácido nucleico 99% idêntica ao SARS-CoV-2, com a diferença apenas de um aminoácido.

Em paralelo, microbiólogos e geneticistas no Texas encontraram evidências de rearranjo em coronavírus, o que sugere o envolvimento de pangolins na origem do SARS-CoV-2. No entanto, os coronavírus em pangolins encontrados até hoje partilham apenas 92% do genoma com o SARS-CoV-2, o que é insuficiente para provar que os pangolins sejam o hospedeiro intermédio. Em comparação, o vírus SARS responsável pelo surto de 2002-2004 partilhava 99,8% do seu genoma com os coronavírus da civeta.

4.2.2.2. Filogenética e taxonomia

O SARS-CoV-2 pertence a uma grande família de vírus denominada Coronavírus. É um vírus ARN de cadeia simples positiva (+ssRNA). Os Coronavírus têm a capacidade de causar várias doenças em seres humanos, desde a simples constipação até doenças mais graves como a Síndrome Respiratória do Médio Oriente (MERS). O SARS-CoV-2 é o sétimo Coronavírus conhecido a poder infectar seres humanos, sendo os restantes o 229E, NL63, OC43, HKU1, MERS-CoV e o SARS-CoV original.

Tal como a estirpe que causou o surto de SARS em 2003, o SARS-CoV-2 é um membro do subgénero *Sarbecovirus* (betacoronavírus linhagem B). A sua sequência de ARN tem o comprimento de aproximadamente 30 000 nucleobases. No entanto, o SARS-CoV-2 é o único dos Coronavírus a incorporar um local de clivagem polibásico, uma característica que se sabe aumentar a patogenicidade e ritmo reprodutivo de outros vírus.

A partir de um número suficiente de genomas sequenciados, é possível reconstruir a árvore filogenética do historial de mutações de uma família de vírus. Em 12 de Janeiro de 2020 foram isolados em Wuhan cinco genomas de SARS-CoV-

2. Em 30 de Janeiro de 2020 eram conhecidos 42 genomas. Uma análise filogenética dessas amostras revelou estarem relacionados até sete mutações com um ancestral comum, o que significa que a primeira infecção em seres humanos ocorreu em Novembro ou Dezembro de 2019. Em 13 de Março de 2020 estavam já amostrados e disponíveis publicamente 410 genomas de SARS-CoV-2.

Em 11 de Fevereiro de 2020, o Comité Internacional de Taxonomia de Vírus anunciou que, de acordo com as regras vigentes que determinam as relações hierárquicas entre os coronavírus com base nas sequência conservadas dos ácidos nucleicos, as diferenças entre o SARS-CoV-2 e o SARS-CoV responsável pelo surto de SARS eram insuficientes para serem classificados como duas espécies virais diferentes. Desta forma, o SARS-CoV-2 foi classificado como estirpe dos Coronavírus associados à síndrome respiratória aguda (SARS-CoV).

4.2.2.3. Biologia estrutural

Cada virião de SARS-CoV-2 mede aproximadamente 50–200 nanómetros de diâmetro.[54] Tal como outros coronavírus, o SARS-CoV-2 tem quatro proteínas estruturais, conhecidas como proteínas S (*spike*), E (envelope), M (membrana) e N (nucleocapsídeo). A proteína N contém o genoma ARN e em conjunto as proteínas S, E e M criam o envelope viral.[55] A proteína S é a proteína que permite ao vírus ligar-se à membrana celular de uma célula hospedeira.

As primeiras experiências de modelação de proteínas na proteína S do vírus sugeriram que o SARS-CoV-2 tinha suficiente afinidade com os receptores de Enzima conversora da angiotensina 2 (ACE2) nas células humanas para as usar como mecanismo de penetração celular. Em 22 de Janeiro de 2020, um grupo chinês e um grupo norte-americano, de forma independente, conseguiram demonstrar experimentalmente que a ACE2 podia ser o receptor do SARS-CoV-2. Vários estudos têm demonstrado que o SARS-CoV-2 tem uma maior afinidade com a ACE2 humana do que a estirpe de SARS original. O SARS-CoV-2 pode também usar a proteína basigina para penetrar nas células do hospedeiro. Para a penetração do SARS-CoV-2 também é fundamental o *priming* inicial da proteína S através de TMPRSS2. O SARS-CoV-2 produz pelo menos três factores de virulência que promovem a libertação de novos viriões das células hospedeiras e inibem a resposta imunitária.

4.2.2.4. Epidemiologia

Com base na baixa variabilidade verificada entre as sequências genómicas conhecidas de SARS-CoV-2, pensa-se que a estirpe tenha sido detectada pelas autoridades apenas poucas semanas após ter emergido entre a população humana no fim de 2019. O caso mais antigo de infecção humana de que se tem conhecimento data de 17 de Novembro de 2019. Posteriormente, o vírus espalhou-se para todas as províncias da China e mais de cem países em todos os continentes. Em todos os continentes foram confirmadas transmissões entre seres humanos. Em 30 de Janeiro de 2020, a OMS declarou o SARS-CoV-2 uma Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional, e em 11 de Março uma pandemia.

À data de 10 de Outubro de 2020 a pandemia tinha resultado em 36 778 228 casos confirmados de infecção em todo o mundo, dos quais 1 066 460tinham resultado em morte e 25 566 856 tinham recuperado. Embora a proporção de infecções que resulta em infecções confirmadas ou que evolui para doença diagnosticável permaneça incerta, um modelo matemático estimou que o número de pessoas infetadas apenas em Wuhan em 25 de janeiro de 2020 tenha sido de 75 815, data em que as infecções confirmadas eram bastante inferiores.

Estima-se que o número básico de reproduçãodo SARS-CoV-2 seja de entre 1,4 e 3,9. Isto significa que é esperado que cada infecção pelo vírus resulte em 1,4 a 3,9 novas infecções quando nenhum membro da comunidade é imune e não é tomada nenhuma medida preventiva.

4.4. Sobre os impactos do SARS COV2 às Micro, Pequenas e Médias Empresas

Nos finais de 2019 havia o optimismo de crescimento nas principais economias do mundo, os primeiros meses de 2020 mudaram drasticamente o cenário. Em alguns casos, as projecções antes positivas se tornaram previsões de crescimento próximas a zero. E a mudança de panorama tem um culpado a ser apontado: o novo Coronavírus COVID-19.

Hoje, com o dólar superior a 650,00 AKZ na cotação oficial, a crise internacional e a recessão que está a caminho por causa da paralisação dos meios

de produção em todo o mundo, muitas incertezas pairam sobre os investidores, accionistas e também sobre não investidores. Afinal, como deve ficar a economia angolana e mundial após o surto de coronavírus COVID-19? O que se sabe é que para Mivro, Pequenas e Médias Empresas, principalmente, o desafio de sobreviver durante a pandemia é árduo.

O coronavírus COVID-19 se tornou muito pior para a economia mundial do que guerra comercial entre Estados Unidos e China e pode nos arrastar a um Crash igual ou até mesmo de maiores proporções que o da grande depressão de 1929 da Bolsa de Nova York. O impacto é sequencial como se fosse um dominó, da China ao Irã e à Coreia do Sul e agora toda a Europa ocidental, que virou o epicentro da epidemia e está paralisada frente ao desconhecido, e tudo isto é algo nunca visto, na maioria de todos.

As Micro, Pequenas e Médias Empresas (PMEs) tendem a ser as mais prejudicadas com as medidas de segurança contra o vírus, como o isolamento e a quarentena. Dentre os motivos estão a interferência no volume de vendas, a estrutura de negócios (nem todas as empresas têm facilidade em, por exemplo, aderir a práticas como home office).

Outrossim, por mais que empresas de maior porte também estejam passando por dificuldades com o Coronavírus COVID-19, elas têm uma base estrutural mais forte para lidar com uma crise e arcar com um prejuízo. Para uma MPME, perder mil kwanzas pode representar um estrago muito maior do que uma multinacional perder milhão de kwanzas. E assim, as Micro, Pequenas e Médias Empresas não podem parar mesmo em período de quarentena. E a recomendação é para que elas aproveitem esse momento para traçar novos planos de acção aproveitando as facilidades que o Executivo angolano oferece com a implementação dos programas de financiamentos bancários para alavancar as mesmas.

CAPÍTULO V. METODOLOGIA

4.4.1. Introdução

A pesquisa se baseou no modelo econométrico consistindo em utilizar a apreciação crítica de regressão linear múltipla (RML) que envolve o uso de duas ou mais variáveis, as quais estão dispostas em variáveis dependentes (Produção de bens internos em Substtituições de Importações) e variáveis independentes (Produção de bens internos para a Diversificação das Exportações) a chave para o alcance do PRODESI (Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações).

Com isso, pelo modelo utilizado se observou que a variável independente (Produção para Exportação) é estatíscamente significativa em explicar a variável dependente (Produção para Substituição das Importações), para o grau de significância de 5% ou bem, a Exportação da Produção se comporta como actividade complementar da Produção de bens para Substituição das Importações.

A variável Importação se apresentou sinal negativo, com nível de significância de 0,5% demonstrado para explicar o regressando, e atestou seu comportamento como variável substituta Diversificação das Exportações.

A pesquisa experimental caracterizou-se pelo pesquisador, actuando sobre a variável denominada independente (por seu papel proactivo no experimento), buscando conhecer seus efeitos sobre uma ou mais variáveis, denominadas dependentes (receptores da acção da variável independente).

A perspectiva empírico - analítica requereu antes a sua realização, a fragmentação da realidade e a possibilidade de operacionalizar seus conceitos mais significativos e activar no contexto da pesquisa, e que foram chamados de variáveis.

Relativamente ao procedimento para a elaboração e execução da pesquisa foi escolhido o método denominado bibliometria, importante ferramenta estatística básica, utilizada na gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico.

4.4.2. Desenho da Pesquisa

Para dar resposta ao problema científico do desenho de investigação articulou-se o pensamento hipotético fundamentado em uma estratégia para a direcção da componente investigativa suportada, numa abordagem sistémica da componente investigativa, e no modelo de competência investigativa, estabelecer uma via válida para aumentar a pertinência no respeitante à componente investigativa débil faltando orientações metodológicas de estratégias empresariais, e naturalmente ajudar para a criação da competência investigativa.

Igualmente, importa salientar que um dos grandes problemas que as Micro, Pequenas e Médias Empresas apresentam é a falta de instrumentos que ajudem no processo de planeamento de capacidade. Planear a capacidade das operações empresariais visando à organização dos recursos disponíveis e optimização dos processos internos requer agilidade e precisão. As Micro, Pequenas e Médias Empresas têm revelado importância no emprego de instrumentos de apoio à decisão

A pesquisa é descritiva porque estudou a realidade presente e actual enquanto à factos, pessoas, situações e direito da realidade para detectar os aspectos ou transformá-los. São muito amplos seus campos de estudo.

É histórica porque estuda factos, pessoas e situações em processo, é útil para um vasto campo de estudo.

É experimental porque cria uma realidade onde se pressupõe que existirão depois do experimento, pois o progresso da ciência depende em grande parte da pesquisa experimental.

Quanto ao desenho da pesquisa se usou diferentes métodos de forma combinada, o que se denomina de multimétodo, ou seja, aliando o qualitativo ao quantitativo (e não só, tendo mais de uma fonte de colecta de dados).

Por outro lado, houve toda uma questão em torno de se usar métodos quantitativos ou m+etodos qualitativos, de dados qualitativos, de diferentes instrumentos e técnicas, de tudo isso em diferentes etapas, num único método ou, então, em multimétodo, o que não se torna fácil aplicar.

A investigação adoptou diferentes tipologias e integraram a metodologia própria de cada uma. O problema do analfabetismo investigativo requererá a utilização da investigação bibliográfica, a documental, de campo, histórica, descritiva e aplicada.

O termo qualitativo e quantitativo aparecera na investigação em relação com os diferentes marcos teóricos do que partiu a investigação. Longe de ser incompatíveis, os métodos qualitativos e quantitativos estão entrelaçados. A investigação qualitativa tratou de identificar a natureza profunda e essencial das realidades, seus sistemas de relações, sua estrutura dinâmica, aquela que dá a razão plena de seu comportamento e manifestações.

O qualitativo, que foi o todo integrado não se opõe ao quantitativo, que é um oposto, se não que o implicou e integrou onde seja importante. O debate qualitativo - quantitativo pode resolver-se se ao termos sido capazes de responder se buscou a magnitude ou a natureza de fenómenos; se deseja conhecer um intermediário ou uma estrutura dinâmica; se persegue o nomotético ou a compressão ideográfica; se pretende descobrir leis ou compreender fenómenos; se partimos do critério que o todo está em cada parte e a sua vez, estas estão no todo, é fácil compreender que resulte algo natural, integrar o qualitativo e o quantitativo. Isto é explicado pela teoria do conhecimento baseada na lógica dialéctica.

4.4.3. População e Amostra

Trata-se de uma pesquisa etnográfica que estuda (pessoas e comunidades) em seu próprio ambiente mediante a utilização de procedimentos como entrevista em profundidade, observação participante, documentos, prevendo a descrição detalhada do fenómeno/comunidade e demanda de longos períodos.

A população abrangida por esse trabalho foi constituída por 300 indivíduos da Província do Cuando Cubango.

A amostra foi extraída de forma aleatória simples abrangendo 50 funcionários da Universidade Cuito Cuanavale de ambos os sexos.

A amostragem por conveniência como técnica de amostragem não probabilística, ficou ao critério dos entrevistadores, sem o mínimo de controlo, ocorrendo quando os entrevistadores seleccionaram alguns indivíduos da província do Cuando Cubango, bem como funcionários da Universidade Cuito Cuanavale que considerou representativas da população, e esta técnica leva o nome de amostragem por julgamento. (Benitez, 2005).

As razões do uso da amostragem por conveniência estão agregadas ao acondicionamento e acessibilidade dos elementos. Dadas às dificuldades e os custos elevados da realização de um procedimento de amostragem aleatória, em muitas situações a amostragem por conveniência torna-se particularmente atractiva. É por motivos de dificuldades, dos custos elevados, da disponibilidade e acessibilidade dos elementos que fazem a amostragem por conveniência consista na mais usada em estudos de opinião. (Reis, 1997).

O trabalho de campo começou quando os pesquisadores deste trabalho como etnógrafos, guiados pelos objectivos derivados do problema inicial, começaram a colectar informações e analisá-las. Um novo ciclo interactivo foi iniciado, activado pelos objectivos a serem alcançados e pelas informações colectadas e analisadas. À medida que os pesquisadores seguiam o ciclo etnográfico, outras questões foram levantadas que exigiam nova colecta de informações; e assim por diante. Os problemas estiveram sempre aparecendo durante a investigação.

4.4.4. Instrumentos da Investigação

A colecta de dados em campo foi realizada através de entrevistas utilizando um roteiro estruturado com perguntas abertas, nas quais os entrevistados responderam as questões com suas próprias palavras e fachadas dicotómicas ou de múltipla escolha nas quais os entrevistados escolheram entre duas ou mais opções, respectivamente.

A colecta dos dados em campo foi realizada através de entrevistas utilizando um roteiro estruturado com perguntas abertas, nas quais o entrevistado responde as questões com suas próprias palavras e fachadas dicotómicas ou de múltipla escolha nas quais o entrevistado escolhe entre duas ou mais opções, respectivamente (Mattar, 1996)

Segundo Boni e Quaresma, (2005) este tipo de entrevista tem como vantagem sua elasticidade, pois ao permitir que o entrevistado discorra sobre o tema e leva a uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos dos pesquisadores.

4.4.5. Análise de Dados

A pesquisa foi bem planeada e realizada permitindo que, utilizando-se as ferramentas certas, se chegasse com tempo hábil e com energia à exploração dos dados. Obteve-se algo bom dos dados, conheceu-se a fundo, quanto mais melhor, e dedicou-se tempo a essa tarefa. Quanto mais tempo, mais qualidade manteve-se as inferências e conclusões.

Quanto ao procedimento para a elaboração e execução da pesquisa foi escolhido o método denominado bibliometria. A bibliometria é uma importante ferramenta estatística básica, utilizada na gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico. (Guedes; Borschiver, 2005, p. 1).

Outro conceito utilizado de bibliometria define que os estudos e projectos que visam quantificar os processos de comunicação escrita (Pritchard, 1969 apud Guedes e Borschiver, 2005, p.3).

Pretende-se apresentar e analisar os resultados das entrevistas realizadas, tendo em conta os objectivos descritos nos capítulos anteriores. Sendo assim, esta secção está dividida em três subsecções. Os resultados das entrevistas aplicadas a diversas instituições (3.4.1), o resultado das entrevistas aplicado aos zungueiros[1] e empresários (3.4.2), e por fim a entrevistas aplicadas a estudantes da Universidade Cuito Cuanavale (3.4.3). Por outra é apresentada a análise dos temas que se julgou ser importantes para analisar e avaliar o ambiente político e a naturezas do Impacto da COVID–19 nas MPMEs na Província do Cuando Cubango, Município de Menongue em particular e em geral em Angola.

Os resultados em bruto foram tratados e analisados de forma a serem significativos e validados e para tal recorreu-se ao processo de codificação que corresponde a uma transformação segundo as regras definidas dos dados em bruto do texto. Para garantir a segurança das informações e uma vez que o guião das entrevistas foi anónimo a caraterização das instituições serão aqui apresentados por códigos neste caso, adoptando-se a estratégia por letras.

O método de entrevista, pelo seu grau de aproximação entre os entrevistados e os investigadores, permite obter informações de maior precisão

[1]Vendedores ambulantes (informais), que vendem produtos diversos nas ruas, um pouco por todo país, principalmente na cidade capital.

(Quivy e Campenhoudt; 1995). Este método é considerado o mais adequado para o problema em causa, por se tratar de expressões subjectivas, os entrevistados têm maior liberdade de opinar as suas ideias.

Por conseguinte, se organizou uma regra de entrevistas para os comerciantes das lojas, cantineiros, empresários, técnicos ligados a várias instituições de carácter público e estudantes residentes em Menongue, cujas questões foram estruturadas de forma que cingisse, principalmente no tema em estudo. Foi escolhida para essa investigação a entrevista semi-directiva ou semi dirigida, já que, não integralmente aberta nem guiada por um grande número de perguntas directas (Quivy e Campenhoudt,1995). O objectivo principal foi de confrontar as opiniões dos mesmos em relação aos tipos de apoios que o governo tem fornecido, quer seja os cantineiros ligado a informalidade, bem como aos empresários ligados ao formal.

De igual modo, mesmo que existam alguns pontos em comum foram criados dois guiões de entrevistas diferentes e adaptados por três grupos alvos. Se direccionou um para os cantineiros e empresários e outro para técnicos, académicos e à residentes em Menongue. O presente guião de entrevista teve como objectivo identificar a melhor forma de o Governo Angolano apoiar as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) no contexto actual. Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos procedeu-se as gravações áudios das entrevistas.

Os dados recolhidos foram exclusivamente para fins académicos, foram tratados confidencialmente e apresentados de forma anónima, sem qualquer referência às empresas e pessoas participantes no estudo. Entretanto os dados resultantes das entrevistas foram recolhidos entre os meses de Julho e Agosto, após a marcação prévia com os entrevistados.

A análise bibliométrica efectuada se apresentou como importante ferramenta para o processo de produção das informações buscadas permitiu o trabalho com dados seguros e objectivos (Penteado Filho, 2002) oriundos da base bibliográfica, artigos dos EnAnpad 2005 a 2007 e propiciou o mapeamento desejado.

A estrutura das perguntas qualitativas foi feita de forma bem abrangente para incitar o entrevistado a responder o que lhe vier à mente, sem induzi-lo o caminho a uma resposta tendenciosa.

No desenho da pesquisa usou-se diferentes métodos de forma combinada, o que se denomina de multimétodo, ou seja, aliando o qualitativo ao quantitativo (e não só, tendo mais de uma fonte de colecta de dados).

Por outro lado, houve toda uma questão em torno de usar-se métodos quantitativos ou métodos qualitativos, de usar-se dados quantitativos ou dados qualitativos, de usar-se diferentes instrumentos e técnicas, de usar-se tudo isso em diferentes etapas, em um único método ou, então, em multimétodo.

Contudo, a comunidade científica reflectindo sobre a validade de usar-se métodos qualitativos, iniciou a valorizar mais esse tipo de método, técnicas e dados, quando na verdade se deve ainda avançar mais do que isso, até a ousadia — que se acha normal — de cruzar dados quantitativos com dados qualitativos derivados de dados originais puros, como a opinião honesta, sincera e natural de um cliente sobre o serviço prestado por uma organização ou a de um empregado sobre o seu gerente. A criação de novos dados exigiu o envolvimento do pesquisador (não só de seus auxiliares) com os dados. Ela foi extremamente consumidora de tempo, mas esse foi um tempo que se reflecte directamente na riqueza das conclusões.

Outro tipo de análise foi da capacidade de orientar o planeamento do novo negócio, mais uma vez baseada na opinião das pessoas-chaves entrevistadas, referiu-se ao posicionamento do core business de cada Micro, Pequena e Média Empresa.

Após o término da pesquisa empírica, a etapa seguinte foi a transcrição das entrevistas para posterior avaliação das informações contidas nas gravações. Várias leituras e exame profundo do material colectado permitiram desenvolver a análise e interpretação dos dados.

Para análise dos dados qualitativos foram utilizadas as técnicas de análise de cluster para agrupar diferentes expressões encontradas nas análises dos documentos e nas falas dos entrevistados internos e externos que possuem significado semelhante para efeito da pesquisa (Miles, Huberman, 1994).

Os dados obtidos com a realização da survey foram analisados por meio de

ferramenta estatístico para a obtenção das informações desejadas, devendo-se, para tanto, considerar o tipo de análise estatística aplicável às variáveis em estudo. As variáveis podem ser qualitativas, que têm como resultado atributos ou qualidades (por exemplo, sexo), ou quantitativas, que têm como resultado números de determinada escala (por exemplo, tempo de serviço).

Medidas, colecta de dados, instrumentos, enfim, uma série de aspectos importantes são tratados, bem como alguns casos práticos e a análise de dados.

CAPÍTULO VI. RESULTADOS

Nesta secção, serão apresentados os dados dos resultados das entrevistas realizada aos angolanos residentes no Cuando Cubango, entre os quais foram 5 entrevistas no total, sendo que 3 são pessoas que residem em Cabinda há muito tempo e com alguma experiência no ramo de negócio e conseguiram criar pequenos estabelecimentos comerciais na área de restauração e serviços de salão de beleza, os 2 são estudantes na área de economia e outro na área de linguística.

Relativamente ao perfil dos entrevistados (quadro nº 3.3), duas deles possuem formação em gestão e contabilidade, a outra é cabeleireira e são gerentes e donas dos seus estabelecimentos, os outros 2 são estudantes e residem em Menongue há menos de 2 anos. Sobre a questão das "Limitações/ Obstáculos das PME em Angola", um dos entrevistados defende que as dificuldades no acesso ao crédito, falta de recursos humanos qualificados, demasiada burocracia, falta de incentivo ao consumo interno, são os principais obstáculos ao desenvolvimento das PME. Um deles defende que o principal obstáculo ao bom funcionamento das pequenas e médias empresas passa pelo acesso ao crédito e qualificação dos recursos humanos, um outro defende que a corrupção constitui o principal impedimento do desenvolvimento das PME, porque todos os demais obstáculos são provocados por causas das práticas corruptivas, ao passo que os dois estudantes consideram o acesso ao crédito, formação do homem e a demasiada burocracia constitui os principais desafios do desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas.

Quanto à melhoria do modelo de empreendedorismo, para esta questão os entrevistados consideram extremamente importante a simplificação dos processos burocrático, corredores de escoamento de produtos agro-pecuário e apoio ao micro negócio e não muito importante a bonificação de juros, embora para uns consideraram importante e pouco importante o fundo de garantia, e fundo público de capital de risco. Tendo em conta a criação de um tecido empresarial forte a nível de PME, todos os entrevistados concordam que a criação em Angola de um tecido forte a nível de PME deve passar na diversificação da economia, aumento da produção nacional, combate à pobreza, estímulo a formalização e aumento da mão-de-obra

qualificada.

Quanto as medidas prioritárias que deviam ser tomadas para as PME desenvolverem-se, uma das entrevistadas na sua humildade não esta dentro do assunto, logo não sabe o que é que existe em Angola concretamente sobre essa matéria, mas afirma que essa situação passa na necessidade de aumentar o aceso ao crédito e facilitar a legalização das empresas.

A segunda pessoa entrevistada concorda que esta situação passa na protecção ao empresariado, diminuição da criminalidade e asseguramento das instalações privadas.

O terceiro entrevistado defende que deve passar pelo primado da formação do homem, criação de escolas profissionais e cursos técnicos em diversas áreas, aquem defende que isto deveria passar na minimização dos processos burocráticos ou seja, facilidade na abertura do acesso ao crédito, facilidades na documentação que confere autonomia às pessoas para fazerem os seus negócios e por ultimo embora concorda com os anteriores, isto é na facilidade do acesso ao crédito com juros bonificados e simplificação dos processos burocráticos na constituição e na atribuição do alvará, vai mais longe ao dizer que outra solução deve passar necessariamente na criação de programa de incentivos ao consumo da produção nacional, porque ora vejamos, uma pessoa quando produz alguma coisa tem que ter mercado, as pessoas quando investem é para ficarem ricas e não para ficarem mais pobres como estão, portanto ninguém esta interessado em entrar no mercado empresarial para ficar mais pobre.

Relativamente à formação da mão-de-obra todos os entrevistados concordam que é extremamente importante a iniciação, aperfeiçoamento, a formação e gestão, quanto ao marketing, alguns dos entrevistados consideram ser muito importante para o sucesso da empresa.

A questão da corrupção e da transparência constitui um entrave para o sucesso das empresas em Angola, principalmente aqueles empresários que procuram trabalhar honestamente, e alem de apresentarem as críticas muitos dos entrevistados apresentaram soluções e um deles concorda que o governo deveria

fazer uma limpeza geral dentro do seu aparelho funcional, houve um entrevistado que limitou-se em não comentar esta situação porque alegava não conhecer a realidade de Angola.

No tocante à criação de um programa que torne a economia informal para formal todos concordarem que é possível basta a vontade do governo em querer fazer e aplicar este programa porque as pessoas estão na rua não por vontade mais sim por necessidade, por outra por ser uma pergunta aberta, e com liberdade do entrevistado expressar-se sobre o assunto as respostas foram um pouco diversa para uns o governo deveria criar cooperativas e tirar as pessoas das ruas e pô-las nos mercados formais e por outra deveria ainda o governo criar as feiras periódicas e semanais como muitas das vezes é feito em Portugal e face a estas medidas seria uma forma de diminuir a má imagem de pobreza extrema.

Face às vantagens/desvantagens, as opiniões são muito diversas: uns consideram que aquisição de serviços/produtos a baixo custo, aquisição de produtos com rapidez, não pagar tantos impostos é uma vantagem extremamente importante, ao passo que os produtos de menor qualidade, risco de pagar multas elevadas, falta de garantia constitui uma desvantagem ao recorrer as práticas informais. Por outra quanto as linhas de apoio mais importante que os empresários e as PME devem beneficiar, todos concordam que os apoios fiscais/créditos, microcrédito, institucional e a formação do homem são apoios extremamente importantes, ao passo que alguns consideram que os apoios ao desenvolvimento local/regional, promoção da competitividade e empreendedorismo feminino constituem medidas muito importantes. Relativamente ao futuro das actividades informais, todos concordam que devem ser legalizas e formalizadas.

Todos os entrevistados que possuem estabelecimento comercial mostraram disponibilidade em abrir e expandir os seus negócios em Angola e para tal precisam de apoio (crédito/ microcrédito, redução dos processos burocráticos e apoios institucional). Um dos entrevistados (estudante) possui uma empresa em Angola e gostaria de apoio financeiro para expandir o seu negócio, pretendendo um crédito com juros bonificado e que o Estado proteja as empresas nacionais na concorrência com as empresas internacionais (chinesas) que entram em Angola com maior

capacidade financeira e know-how.

Finalmente, vem a análise de conteúdo das entrevistas realizadas aos vendedores informais e mais tarde aos empresários de pequena e média dimensão. Relativamente ao grau de escolaridade dos vendedores informais, 5 entrevistados são técnicos médios até à 13ª classe, 3 são técnicos superiores e um pouco abaixo aparece um com a 9ª classe e mais abaixo um com a 6ª classe.

Quanto ao tipo de negócio realizado pelos entrevistados, de uma forma geral todos estão inclinados no comércio geral, pelo simples facto de que é actividade mais influente e de certa forma com maior rentabilidade nos negócios informais no país.

A maioria dos entrevistados possuem menos de 6 trabalhadores, e não passam de micro, empresários, mas também tendo em conta a realidade de Angola, são negócios de sobrevivência e de algum modo de risco e esta situação reflete-se no volume das vendas mensais e requer maior atenção porque as opiniões variam de entrevistado para entrevistado. Assim, verificamos uma curiosidade um dos vendedores tem um valor mensal de (3 milhões/ Kz), aproximadamente 6000 USD, um dos entrevistado preferiu o volume mensal das vendas, alegando que não faz quase nada, depois aparecem dos entrevistados que o valor das vendas está orçado em (200 mil/ Kz), quase 200 USD e outros com valores mais baixos (50 mil/ Kz, menos de 500 USD), 25 mil kwanzas, pouco de 250 USD, 15 mil Kwanzas menos de 150 USD, 10 mil Kwanzas menos de 100 USD e por fim, 5 mil Kwanzas menos de 50 USD.

Relativamente às razões que levaram a iniciar o negócio, a maioria dos entrevistados alega motivos de sobrevivência, ou seja, arranjar uma forma de vida que dê mais dinheiro, elevar a posição social e contribuir para o bem-estar da família.

Quanto ao financiamento da actividade comercial, 8 entrevistados iniciaram o negócio por conta própria, um do entrevistado, o financiamento foi por herança familiar/ amigos e o último recebeu um crédito de 12 mil USD financiado pelo Banco Sol.

Concluo assim que as linhas de apoio ao crédito são muito estreitas paras as pessoas que exercem actividades informais e destaca-se aqui o Banco Sol que de resto é um exemplo de sucesso no apoio ao microcrédito/ crédito no sector informal e pondo em cheque simplesmente a palavra de honra do cliente “Juro por favor pagarei o microcrédito/crédito”. De certa forma estes comerciantes sentem-se abandonados pelo Governo e alegam que não recebem nenhum apoio fiscal (crédito, microcrédito, formação, consultoria e acompanhamento). Ao longo do trabalho de investigação em Menongue, encontramos um entrevistado que teve apoio ao microcrédito vindo do governo.

Tendo em conta “os principais obstáculos que limitam o desenvolvimento dos pequenos negócios em Angola”, os entrevistados apontam os seguintes obstáculos: dificuldade no acesso ao crédito, falta de recursos qualificados, corrupção, falta de espaço físico adequado ao negócio, demasiada burocracia e falta de instituições de apoio técnica. Quanto a questão da formação da mão-de-obra, as opiniões foram muito divergentes: uns são a favor da formação técnica e formação em gestão, outros concordam com a iniciação/ aperfeiçoamento e defendem o marketing como um factor a ter em conta.

Relativamente às vantagens decorrentes da informalidade, eles defendem que é mais fácil fazer negócio no mercado informal porque não pagam muitos impostos, não precisam preencher documentos e não perdem tempo com burocracias. Dizem ainda que os preços são mais baixos e que não é preciso prestar contas com alguém. Mas as desvantagens são enormes: aquisição de serviços/produtos de menor qualidade, pouca garantia na qualidade dos produtos, risco de os concorrentes fazerem queixas as autoridades dificuldade em recorrer ao crédito ou microcrédito nas instituições públicas como privadas, risco de ter graves perdas nas receitas, inspecções surpresa e multas enormes.

Quanta a corrupção e a transparência, os entrevistados consideram-nos um impedimento ao desenvolvimento do país e que deve ser combatido a todo custo. Por exemplo quando um indivíduo recorre ao banco para pedir um crédito e se não tiveres nenhum amigo o crédito para ser cedido pode levar uma eternidade e por outra é tão pouco e mesmo assim para teres acesso ao credito de forma mais célere

tens que pagar 10% e os juros são bastante elevados como é possível se mal chegará para os meus objectivos e terei que pagar mais comissão.

Por outra se não tiveres nenhuma pessoa amigo ou parente nas instituições públicas acabas por levar mais tempo para seres atendido e não consegues atingir a meta caso contrário terás que pagar aquilo que chamamos “Gasosa”. Relativamente ao futuro das actividades informais passa naturalmente pela formalização e legalização, está opinião é repartida por 8 entrevistados, um afirmou que dificilmente ira acabar, tendo em conta a forma como as pessoas usam esse mercado como fonte de sobrevivência e por ultimo um deles afirma que não pensou nisso com grande exactidão, mais penso que as actividades informais não vão desaparecer agora, porque temos um país imenso e virgem de quase tudo e com uma população pobre. Agora se o governo adoptar medidas bastante profícuas para a redução da pobreza ali sim veremos que esta actividade irá baixar, neste momento não baixa porque serve como mola de desenvolvimento de pessoas com baixas qualificações académicas.

Quanto aos apoios desejados 100% dos os entrevistados consideram o crédito/ microcrédito o apoio mais importante que precisavam para aumentar e melhorar o seu negócio, em segundo consideraram o apoio institucional como outro elemento importante na redução dos processos burocráticos e um deles alega não ser formado na área de comércio e gestão e gostaria beneficiar de uma formação em gestão e marketing. A divergência das respostas passava na ambição e na capacidade da grandeza, onde uns gostariam de beneficiar de um crédito na ordem de 50, 100 e 200 mil USD e outros microcrédito 3, 5 e 10 mil USD.

O mesmo guião de entrevista foi aplicado aos vendedores e empresários de maior dimensão e o objectivo era tentar comparar o mercado formal com o informal e saber quais as dificuldades que os empresários se debatem no dia-a-dia. A grande limitação deste grupo alvo é que pouco aceitaram participar no estudo alegando que não tinham tempo e que iriam viajar uns para o interior de Angola e outros para o exterior. Depois de aturados esforços, apenas dois aceitaram participar no estudo e é com estes que trabalhamos.

Relativamente ao nível de escolaridade dos empresários, um é técnico superior e o outro terminou o ensino médio (13º classe). Em termos de tipo de negócio um encontra-se na área de vendas de eletrodomésticos e o outro na área de comércio (clínicas, lojas, farmácias, rede de minimercados e vendas de carros). Em termos de números de trabalhadores um tem 50 trabalhadores e o outro tem 10.

Quanto ao volume mensal das vendas o empresário com maior número de trabalhadores arrecada 2 milhões de Kwanza (USD 10.000) e os outros 500 mil Kwanzas (USD 5000).

Quanto a subcategoria “razões do início da actividade” um defendeu as principais razões foram aumentar o prestígio da minha família e arranjar uma forma que meda mais dinheiro, ao passo que o outro foi para elevar a posição na sociedade e aumentar o prestígio da minha família.

Quanto ao financiamento convergem: por conta própria. Em termos de apoio vindo do estado um nunca recebeu nada e o outro no princípio da actividade também não, mas recentemente com o aumento dos negócios tem beneficiado de créditos bancários.

Quanto a questão “ quais os principais obstáculos que limitam o desenvolvimento dos pequenos negócios em Angola”, um dos entrevistados aponta dificuldade no acesso ao crédito, corrupção, falta de formação dos empresários e elevada burocracia, e o outro aponta a formação dos empresários e quanto se fala de empresários tem que se ter em conta uma escola de preparação e uma da vida.

A escola da vida é aquela em que o empresário nunca foi e basta lhe darem a mão e levanta-lo para ser um grande empresário, os tais chamados “empresário nato”, olha para o mercado e encontra oportunidade. A inteligência do homem não está no individuo que vive bem ou que tem dinheiro, mais sim na aquele que não tem nada e se adivinharmos que é a pessoa certa pode ser um grande empresário.

No tempo colonial todos os agricultores que não sabiam ler nem assinar o seu nome eram financiados pelo banco, penso que o mesmo espelho do passado deveria adoptar no presente e talvez mudar o nome. Quando uma pessoa fosse ao

banco pedir crédito, o banco olha as capacidades dele e aceitava e acompanhava o devedor desde a fase do arranque ate a maturidade e depois de estar bem encaminhado o banco deixava caminhar sozinho. É desta forma que os bancos deveriam fazer actualmente, não apenas financiar, mas sim fazer parte do dia-a-dia da actividade.

Os empresários concordam que a formação da mão-de-obra passa pela aposta na formação técnica e formação em gestão, quanto ao marketing seria a ultima fase após o funcionamento da empresa. Quanto as vantagens, uma das razões consiste no facto de não perder tempo com burocracia nos serviços públicos, não ter que preencher muitos documentos oficias e ser mais fácil de adaptar as necessidades do negócio, enquanto as desvantagens pouca garantia na qualidade dos produtos, difícil recorrer a crédito bancário.

A falta de transparência é um problema para o bom funcionamento das empresas e de qualquer órgão e a corrupção cria grandes problemas e é muito visível nas instituições e desincentiva o pequeno e o grande empresário.

A actividade informal nasceu da luta pela sobrevivência, principalmente na fase em que o país vivia dificuldade de instituições de suporte empresarial. O que se precisa em Angola é um mercado formal organizado e não selvagem como o modelo que os vendedores querem fazer, onde em qualquer esquina querem vender, o governo tem noção que não existe emprego e por isso não deve acabar, mas sim organizar para evitar anarquia e manter a ordem. Por último quanto aos apoios os empresários defenderam que precisam de apoios financeiros, sendo extremamente importante para o sucesso do seu negócio, porque o verdadeiro empresário tem de ter uma base logística muito forte caso contrário deixa de ser um empresário e passa para um vendedor informal.

Com apoio financeiro haverá maior capacidade de crescer e criar mais empresas e quando isto acontecer poderei empregar muitas pessoas e assim estaria a ajudar o estado a reduzir o índice de desemprego. Em toda parte do mundo o estado não acaba com o desemprego e ali o empresário é chamado a contribuir na redução do desemprego.

Conclui-se que o problema maior sobre os apoios às PME em Angola consiste no incumprimento das políticas de fomento às micro, pequenas e médias empresa e de toda as diretrizes que constam no PAI, que na realidade o programa não está a ter os resultados que se esperava.

É preciso rever este quadro no sentido de que as pessoas possam ter confiança e beneficiarem dessas facilidades e por outro lado é necessário criar condições para o desenvolvimento da capacidade institucional das Associações Empresariais de maneira que essas Associações Empresariais possam divulgar os interesses da classe empresarial e também prestarem bom serviço de apoio as empresas, sobretudo as pequenas e médias empresas e um factor não menos importante é capacitar os pequenos empresários porque existe convicções de que não temos tradição como empresários.

No tempo colonial os empresários eram os portugueses e depois o estado passou a ser o principal empresário e só na década de 1985 com as primeiras tentativas de reformas económicas é que começou a abertura de empresas no sector privado. Penso que um dos grandes problemas se prende com as grandes quantidades de petróleo que temos em Angola e de certa forma tem contribuído negativamente nos outros sectores.

Muito antes da crise financeira (2007-2008), quase ou nada se falava da diversificação da economia, sofremos um pouco daquilo que se chama “doença holandesa”, temos recursos naturais, petróleo, diamantes estamos numa boa, não precisamos desenvolver outros sectores. 70% da economia nacional depende das importações, quer para o consumo, quer para equipamentos quase nada produzimos. A estrutura produtiva cresce pouco parece um “país que bebe muito e come pouco” não há desenvolvimento de outros sectores fundamentais para estruturar a diversificação da economia como agricultura, pecuária, indústria transformadora e transportes.

Apesar do dinamismo das PME em Cuando Cubango, um dos principais desafios é o facto de elas ser constituídas por actividades de pouca dimensão e de tipo comercial ao invés de produtivas como evidenciam os dados das entrevistas. Os

individuo deste sector possuem conhecimentos e capital limitado, colocam em risco todo o potencial que o sector oferece e a sua contribuição na economia nacional. O baixo nível de qualificação dos vendedores informais e alguns empresários não permite que os mesmos desenvolvam negócios sustentáveis, consigam obter atualizados sobre produtos e mercados, tenham acesso ao crédito conforme os dados dos entrevistados.

Existe maior facilidade de um empresário (formal) beneficiar de crédito e formação em áreas diversas e muitos empresários são tratados de forma diferente. se olharmos para o informal ali encontraremos os vendedores e este grupo são os mais vulneráveis e constituem em Angola um grupo de milhões. Poucas instituições fornecem crédito a este grupo, o exemplo de sucesso tem sido o Banco Sol que continua a fornecer crédito e microcrédito aos vendedores informais.

Por outro lado, a inexistência de uma política clara de apoio ao desenvolvimento de PME a nível nacional, bem como a complexidade e elevados custos de licenciamento de actividades económicas constituem outros grandes problemas que os empresários enfrentam. As elevadas taxas de impostos no mercado informal e em alguns casos no mercado formal tem penalizado o desenvolvimento dos negócios dos empresários proprietários de PME e vendedores informais, dando origem a comportamento de tentativas de fugas ao fisco através da corrupção ou da permanência no sector informal.

Tendo-se realizado uma investigação sobre Esta pesquisa desperta o impacto da covi─19 nas pequenas e medias empresas angolanas província do Cuando Cubango, Município de Menongue 2020., com uma população 300 amostra de 50, entre eles, 211homens e 89 mulheres entrevistados, todos com uma faixa-etária de 20 à 50 anos de idade, entre agentes económicos, gestores, funcionários (docentes, não docentes e discentes). Segundo o inquérito, os resultados nas tabelas e gráficos abaixo estão representados por questões:

Tabela: 4.1.1- 1ªQ: uma organização se pode funcionar bem sem Capital Humano desenvolvido e continuamente educado face a covid-19.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concorda	9	3
Não concordam	291	97
Abstenções	0	0
Total	**300**	**100**

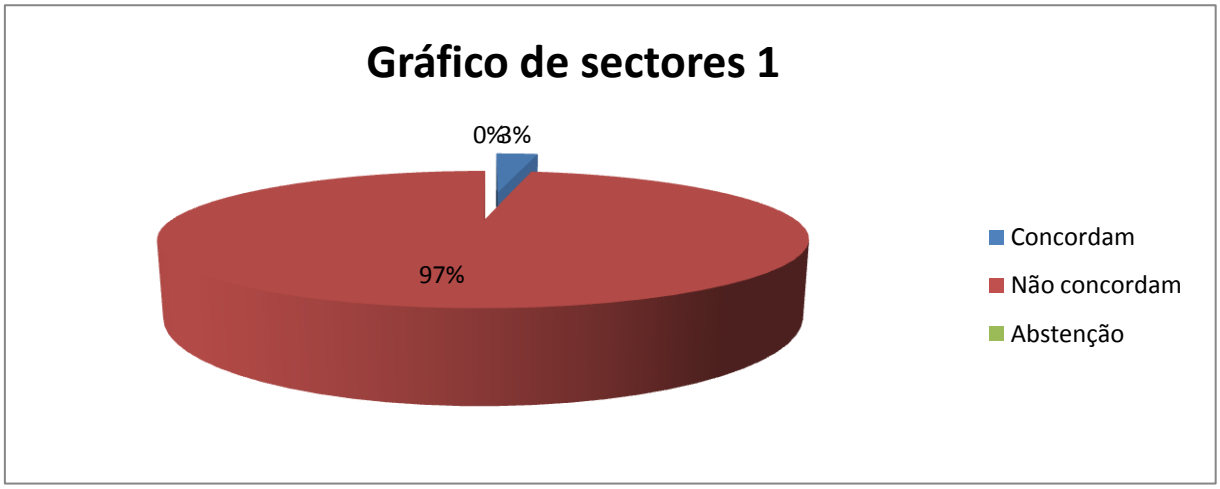


Figura 4.1.1-se uma organização pode funcionar bem sem Capital Humano desenvolvido e continuamente educado face a COVID-19.

Em ralação a questão foram colocadas duas possíveis respostas fechadas onde 3% concordam uma organização funcionar sem Capital Humano desenvolvido

e continuamente educado face a covid-19, para eles a empresa pode manter nos resultados do passado, e 97% não concordam sendo a maioria qualificada que considera a organização seja pública ou privada ter um capital Humano desenvolvido e continuamente educado para corresponder com a actual dinâmica do mercado globalizado, logo, as empresas devem jogar no seguro capital Humano desenvolvido e continuamente educado para adquirirem novos conhecimento, competências: habilidades e atitudes criativas para lidarem-se com a mudança, novas tecnologias, as profundas transformações com que acontecem as coisas no mercado, resultantes pelo crescente uso de novas tecnologias de informação e comunicação, pela internacionalização dos mercados e que gera competição acirrada.

Tabela: 4.1.2-1ªQ a): projectos e programas dedicados a formação e desenvolvimento dos funcionários nas organizações para as pequenas e medias empresas.

Respostas	**Frequência**	**Percentagem (%)**
Concorda	200	67
Não concordam	80	27
Abstenções	20	6
Total	**300**	**100**

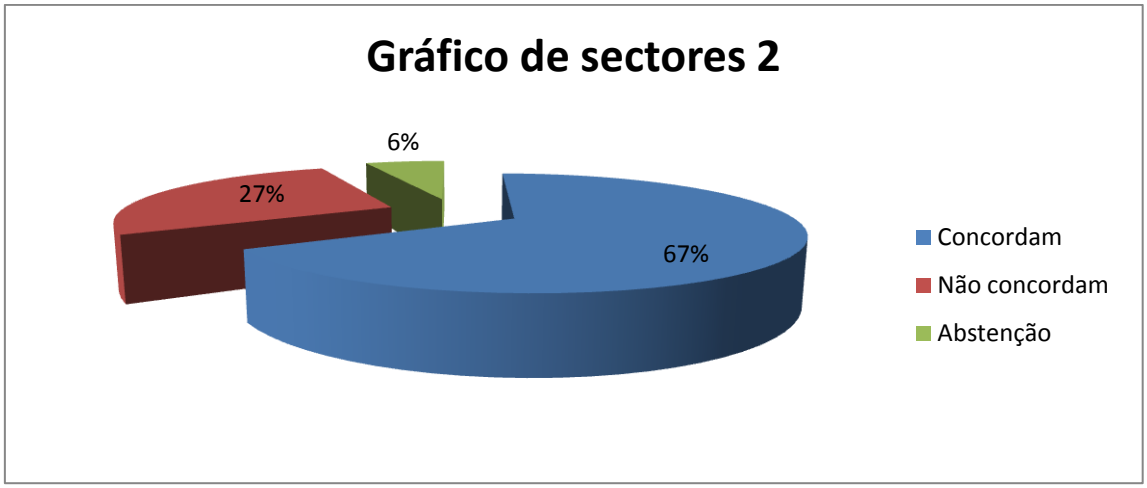


Figura 4.1.2-projectos e programas dedicados à formação e desenvolvimento dos funcionários nas organizações para as pequenas e medias empresas.

Nesta alínea perante aos inqueridos 6% não responderam (abstenções), 27% não concordam e 67% concordam que a instituição onde funcionam existirem programas dedicados à formação e desenvolvimento dos funcionários para as pequenas e medias empresas, sendo a maioria qualificada algumas organizações possuem programas de formação de seus colaboradores.

Tabela: 4.1.3-Q1 b): a formação e desenvolvimento de pessoal para adequá-los as estratégias da organização.

Respostas	**Frequência**	**Percentagem (%)**
Concorda	150	50
Não concordam	140	47
Abstenções	10	3
Total	**300**	**100**

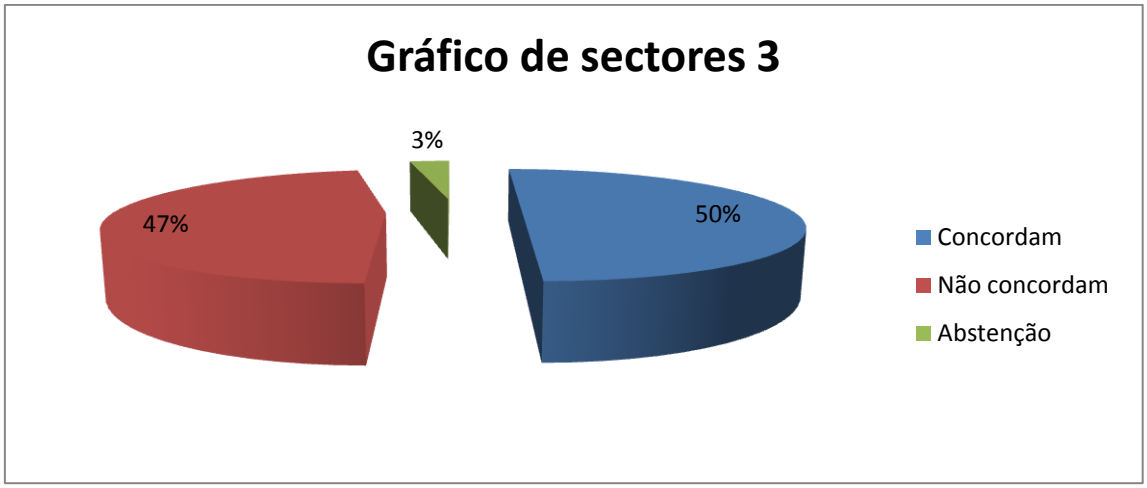


Figura 4.1.3- a formação e desenvolvimento de funcionários para adequá-los as estratégias da organização.

Nessa alínea 3% não responderam, 47% não concordam e 50% concordam com a realização da formação e desenvolvimento de seus funcionários para adequá-los às estratégias da organização em função aos resultados face a pandemia da covi-19, a um equilíbrio, o sim não superou a metade dos inqueridos, razão pela qual os programas de formação em carteira é uma mera expectativa e que na realidade não são concretizados na totalidade.

Tabela: 4.1.4-Q1 c)- **Qual o grau de escolaridade mais elevado que completou**.

Grau académico	**Frequência**	**Percentagem (%)**
Licenciados	20	6
Mestres	50	17
Doutores	10	3
Especiallistas	20	7
Outros	200	67
Total	**300**	**100**

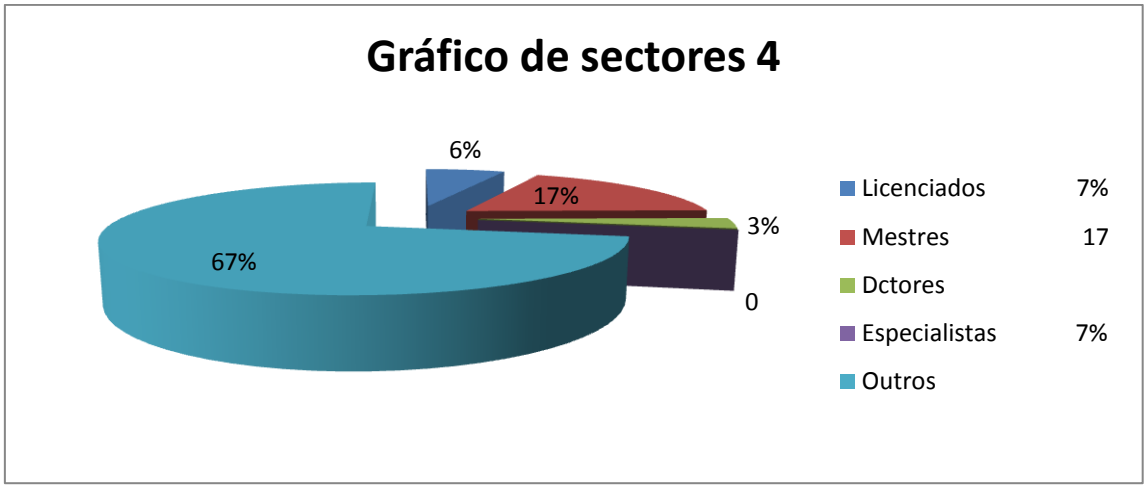


Figura 4.1.4- Qual o grau de escolaridade mais elevado que completou.

Sobre a questão os resultados apontam numa formação de 6% de licenciados, 17% de mestres, 3% de doutores 7%de especialistas e 67% em outras formações profissionais. Analisado, a média destes formandos é de 20%, valor que nem aproxima a metade da formação. Os resultados (%) confirmam que a formação, mas, no escalão mais baixo que conseguiram atingir os 67% e o mercado precisa de técnicos capacitados em todos os níveis profissionais.

Tabela: 4.1.5-Q1 d)- Quantas pessoas estão ocupadas com o negócio

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concorda	100	33
Não concordam	110	37
Alguns	90	30
Total	**300**	**100**

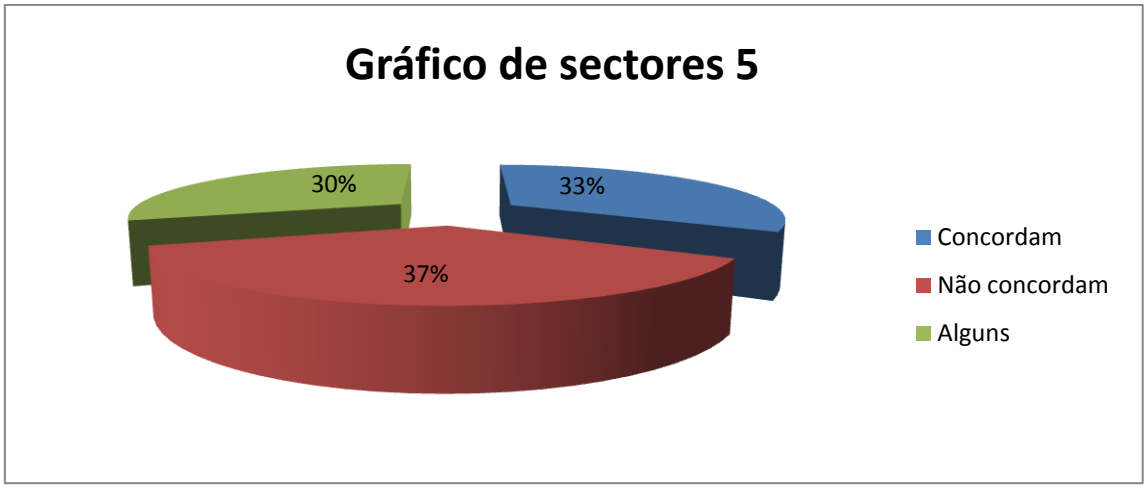


Figura 4.1.5- Quantas pessoas estão ocupadas com o negócio.

Sobre a situação dos funcionários em relação quantas pessoas estão ocupadas com o negócio os seguintes resultados: 33% que concorda 37% discordam e 30% dizem alguns. A estatística faz entender que alguns trabalhadores fazem negócio em função a sua formação e a maioria são adaptados nos,

Tabela: 4.1.6-Q1 e)-a **Quantas pessoas estão ocupadas com o negócio**.

Respostas	**Frequência**	**Percentagem (%)**
Concordam	101	33
Não concordam	20	7
Alguns	179	60
Total	**300**	**100**

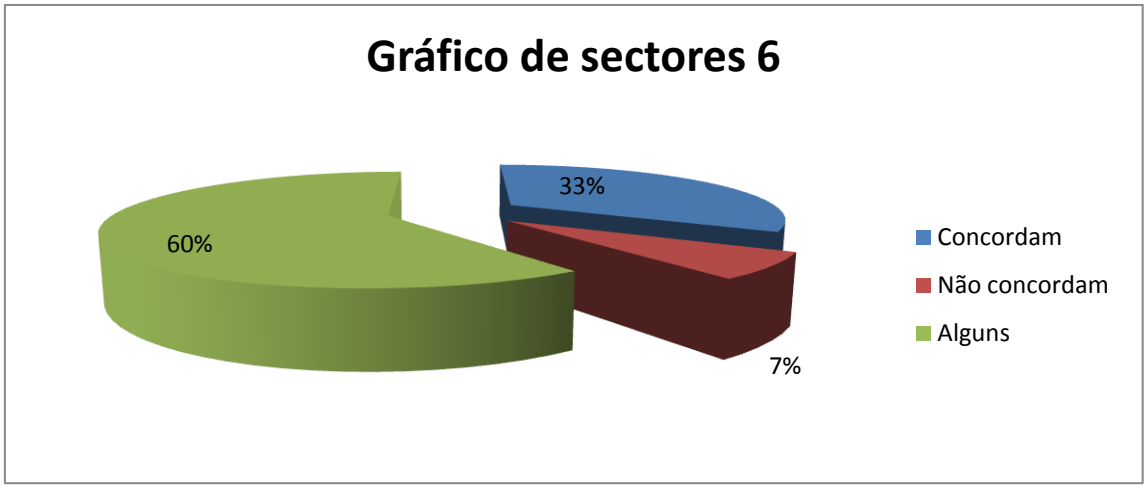


Figura 4.1.6- Quantas pessoas estão ocupadas com o negócio.

Aqui nesta alínea, as respostas apontam em 7% que não concordam 33% concordam e 60% estão ocupadas com o negócio.

Tabela: 4.1.7-2ªQ a) - Quais as principais razões que levaram a iniciar o seu negócio.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Pouco importante	210	70
Muito importante	49	16
Extremamente importante	41	14
Total	**300**	**100**

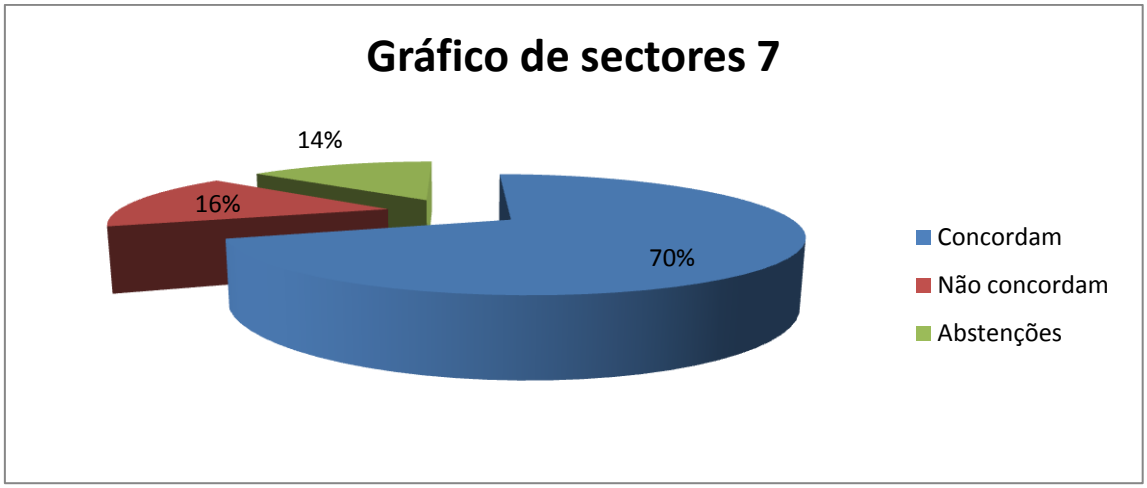


Figura 4.1.7- **Quais as principais razões que levaram a iniciar o seu negócio**.

Nesta questão se revela a alternativa para o desenvolvimento sustentável da organização com as respostas apontarem em: 14% extremamente importante, 16% pouco importante70%.

Tabela: 4.1.8-2ªQ b) -se a tecnologia é a alternativa para o desenvolvimento sustentável das organizações face a pandemia.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	0	0
Não concordam	291	97
Abstenções	9	3
Total	**300**	**100**

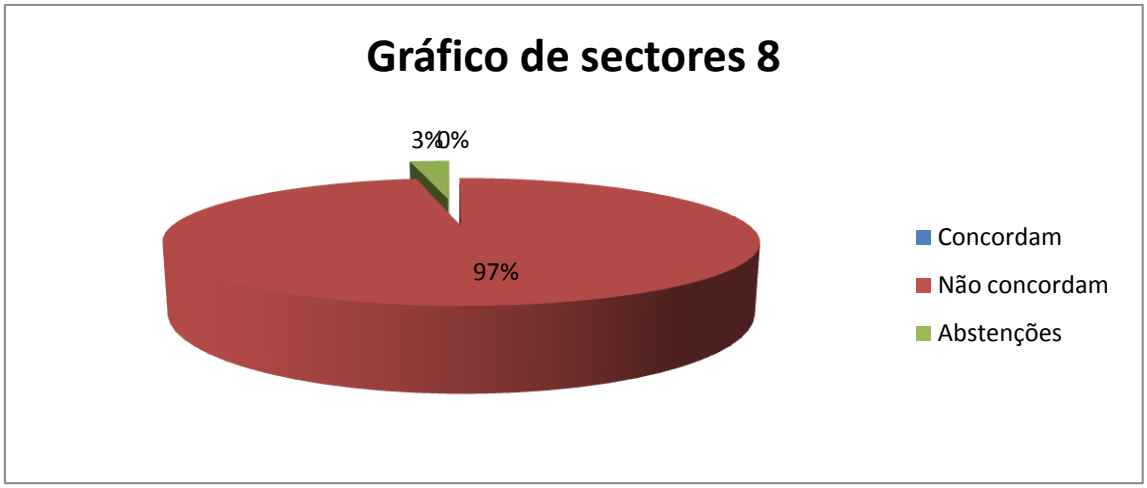


Figura 4.1.8-a se a tecnologia é a alternativa para o desenvolvimento sustentável das organizações face a pandemia

Na alínea b) da 2ª questão, só a tecnologia ser a sustentabilidade de uma organização, as respostas nos dão o seguinte cenário: 0% concorda que a tecnologia sozinha sustente uma organização, 3% não respondem e 97% não concordam a tecnologia sozinha sustentar uma organização é a maioria esmagadora que confirma que a tecnologia não pode por si só ser face a COVID-19, e alternativa para o desenvolvimento sustentável da organização, porque afinal de contas se a tecnologia é a alternativa para o desenvolvimento sustentável das organizações face a pandemia só é capaz de contribuir para a produtividade de uma organização pública ou privada apenas com o comando ou manuseio de pessoas.

Tabela: 4.1.9-3ªQ a) - saber se a pessoa seria o activo mais importante nas organizações públicas ou privadas neste momento da pandemia.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	292	97
Não concordam	8	3
Abstenções	0	0
Total	**300**	**100**

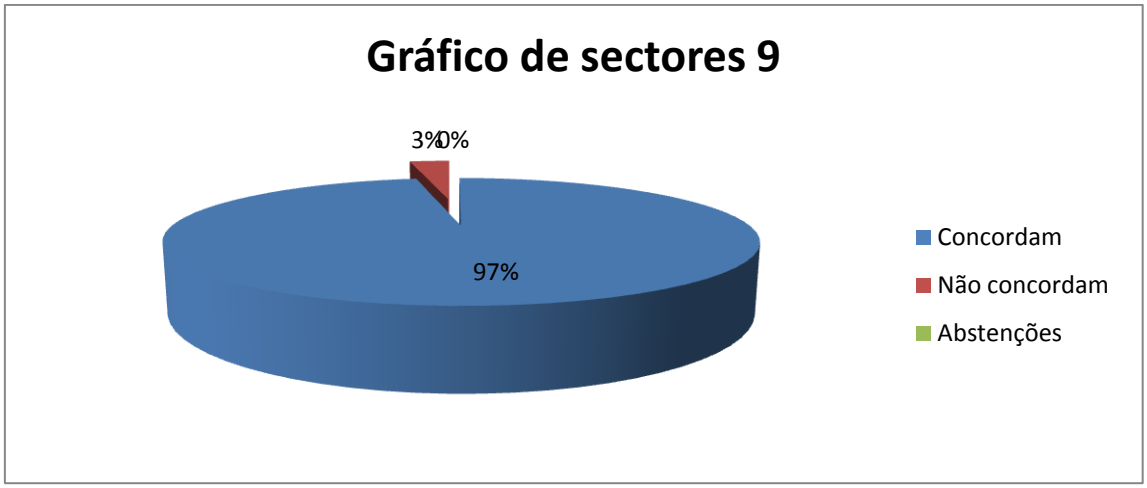


Figura 4.1.9-saber se a pessoa seria o activo mais importante nas organizações públicas ou privadas.

Nessa questão as duas respostas fechadas recolheram-se os seguintes resultados: 3% não concordam que pessoas seja o activo mais importante das organizações nesta face da pandemia, mas, 97% concordam, sendo a maioria esmagadora confirmando isso, por isso, as pessoas são o activo mais importante das organizações.

Tabela: 4.1.10-3ª Q b) -saber se o património da actividade comercial foi com recurso ao crédito, poupança familiar, e capital próprio.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
recurso ao crédito	8	3
poupança familiar	292	97
capital próprio	0	0
Total	**300**	**100**

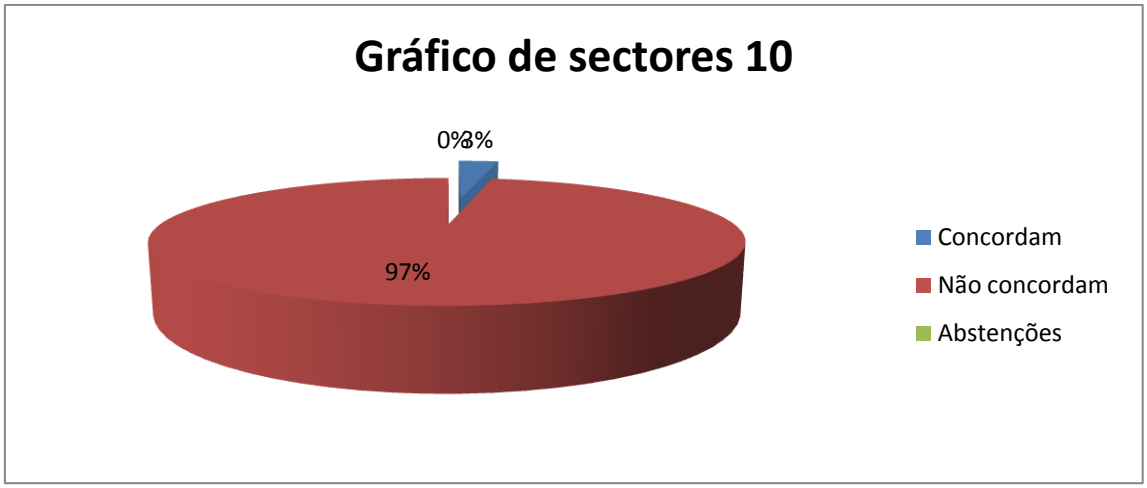


Figura 4.1.10) - saber se o património da actividade comercial foi com recurso ao crédito, poupança familiar, e capital próprio.

Na alínea b), segundo os inqueridos o património da actividade comercial apenas 3% recurso ao crédito e 97% poupança familiar, isso nos dá a entender que há pouca vontade por parte do executivo.

Tabela: 4.1.11-4ª Q a) -as condições técnicas e administrativas se são adequadas nas organizações face a pandemia.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	11	4
Não concordam	286	95
Abstenções	3	1
Total	**300**	**100**

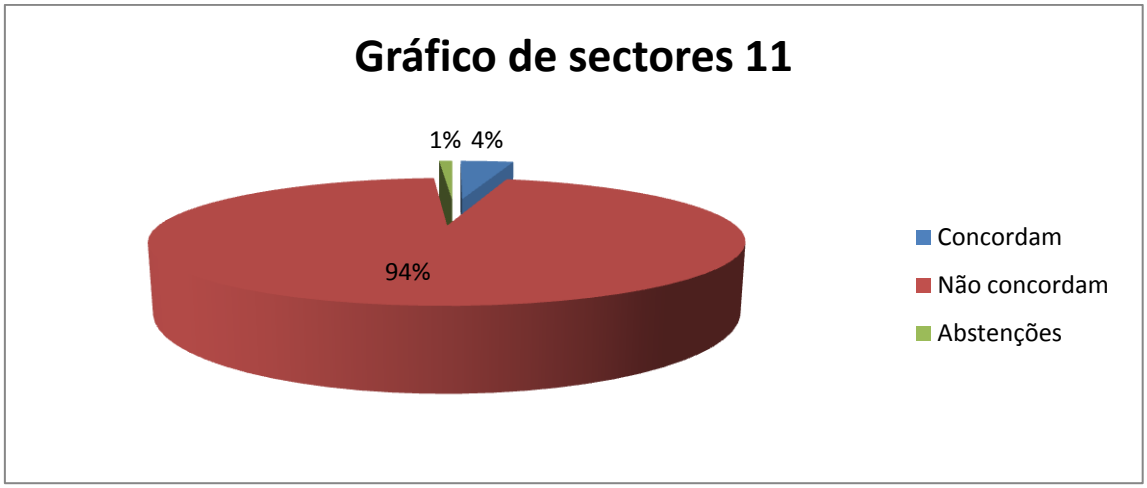


Figura 4.1.11-condições técnicas e administrativas se são adequadas nas organizações face a pandemia.

Na questão 4 a), 1% de abstenção, apenas 4% concordam que as condições técnicas e administrativas são adequadas para o exercício condigno das suas tarefas face a covi-19 e para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores, e 95% não concordam, com esta maioria nos mostra que falta condições técnicas e administrativas para o exercício condigno face a pandemia.

Tabela: 4.1.12-4ª Q b) -sobre o saneamento básico no local de serviço.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	298	99
Não concordam	2	1
Abstenções	0	0
Total	**300**	**100**

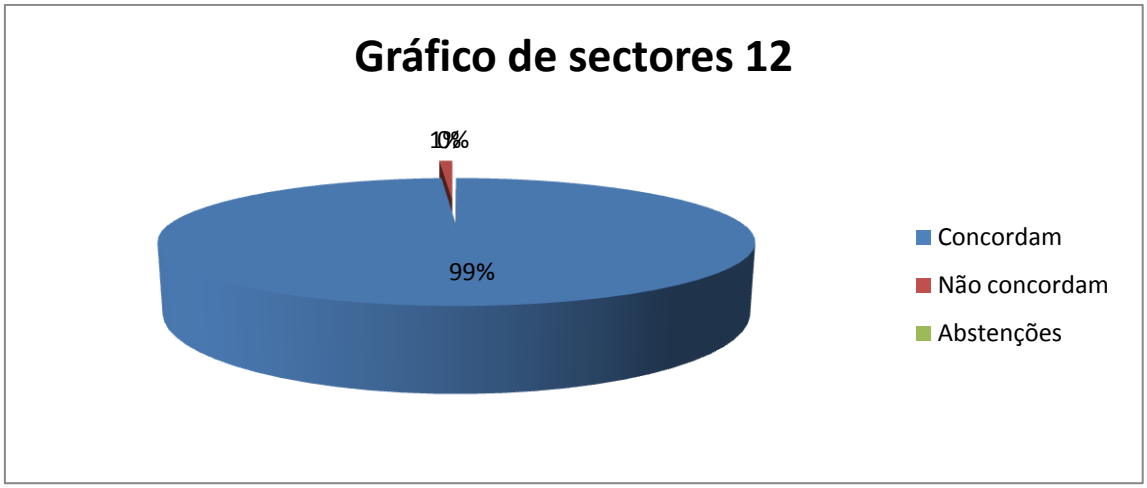


Figura 4.1.12-sobre o saneamento básico nas organizações.

Na alínea b) desta questão, existe saneamento básico nas organizações públicas e privadas na província do Cuando Cubango, desde que 99% concordam e 1% que não concorda. Existe pessoal de limpeza e material e detergente para o efeito.

Tabela: 4.1.13-4ª Q c)-transporte de recolha de trabalhadores nas organizações.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	150	50
Não concordam	148	49
Alguns	2	1
Total	**300**	**100**

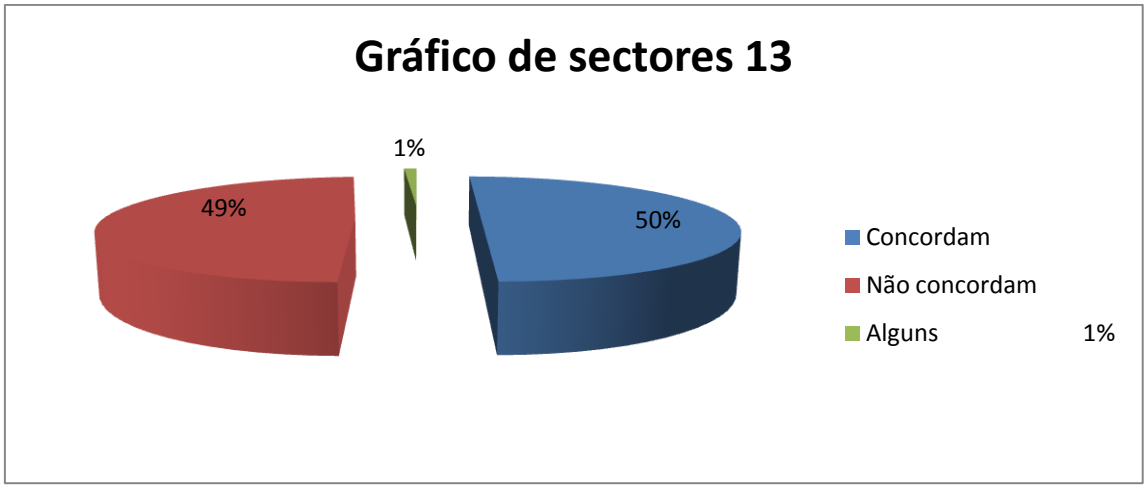


Figura 4.1.13-transporte de recolha de trabalhadores nas organizações.

Os resultados do inquérito da alínea c) 4ªQ. Detalha a estatísticas seguintes: 50% que concordam que existe transporte de recolha dos funcionários, 49% não e 1% respondeu que alguns beneficiam de transporte de recolha e outros não. Isto justifica que os direitos nesta matéria não são atribuídos com justiça para todos, e também os 50% que concordam inclina para o sector público.

Tabela: 4.1.14-4ª Q d) -restaurante ou cantina no local de serviço.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	147	49
Não concordam	149	50
Abstenções	4	1
Total	**300**	**100**

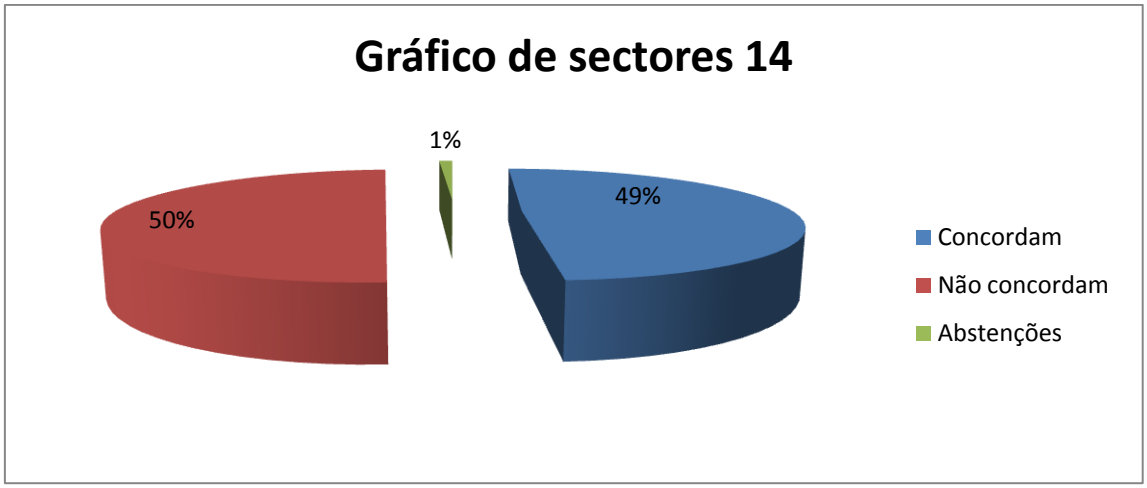


Figura 4.1.14-restaurante ou cantina no local de serviço.

Nesta alínea, as organizações estão na proporção da metade que beneficiam de restaurante no local de serviço 50% e os 49% não concordam e 1% não responderam. Nota-se que apenas algumas organizações dão deste direito aos seus colaboradores.

Tabela: 4.1.15-4ª Q e) -seguro de saúde dos trabalhadores nas organizações.

Respostas	**Frequência**	**Percentagem (%)**
Concordam	0	0
Não concordam	300	100
Abstenções	0	0
Total	**300**	**100**

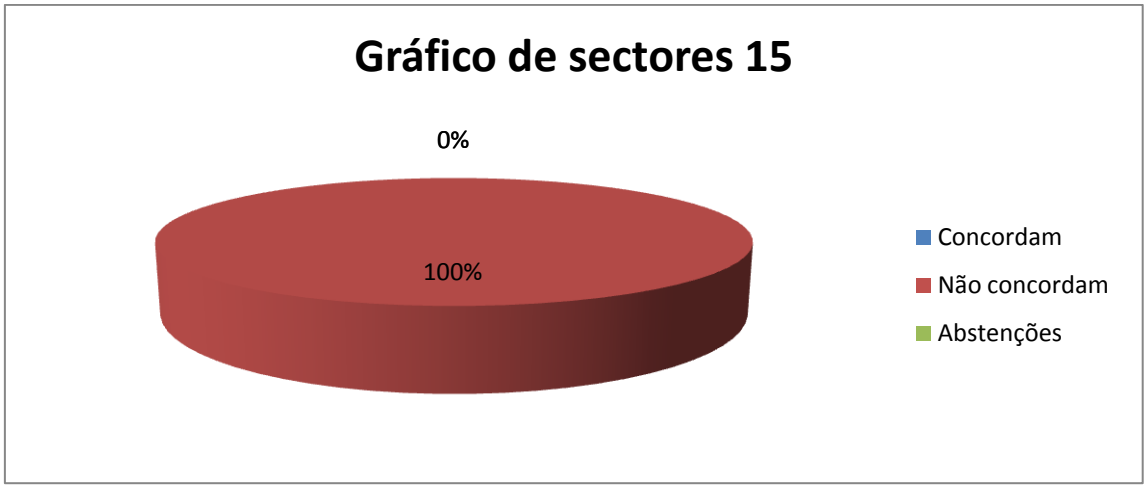


Figura 4.1.15Tabela: 4.1.15-4ª Q e)- seguro de saúde dos trabalhadores nas organizações.

Na questão sobre seguro no local de serviço nenhuma organização inscreveu seus colaboradores para o seguro de saúde quando 100% dos inqueridos não concordam. Isto significa que as empresas não ajudam os trabalhadores em questões de saúde, esquecem que, trabalhador saudável trabalhador disposto par sua atividade e mais produtivo.

Tabela: 4.1.16-4ªQ f) -a inscrição dos colaboradores das organizações na segurança social.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	250	83
Não concordam	48	16
Abstenções	2	1
Total	**300**	**100**

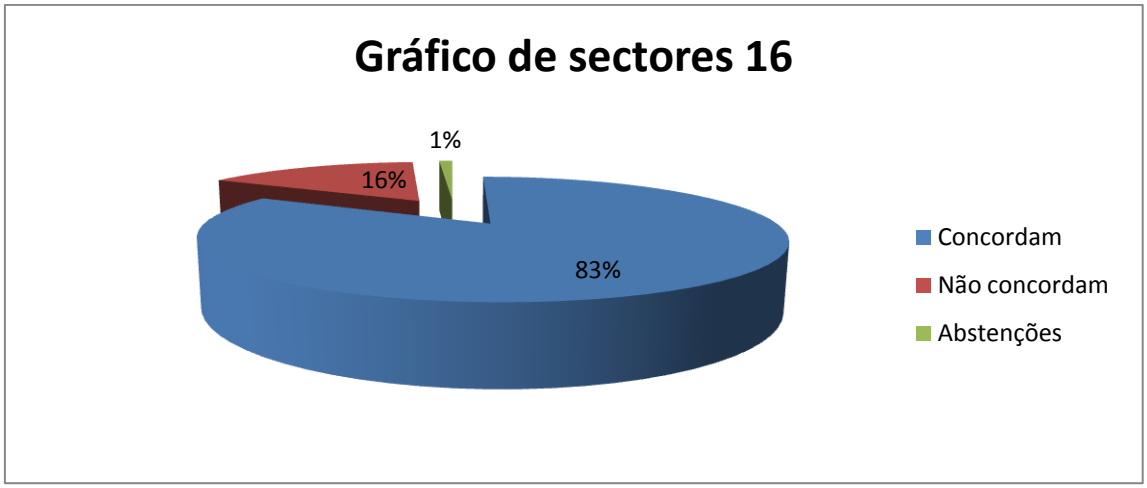


Figura 4.1.16-a inscrição dos colaboradores das organizações na segurança social.

A reforma administrativa ou segurança social ou ainda caixa de providência para beneficiar os trabalhadores depois da caducidade do vínculo laboral destes por idade ou por tempo de serviço, os resultados do inquérito nesta alínea apontam para 16% que não concordam e 83% que concordam ter havido inscrição de funcionários na Segurança social. Apesar de apenas 16% ser uma minoria qualificada ainda nota-se empresas que não têm seus funcionários inscritos na segurança social que estão sujeitos a sofrerem na velhice porque lhes faltará o subsídio de reforma. É um direito adquirido por lei, por isso, é necessário e obrigatório a inscrição de seus funcionários no sistema de segurança social angolano.

Tabela: 4.1.17-4ªQ g) -sobre higiene e segurança no local de serviço.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	270	90
Não concordam	30	10
Abstenções	0	0
Total	**300**	**100**

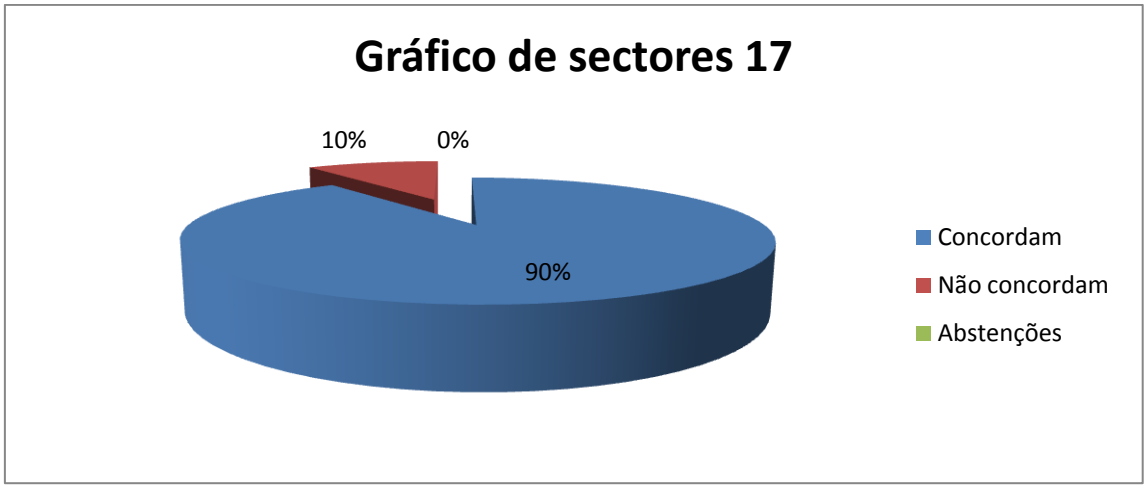


Figura 4.1.17- sobre segurança e higiene no local de serviço.

Segundo os resultados obtidos 90% concordam e 10% não concordam. Tendo em conta o volume de respostas que aceitam haver segurança e higiene no local de trabalho, considera-se que as organizações têm segurança e higiene no trabalho, mas. Não deixa de ser preocupação dos 10%, tendo em conta as doenças profissionais e da falta de higiene no local de serviço.

Tabela: 4.1.18-4ªQ h) -carga horária (horário de trabalho) se é combatível ao salário precedido aos colaboradores nesta face da calamidade.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	203	68
Não concordam	72	24
Abstenções	25	8
Total	**300**	**100**

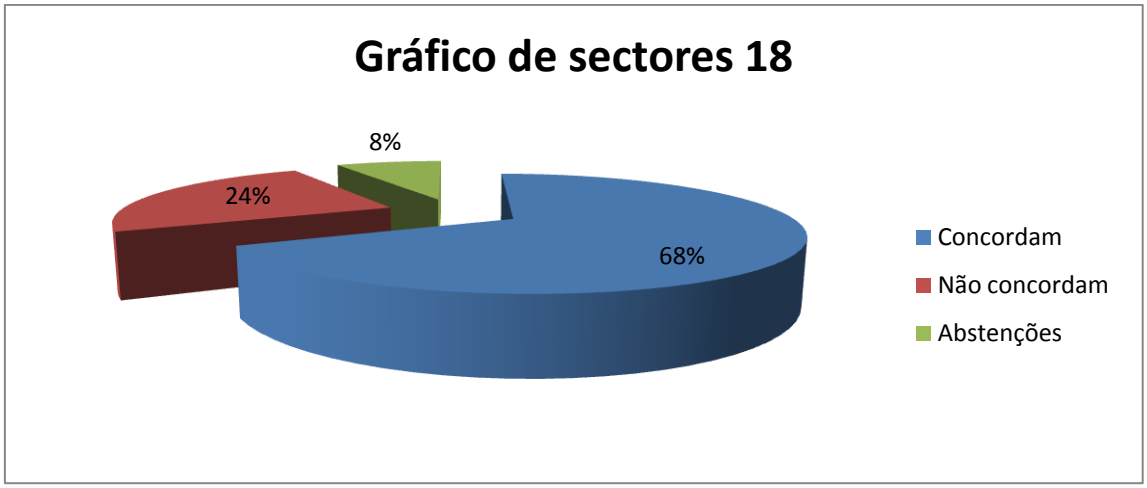


Figura 4.1.18-carga horária (horário de trabalho) se é combatível ao salário percebido aos colaboradores.

Tendo em conta os resultados em função ao inquérito aplicam, 68% dizem que concordam, 24% discordam e 8% abstenção. carga horária (horário de trabalho) é combatível ao salário precedido aos colaboradores nesta face da calamidade.

Tabela: 4.1.21-6ª Q b) -segundo a remuneração se é feita em função ao nível académico e profissional do colaborador.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	292	97
Não concordam	8	3
Total	**300**	**100**

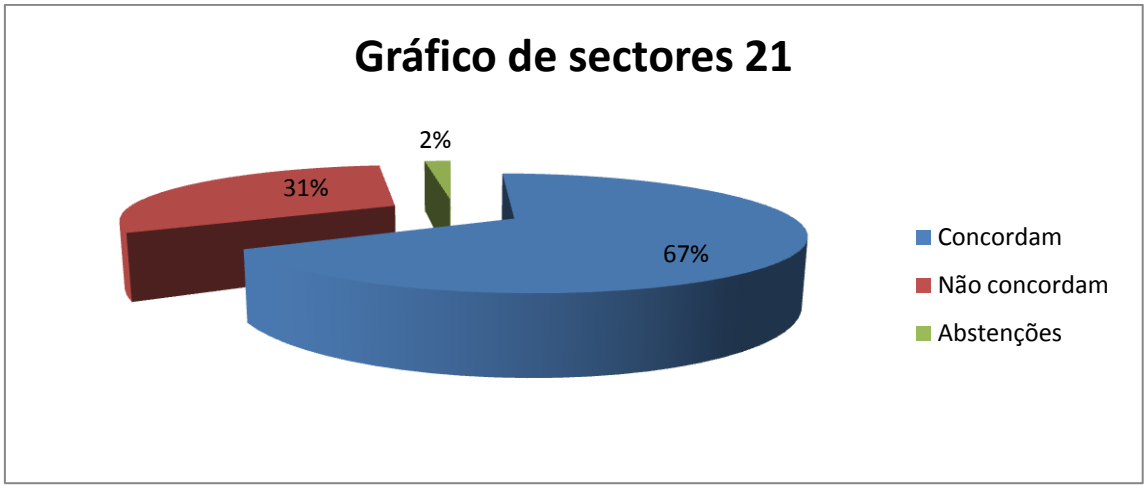


Figura 4.1.21-segundo a remuneração se é feita em função ao nível profissional do colaborador.

Nesta questão o inquérito de 300 pessoas ou amostra direcionado o texto, 3% discordam que o salário não é pago em função o nível académico, mas, 97% concordam na medida em que a tabela salarial da função pública a categoria mais baixa corresponde o salário baixo e de tal forma também o nível académico requerido para tais categorias é o mais baixo e os altos para os níveis académicos profissionais mais altos.

Tabela: 4.1.23-6ªQ d) -sobre o poder de compra dos colaboradores das organizações se atinge pelo menos os 50% das necessidades mensais nesta face da pandemia.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	189	63
Não concordam	51	17
Alguns	60	20
Abestenções	0	0
Total	**300**	**100**

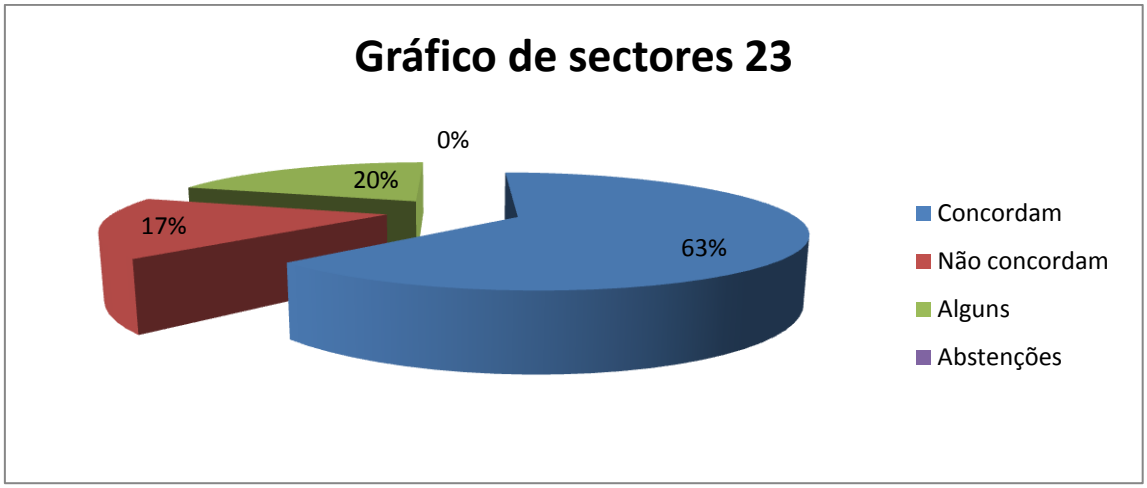


Figura 4.1.23-sobre o poder de compra dos colaboradores das organizações se atinge pelo menos os 50% das necessidades mensais.

Nesta situação a questão foi respondida com 20% de que alguns têm salário que consegue aguentar para pelo menos a metade do mês, 17% discordam e 63% que concordam para tal os salários dos funcionários na província aguenta para pelo menos 50% das necessidades mensais do trabalhador nesta fase da pandemia.

Tabela: 4.1.32-14ª Quais políticas públicas do estado que têm sido adequadas que correspondem com a realidade da economia formal e não informal.

Respostas	Frequência	Percentagem (%)
Concordam	160	53
Não concordam	140	47
Total	**300**	**100**

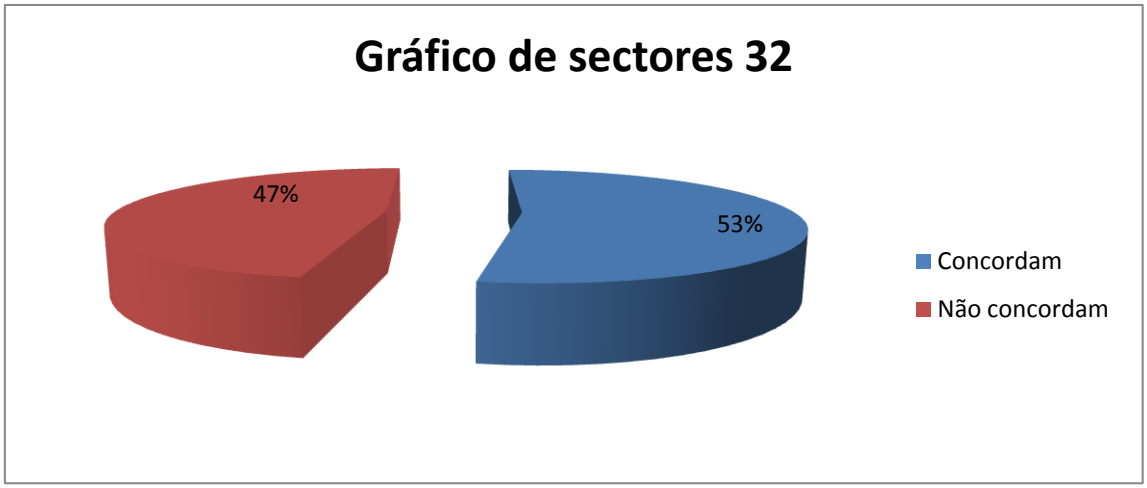


Figura 4.1.32- as políticas públicas do estado têm sido adequadas para a escolha de candidatos que correspondem com a realidade da economia forma e não informal. Nesta questão, 47% não concordam com as políticas públicas do estado, 53 concordam que se têm sido adequadas e se correspondem com a realidade da economia formal.

Anexos

Quadro nº I.1 – Classificação de empresas por porte segundo a Lei Geral das MPE e adotado pelo SEBRAE.

Porte	Receita bruta anual	Pessoas ocupadas
Micro empreendedor individual[1]	Igual ou inferior a R$ 36 mil	-
Microempresa	Igual ou inferior a R$ 240.000	Indústria e construção civil: até 19 Comércio e serviços: até 9
Pequena empresa	Superior a R$ 240.000 e menos de R$ 2.400.000	Indústria e construção civil: 20 a 99 Comércio e serviços: 10 a 49
Média empresa	-	Indústria e construção civil: 100 a 499 Comércio e serviços: 50 a 99

Fonte: SEBRAE, 2005 e Lei Complementar 123/2006.
[1] Apenas categorias de atividades previstas pela legislação.

Fonte: Matos e Arroio, 2011: 10

Quadro nº I.2- Critério de classificação de empresas por porte adotada pelo BNDES para enquadramento em suas linhas de financiamento.

Porte	Receita bruta anual
Microempresa	Menor ou igual a R$ 2,4 milhões
Pequena empresa	Maior que R$ 2,4 milhões e menor ou igual a R$ 16 milhões
Média empresa	Maior que R$ 16 milhões e menor ou igual a R$ 90 milhões
Média-grande empresa	Maior que R$ 90 milhões e menor ou igual a R$ 300 milhões
Grande empresa	Maior que R$ 300 milhões

Fonte: BNDES.

Fonte: Matos e Arroio;2011:10

Quadro nº I. 3- definição de PME na China.

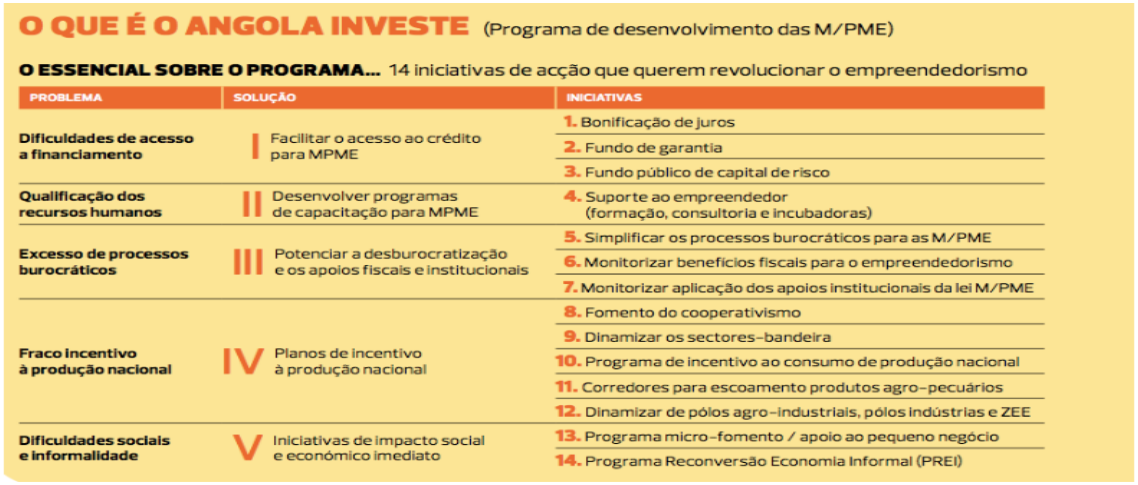
Size Category	Industries	Employment-based	Total assets	Business revenue
Small	Industry	< 300	<¥ 40million	< ¥ 30million
	Construction	< 600	<¥ 40million	<¥ 30million
	Wholesale	<100		<¥ 30million
	Retail	<100		<¥ 10million
	Transport	<500		<¥ 30million
	Post	<400		<¥ 30million
	Hotel & restaurant	<400		<¥ 30million
Medium	Industry	300- 2000	¥ 40million-400million	¥ 30million-300million
	Construction	600-3000	¥ 40million-400million	¥ 30million-300million
	Wholesale	100-200		¥ 30million-300million
	Retail	100-500		¥ 10million-150million
	Transport	500-3000		¥ 30million-300million
	Post	400-1000		¥ 30million-300million
	Hotel & restaurant	400-800		¥ 30million-150million

Note: SME meet one or more of the conditions. ME should meet three conditions, the others are SE.
Source: SME promotion law of China,2003.

Fonte: Liu Xeang feng, 2008:39.

Anexo II

Quadro II. 1- Programa Angola Investe



Fonte:http://www.opais.net/pt/opais/?det=27899&id=2000&utm_medium=referral&utm_source=rss&utm_content=Angola.

Quadro II. 2- Metas cumpridas em 2015

...E AS METAS A CUMPRIR ATÉ 2015 A visão para Angola nos próximos três anos

ONDE QUEREMOS ESTAR	ONDE ESTAMOS
1 **MELHORAR A COMPETITIVIDADE** (chegar ao *top ten* da África Subsariana)	*Angola está em 139.° lugar entre 142 países analisados pelo World Economic Forum.*
2 **MANTER TAXAS DE CRESCIMENTO REAIS DO PIB** (entre os 7% e os 8,5%)	*Crescimento do PIB em 2012 estará entre os 8% e os 10%, segundo o Governo.*
3 **REDUZIR DÉFICE DA BALANÇA COMERCIAL SEM PETRÓLEO** (reduzir importações/aumentar exportações)	*Défice foi de 25,7 mil milhões de dólares, em 2010, segundo o Economist Intelligence Unit.*
4 **AUMENTAR NÚMERO DE EMPRESAS DE CAPITAL ANGOLANO** (entre 5% a 7,5% ao ano)	*Foram criadas 2445 empresas, em 2010, segundo o Guichê Único de Empresas.*
5 **MELHORAR TAXA DE SUCESSO DOS EMPREENDEDORES** (dos actuais 3% para mais de 7%)	*Valor actual da taxa de sucesso é de 3%, segundo o Global Entrepreneurship Monitor.*
6 **REDUZIR A TAXA DE DESEMPREGO** (dos actuais 28% para 23%)	*Valor actual da taxa de desemprego é de 28%, segundo o Instituto Nacional de Estatística.*

Fonte:http://www.opais.net/pt/opais/?det=27899&id=2000&utm_medium=referral&utm_source=rss&utm_content=Angola

Quadro II. 3 -Impacto previsto

...E QUAL O IMPACTO PREVISTO Grandes números do Angola Investe e dos seus três programas-chave

ANGOLA INVESTE

ORÇAMENTO EM 2012
809 milhões de dólares

ORÇAMENTO ATÉ 2015
435 milhões de dólares/ano

EMPRESAS CRIADAS/AUXILIADAS
9000

EMPREGOS CRIADOS
300 000

CONTRIBUIÇÃO PARA O PIB
900 milhões de dólares

REDUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO
3,4%

ACESSO A CRÉDITO PARA AS MPME (1)

ORÇAMENTO FUNDO DE GARANTIA EM 2012
200 milhões de dólares

ORÇAMENTO JUROS BONIFICADOS EM 2012
155 milhões de dólares

TAXA DE JURO MÁXIMA PARA AS MPME
5%

BANCOS SUBSCRITORES (2)
20

(1) Subprograma do Angola Investe.
(2) Por ordem do valor da linha de crédito: 1.° BIC; 2.° BMA; 3.° SOL; BESA; BFA; 6.° BAI; BMF; BPC; 9.° BKI; 10.° BCGTA; 11.° BCA; BNI; 13.° BCI; VALOR; 15.° BPA; 16.° KEVE; 17.° BCH; 18.° FINIBANCO; 19.° VALOR; 20.° BANC

MEU NEGÓCIO, MINHA VIDA (3)

ORÇAMENTO PARA 2012
220 milhões de dólares

TAXA DE JURO PARA OS MICROEMPREENDEDORES
2%

PESSOAS BENEFICIADAS
500 000

EMPREGO CRIADOS
100 000

(3) Programa de Apoio ao Pequeno Negócio, um subprograma do Angola Investe.

INICIATIVAS DE IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL IMEDIATO (4)

ORÇAMENTO PARA 2012
69 milhões de dólares

MERCADOS
115

QUIOSQUES
100

EQUIPAS DE RECOLHA DO LIXO
300

POLIDESPORTIVOS
14

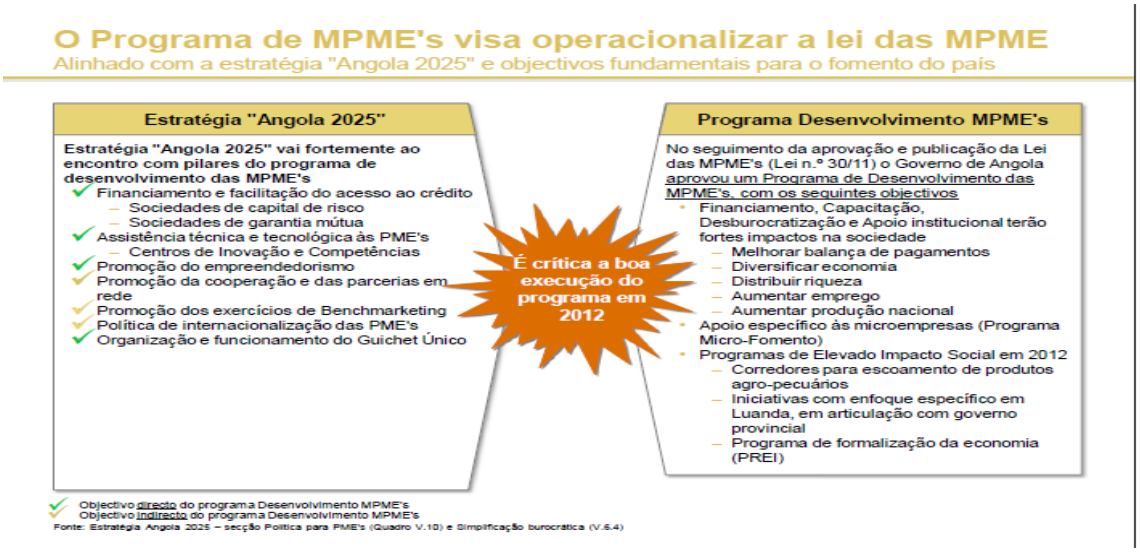
BALNEÁRIOS PÚBLICOS
100

(4) Subprograma do Angola Investe.

Fonte:http://www.opais.net/pt/opais/?det=27899&id=2000&utm_medium=referral&utm_source=rss&utm_content=Angola.

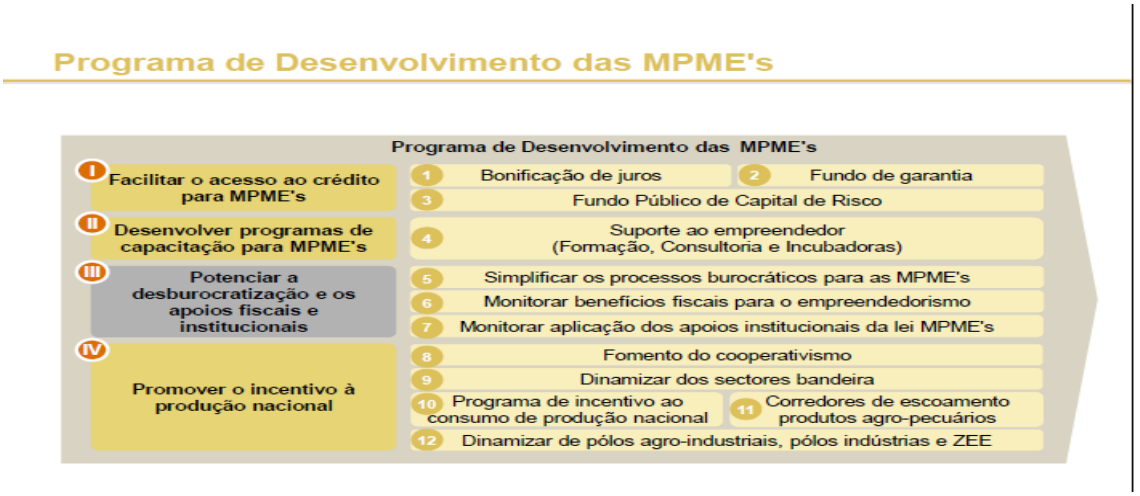
Fonte:http://www.opais.net/pt/opais/?det=27899&id=2000&utm_medium=referral&utm_source=rss&utm_content=Angola.

Quadro II. 5 - Estratégia Angola 2025



Fonte:http://www.angola.org.uk/PDF/press/mineco_programa_desenvolvimento_MPME_APR.pdf

Quadro II. 6 - Programa de apoio às MPME



Fonte:http://www.angola.org.uk/PDF/press/mineco_programa_desenvolvimento_MPME_APR.pdf

CAPÍTULO VII. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E IMPLICAÇÕES

O enfrentamento de uma epidemia como essa requer, mais do que nunca, a opinião especializada e bem informada de cientistas e pesquisadores que conhecem e têm capacidade de pesquisa sobre a dinâmica da doença e de sua transmissão.

Por ser uma doença nova, requer também que sejam produzidas as respostas necessárias e ainda inexistentes para o controlo da epidemia e para a mitigação de seus impactos na sociedade e, até mesmo, para calibrar as medidas adoptadas, a fim de minimizar os impactos negativos na economia.

Isso demandaria, contudo, coordenação governamental e transparência nas informações sobre a doença, dois elementos aparentemente ausentes na actuação do governo brasileiro até o momento. Existe pouquíssima informação sobre a situação da doença no Brasil: mais do que a evolução dos casos, dados epidemiológicos mais completos deveriam estar disponíveis, assim como o número de testes já realizados e a capacidade de oferta desses testes no país, apenas para citar alguns exemplos.

A coordenação governamental para ampliar pesquisas na área seria crucial para melhor entender e se preparar adequadamente para o que está por vir.

Diversos países mobilizaram seus cientistas e pesquisadores e disponibilizaram linhas de suporte para novas pesquisas necessárias para fazer frente à epidemia. Cientistas e pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa no país deveriam estar sendo mais ouvidos e apoiados para produzir novos conhecimentos sobre o tema.

No que diz respeito ao tratamento e à prevenção, é importante salientar que a obtenção de uma vacina ou de um tratamento só será possível, no tempo demandado pela evolução da doença, graças ao investimento realizado e ao conhecimento acumulado em anos de pesquisa na área.

O Brasil, a despeito da fragilidade de sua estrutura de pesquisa e da redução recente dos investimentos em C&T, ainda vem se mostrando capaz de contribuir em momento tão grave quanto o actual. Deixar de dar prioridade a tais investimentos

nesse momento por receio de não ser possível concorrer com outros países na vanguarda do desenvolvimento científico e tecnológico seria ignorar as evidências e colocar em risco a capacidade de resposta futura da ciência brasileira em área tão relevante.

Em suma, o advento da Pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19) tem causado efeitos catastróficos na saúde económica das micro e pequenas empresas brasileiras. Muitos negócios tiveram suas operações encerradas temporariamente, enquanto outros encerraram por definitivo. Gerando assim demissões e queda brusca no facturamento.

É inegável a importância e relevância da participação das Micros e Pequenas Empresas na economia angolana, pois esses milhares de negócios é uma fonte rica de geração de empregos e renda para a sociedade. Contribuindo de forma significativa para construção da riqueza nacional (PIB).

Para minimizar os efeitos dessa doença, o governo federal anunciou algumas medidas fiscais e económicas. Porém como foram observados, os resultados não têm se mostrado eficazes. É fundamental que o Executivo angolano tenha uma participação mais activa e incisiva principalmente na incitação duma maior participação dos Bancos Comerciais na operacionalização dos financiamentos bancários às Micro, Pequenas e Médias Empresas nos programas e medidas estabelecidas pelo Governo angolano.

Uma vez que as pequenas empresas têm problemas em se desenvolverem e afirmarem-se por causa do próprio circuito comercial que não é suficientemente ágil para permitir a sua sobrevivência, penso que deveria existir facilidade no acesso ao crédito e com juros bonificados, formação do empresário e qualificação dos recursos humanos.

Por outra às PME, deveriam capacitar-se no seu papel de modo como estão inseridos no conjunto da economia e por isso mesmo dimensionar as suas expectativas na realidade económica do país, uma vez que por vezes elas são confrontadas com a concorrência das grandes empresas. Por exemplo, a nível do pequeno e médio comércio, o problema das grandes superfícies, onde de certa

forma as grandes matam as pequenas empresas no domínio comercial e penso que a única forma das pequenas e médias empresas sobreviverem é criarem políticas de atractividade, onde as empresas comerciais de proximidade devem criar alguma coisa que as torne mais atractivas.

Por exemplo a nível dos alfaiates hoje os vestuários compram-se nas boutiques ou nas empresas de maior dimensão, mas o alfaiate é uma figura que pode manter-se ali em atividade, ele constitui uma relação de proximidade com o cliente e tem capacidade de responder um pouco melhor com os interesses dos clientes. Um fato feito à medida tem maior interesse do que um fato comprado na loja onde olhamos simplesmente na altura e no tamanho. Existem algumas pessoas que gostam de um fato feito do seu jeito e isto é possível se existir uma relação de proximidade com o alfaiate e penso que estas questões são muito importante para a sobrevivência das pequenas e médias empresas.

Por outro lado existe aqui uma questão importante, por vezes são designados grandes empreendimentos que deveriam ser catalogados como média dimensão. Existe em Luanda actividades designadas supermercados que na realidade em qualquer parte do mundo deveria ser minimercado e aqui chamamos de supermercado ou mesmo hipermercado. Penso que o estado pode resolver este problema se existir uma atribuição em função das dimensões e da realidade porque de alguma forma penaliza o pequeno e médio empresário. As empresas que se apresentam com dimensões pomposas, grandiosas não pagam os impostos em função da designação. Se pagassem os impostos em função da dimensão que adoptam do modo como estão enquadradas, penso que haveria maior facilidade para às PME.

Relativamente à questão do mercado informal levará muito tempo e não é com medidas legais que se vai resolver o problema. O problema não foi criado por falta de medidas legais, mas pelas circunstâncias que o país viveu. Por exemplo o que é que se faz com o jovem que vende na rua água com gelo, vai se dizer a ele que tem que ter uma bancada (quiosque) ali onde os carros param e compram água e obriga-lo a pagar impostos, este imposto vai recair sobre ele. Para ele poder pagar impostos em função das vendas teria que formalizar o seu negócio, e como pode

formalizar o seu negócio a vender meia dúzia de garrafas de água para sobreviver? Este imposto não iria recair sobre as receitas porque não existe maneira de controlar as suas receitas. Se houvesse uma forma de controlar as receitas, aí a situação seria diferente.

Por exemplo uma janela aberta[2] vai ter que se passar um recibo e depois levar nas finanças para avaliar o volume das vendas. Uma pessoa que comprou uma cerveja terá a paciência de esperar que lhe passem um recibo da compra. Penso que deveríamos olhar para outra dimensão do negócio informal e não apenas na perspectiva do estado ir buscar receitas fiscais. O negócio informal deve ser uma preocupação do estado na defesa do consumidor e na manutenção da ordem pública e não na perspectiva do estado ir buscar receitas. O estado tem muitos locais onde pode ir buscar receitas e deve ir buscar receitas onde estão envolvidos os agentes do estado como agentes económicos.

Neste grupo o estado dá facilidades de isenção fiscais aos ricos e depois empenha-se em ir buscar receitas aos pobres que vivem apenas para poderem sobreviver no dia seguinte. Aqueles que vendem água, gelado e jornais nas ruas são essas as fontes de receitas do Estado. São estes que vão melhorar o OGE. Penso que o Estado deveria ir buscar receitas fundamentalmente aqueles que fazem grandes volumes de negócio e o que é que nos vimos quando estes indivíduos querem fazer grandes volumes de negócio? Pedido imediato de isenção fiscal ou facilidade fiscal e o Estado concede muito rapidamente. Logo temos um Estado que está preocupado em ajudar os ricos e empobrecer os pobres.

Do que foi aqui exposto, seria interessante desenvolver outras observações ou investigações no domínio da melhor forma de o Governo Angolano apoiar as pequenas e médias empresas. Tendo em conta as boas práticas internacionais, pensamos que é de enorme importância que as mesmas devam ser difundidas em Angola, isto quer dizer que recomendamos:

[2]Pequena loja que o proprietário abre em sua casa e comercializa produtos diversos

- As iniciativas de apoio às PME só terão êxitos se basear-se no diálogo aberto entre o sector privado e o Estado, através das suas diferentes conjunturas. Para tal, deve-se criar linhas de apoios para o sector privado: reorganizara-se e estrutura-se.
- O objetivo principal do Programa Angola Investe deve passar pela promoção de um sector de micro e pequenas e médias empresas em Angola que seja diversificado e forte e para tal é importante gerar consenso quanto a uma visão comum e uma estratégia mais propícia e específica da expansão da oferta de crédito às pequenas e médias empresas, do direcionamento da oferta de formação profissional virado para o mercado e da introdução de modelos pilotos de fornecedores de serviços de apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas.
- Deve-se aumentar a oferta de crédito e para tal esta estratégia deve passar no aumento do desenvolvimento da indústria microfinanceira nacional e obrigar os bancos a redefinirem novas estratégias. Portanto as boas práticas internacionais no sector de microfinanças caso do Brasil, devem ser difundidas em Angola por intermédio de seminários e workshops regulares.
- Devem se realizar estudos de mercado para avaliar as oportunidades de exploração de mercados internacionais e regionais que se abrem aos bancos comerciais e desenvolver novas políticas para as pequenas e médias empresas.
- Quanto ao acesso ao crédito para às PME, uma recomendação que se deixa para os decisores de políticas é de considerar a implementação de projectos de acesso ao crédito e ao microcrédito e fundos de garantia compatíveis com a realidade e possibilidade dos necessitados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benitez PLO. Impacto das referências ambientais sobre os resultados dos modelos de análise conjunta de valorização ambiental. 2005. 179 f. Tese (Pós-Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; 2005.

- Boni V, Quaresma SJZ. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. Revista Eletrónica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 1(3), p. 68-80; 2005.

- Brenda L. Tesini (setembro de 2018). «Síndrome respiratória aguda grave (SARS)». Manual Merck. Consultado em 23 de janeiro de 2020

- Brüssow H (março de 2020). «The Novel Coronavirus – A Snapshot of Current Knowledge». Microbial Biotechnology. 2020: 1–6. PMID 32144890. doi:10.1111/1751-7915.13557

- CDC (3 de março de 2016). «Disease of the Week - SARS» (em inglês)

- Guedes V L S, Borschiver S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica; 2005, p. 1. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000508/>. Acesso em 10 dez. 2007.

- Kuen-Shan Jih, Thomas (janeiro de 2005). «Acute Respiratory Distress Syndrome (ARDS) and Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS): Are We Speaking Different Languages?» (PDF). J Chin Med Assoc. Consultado em 30 de abril de 2020

- Habibzadeh P, Stoneman EK (fevereiro de 2020). «The Novel Coronavirus: A Bird's Eye View». The International Journal of Occupational and Environmental Medicine. 11 (2): 65–71. PMID 32020915. doi:10.15171/ijoem.2020.1921

- Histórico das Definições de Caso da Vigilância Universal da Influenza – Sinan Web Influenza» (PDF). Documentos Internos Grupo Técnico da Influenza – Nível Nacional. Consultado em 4 de maio de 2020

- Lana, Raquel Martins; Coelho, Flávio Codeço; Gomes, Marcelo Ferreira da Costa; Cruz, Oswaldo Gonçalves; Bastos, Leonardo Soares; Villela, Daniel Antunes Maciel; Codeço, Cláudia Torres (2020). «Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva». Cadernos de Saúde Pública. 36 (3): e00019620. ISSN 1678-4464. doi:10.1590/0102-311x00019620

- Manuel Luamba (Luanda) Covid-19: Como fica a situação das empresas angolanas? Deutsche Welle, 12.05.2020, Luabda-Angola.

- Mattar FN. Pesquisa de marketing: Edição compacta São Paulo: Atlas; 1996

- Miles MB, Hubersman AM. Qualititative data analysis: an expanded sourcebook. Thousand Oaks, Sage; 1994, 388 9.

- Ministério da Saúde (2017). Protocolo de tratamento de influenza (PDF). Brasília: [s.n.] p. 13

- O Coronavírus e o seu impacto na actividade das empresas, Jornal de Angola, 24 de Março, 2020

- Penteado F, Roberto C.et al. Aplicação da bibliometria na construção de indicadores sobre a produção científica da embrapa. Work Shop Brasileiro de Inteligência Competitiva e Gestão do Conhecimento, 3.; 2002, São Paulo. ANAIS. Disponível em: http://www22.sede.embrapa.br/unidades/uc/sge/aplicacao_bibliometria.pdf

Acesso em 11/12/2007

- Reis MI. Estatística aplicada. Volume 2. Lisboa – Portugal; 1997

- Rev. Empreendedorismo Gest. Pequenas Empres., São Paulo, SP, Brasil. e-ISSN: 2316-2058. Prefixo do DOI: 10.14211 Classificação Qualis 2016: B1

- Sinan Influenza». SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação. 7 de Março de 2016. Consultado em 29 de abril de 2020

- Síndrome Gripal/SRAG: Classificação de Risco e Manejo do Paciente» (PDF). Ministério da Saúde. Maio de 2013. Consultado em 29 de abril de 2020

- Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS, SRAG): Informação Técnica. Centro da OMS Para a Classificação de Doenças em Português (2003). SARS (Severe Acute Respiratory Syndrome) (PDF). [S.l.]: Centro Brasileiro de Classificação de Doenças

- Tomás, Arnaldo Puati. **A reconversão da pescaria artesanal para pesca industrial em face da exploração petrolífera em Cabinda-Angola.** Tese de Doutoramento em Projectos com Especialidade em investigação, Linha de pesquisa em Gestão Empresarial e Desenvolvimento Directivo. Cabinda-Angola, 2018.

- WHO | WHO issues a global alert about cases of atypical pneumonia

- WHO | Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS) - multi-country outbreak - Update

- WHO | Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS) - multi-country outbreak - Update 2

- WHO | Severe Acute Respiratory Syndrome (SARS) multi-country outbreak - Update 3

- WHO/COVID-19/laboratory/2020.4. License: CC BY-NC-SA 3.0

- WHO | China's latest SARS outbreak has been contained, but biosafety concerns remain – Update 7

- World Health Organization (2003). Official Updates to ICD-10 (PDF). [S.l.: s.n.] p. 2, 35

- World Health Organization (2 de março de 2020). Laboratory testing for coronavirus disease 2019 (COVID-19) in suspected human cases: interim guidance, 2 March 2020 (Relatório). World Health Organization. hdl:10665/331329.

-